

MARIA GELI SANCHES

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE
CASO.**

**Goiânia - GO
2010**

MARIA GELI SANCHES

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO ENSINO SUPERIOR: UM
ESTUDO DE CASO**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a DEBORA CRISTINA SANTOS SILVA (Presidente)
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GOIÁS)

Prof.^a Dr.^a Mirza Seabra Toschi
Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Prof. Dr. Nelson Cardoso Amaral
Universidade Federal de Goiás (UFG-GOIÁS)

Goiânia, GO, 10/12/2010

MARIA GELI SANCHES

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE
CASO.

Dissertação apresentada à comissão examinadora do Programa de Mestrado em Educação/MINTER da Pontifícia Universidade Católica de Goiás/UniEVANGÉLICA, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Débora Cristina Santos e Silva. Pesquisa financiada pela FAPEG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás.

Goiânia - GO
2010

S211a	<p>Sanches, Maria Geli</p> <p>Avaliação institucional no ensino superior: um estudo de caso / Maria Geli Sanches. – Goiânia: 2010. 159f.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Centro Universitário de Anápolis - UniEvangélica, Mestrado Interinstitucional em Educação, 2010.</p> <p>“Orientadora: Prof.^a Dr.^a Débora Cristina Santos e Silva”</p> <p>1. Universidade Estadual de Goiás – avaliação. 2. Educação – avaliação institucional - Goiás. I.Título.</p> <p>CDU: 378.4(817.3)Universidade Estadual de Goiás(043)</p>
-------	--

A avaliação precisa ser espelho e lâmpada, precisa não apenas refletir a realidade, mas iluminá-la, criando enfoques e perspectivas, mostrando relações e atribuindo significados às ações e aos resultados.

Dilvo Ristoff

A consciência revolucionária se expressa na convicção de que é possível um novo começo.

Jürgen Habermas

Ao meu pai (*sempre na minha memória e no meu coração*) e a minha querida mãe que, apesar das poucas letras, jamais deixaram de incentivar minha incessante busca pelo conhecimento. .

Ao meu querido Odair Borges, esposo, amigo, companheiro de todos os embates.

Aos meus filhos, Leonardo e Luciano, meu orgulho, razão maior de minha vida, luta e esforço. Pelo amor, compreensão e apoio para o alcance de meus objetivos.

Ao meu neto Guilherme, presente de Deus para renovar minhas esperanças.

Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque Dele e por Ele e para Ele são todas as coisas, glória, pois, a Ele eternamente. Amém. Romanos 11:36

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Débora, pelo comprometimento, disponibilidade, paciência e respeito com o processo individualizado de produção de conhecimento. Espero que esse seja o primeiro de muitos trabalhos que possamos realizar juntas.

Ao corpo docente do Programa de Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Profs. Drs. Beatriz, Denise, José Maria, Libâneo e Raquel. Pelos ensinamentos transmitidos.

À Prof.^a Dr.^a Mirza Seabra Toschi, que sempre quando solicitei dispensou do seu tempo para me aconselhar, orientar e levar-me na sua preciosa companhia para os Congressos e, também por participar das bancas examinadoras de qualificação e de defesa. Seu zelo pela Educação, pela produção científica bem como sua sabedoria e humildade são exemplos para minha vida.

Ao Prof. Dr. Nelson Cardoso Amaral, pelos ensinamentos transmitidos e, também, por participar das bancas examinadoras de qualificação e de defesa. Seu comprometimento com a Educação Superior e simplicidade para ensinar fizeram-me crescer profissionalmente.

Às minhas colegas de Mestrado que dividiram comigo as viagens à Goiânia, Cláudia, Idelvone, Inez e Kátia. E aos meus colegas de MINTER, especialmente Simone, que de tão especial, ficou para sempre em meu coração. Vocês foram essenciais para a minha caminhada.

Aos meus Discipuladores Deusimar e Márcia, que apesar da ausência e distância jamais deixaram de interceder e torcer por mim.

À Prefeitura Municipal de Anápolis, especialmente à Secretária de Educação, Prof.^a Ms. Virginia, que soube entender e conceder-me Licença de Aprimoramento, permitindo uma maior dedicação à realização desse trabalho.

Aos meus colegas da Faculdade Raízes pelo incentivo, força, e especialmente ao Dr. Jessé e Natasha que sempre me apoiaram.

À Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas de Anápolis, na pessoa de seu Diretor, Professor Ms. Marcelo, que abriu as portas da

Instituição, permitindo o livre trânsito para a pesquisa. Também o seu ex-diretor que de forma tão desprendida atendeu-me e trouxe-me informações importantes para a realização desse trabalho. Agradeço, ainda, a seus coordenadores, professores, funcionários que me atenderam e aceitaram participar da minha pesquisa.

Enfim, a todos quantos de alguma forma participaram desta conquista, os meus sinceros agradecimentos.

LISTA DE SIGLAS

AI – Avaliação Institucional

ANDES – Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior

CAAI – Comissão de Assessoria em Avaliação Institucional

CAU – Conselho Acadêmico Universitário

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEE – Conselho Estadual de Educação

CNA – Conselho Nacional de Avaliação

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior

CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

ENADE – Exame Nacional de Desempenho do Estudante

ENC – Exame Nacional de Cursos

FACEA – Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis

FUEG – Fundação Universidade Estadual de Goiás

GERES - Grupo Executivo para Reformulação do Ensino Superior.

IES – Instituição de Ensino Superior

IGC – Índice Geral de Cursos

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LPP – Licenciatura Plena Parcelada

MEC – Ministério da Educação

NAI – Núcleo de Avaliação Institucional

PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

PARU – Programa de Avaliação da Reforma Universitária

PUC - Pontifícia Universidade Católica

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UnB – Universidade de Brasília

UNIANA – Universidade Estadual de Anápolis

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UnUCET – Unidade Universitária de Ciências Exatas e Tecnológicas

UnUCSEH – Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas

UnU – Unidade Universitária

USP – Universidade de São Paulo

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADRO 1 – Fragilidades e Potencialidades evidenciadas na Avaliação Institucional realizada na UnUCSEH/UEG.....	65
QUADRO 2 – Sugestões apresentadas pela Comissão de Avaliação Institucional da UnUCSEH/UEG.....	71
QUADRO 3 – Quantidade de Coordenadores, Professores e Alunos dos Cursos de Geografia, História, Letras e Pedagogia da UnUCSEH/UEG.....	74
QUADRO 4 – Quantidade do percentual da comunidade acadêmica para responder ao questionário da pesquisa	75
GRÁFICO 1 : Gráfico referente às perguntas dos questionários aplicados aos professores. Perguntas 2, 3, 4 e 5.	82
GRÁFICO 2 : Gráfico referente às perguntas dos questionários aplicados aos alunos. Perguntas 2, 3, 4 e 5.....	82
GRÁFICO 3 : Gráfico referente às respostas da pergunta do questionário aplicado aos professores e alunos. Pergunta n. 10.....	85

RESUMO

A Avaliação Institucional é um importante instrumento de gestão, pois ela permite diagnosticar a realidade institucional, evidenciando potencialidades e fragilidades permitindo a tomada de decisões para o alcance da qualidade da gestão acadêmica. Assim esse trabalho tem como objetivo analisar se os resultados da Avaliação Institucional realizada nos anos de 2005/2006, na Universidade Estadual de Goiás, mais especificamente em uma de suas Unidades, na cidade de Anápolis, denominada Unidade Universitária de Ciências Socioeconômica e Humanas- UnUCSEH, contribuíram para melhoria da gestão e da prática pedagógica de seus docentes. Utilizamos como metodologia a abordagem qualitativa e, como técnica para coleta de dados, optamos por aplicar questionários para coordenadores de cursos, professores e acadêmicos e entrevistas semi-estruturadas para oitiva dos membros da Comissão de Avaliação e do Diretor da Unidade Universitária. Realizamos ainda a pesquisa documental nos Relatórios de Avaliação da Universidade e Unidade Universitária. Para análise, agrupamos os dados obtidos em categorias que emergiram das respostas dadas. Já para a análise sistematizada desses dados em relação ao processo de divulgação dos resultados, utilizamos a abordagem filosófica de Habermas, mais especificamente sua teoria da ação comunicativa, pela qual ele propõe a existência de dois grandes mundos: o mundo do sistema e o mundo da vida, no qual se dá o processo de democratização da gestão, podendo privilegiar a participação dos sujeitos na organização acadêmica e na compreensão dos saberes políticos e culturais, portanto na apropriação da autonomia universitária sustentada pela razão comunicativa. Consta que a Avaliação Institucional realizada na UnUCSEH teve sua formatação e organização por uma equipe externa à Unidade e com isso não houve a sensibilização da comunidade acadêmica para se envolver no processo avaliativo. Dessa forma o processo resumiu-se na coleta de dados quantitativos, com uma divulgação tímida, não servindo aos interesses da comunidade acadêmica, nem tampouco para implementar melhorias na gestão e nas práticas pedagógicas de seus docentes.

Palavras- Chave: Avaliação Institucional. Sensibilização. Resultados. Gestão Pedagógica. Docência.

ABSTRACT

The Institutional Assessment is an important management tool because it enables us to diagnose the institutional reality, highlighting strengths and weaknesses, allowing decision making to achieve quality of academic management. Thus, this study aims to analyze the results of Institutional Assessment conducted in the years 2005/2006, the State University of Goiás, but specifically in one of its units in the city of Anápolis, called Unity University Socioeconomic Sciences and Humanities-UnUCSEH, contributed to improved management and pedagogical practices of their teachers. Used as a methodology to approach qualifying and as a technique for data collection we chose to conduct questionnaires to course coordinators, teachers and scholars, and structured interviews for hearing members of the Evaluation Committee and the Director of University Drive. We also carried out documentary research on the Assessment Reports of the University and University Drive. For analysis, we grouped the data into categories that emerged from the answers given. As for the systematic analysis of these data in relation to the process of disseminating the results, we use Habermas's philosophical approach, more specifically his theory of communicative action where it shows the existence of two worlds: the world of system and life world, where takes the process of democratization in the management and can focus on the subjects' participation in organizing academic knowledge and understanding of politics and culture, so the ownership of university autonomy sustained by the communicative reason. We verify that the Institutional Assessment conducted in UnUCSEH, had its format and organization for a team outside the unit and thus there was no awareness of the academic community to engage in the evaluation process. Thus the process outlined in the collection of quantitative data, with a tentative release does not serve the interests of the academic community, nor to implement improvements in management and pedagogical practices of their teachers.

Keywords: Institutional Assessment. Awareness. Results. Educational Management. Teaching.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	24
1.1 Compreendendo a Avaliação Institucional.....	24
1.1.1 Percursos da Avaliação Institucional no Brasil	31
1.1.2 Conceituando a Avaliação Institucional.....	37
1.2 Conhecendo nosso locus de estudo	40
1.2.1 Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas - UnUCSEH.....	43
1.2.2 Contextualizando o Processo de Avaliação Institucional na Universidade Estadual de Goiás	46
1.2.3 Núcleo de Avaliação Institucional (NAI) da UnUCSEH.....	49
CAPÍTULO II. OS DIZERES DA COMUNIDADE ACADÊMICA DA UEG/UNUCSEH - ANÁPOLIS-GOIÁS	51
2.1 Análise documental do Programa de Avaliação Institucional da UEG	51
2.2 Análise do Relatório Final de Autoavaliação da Universidade Estadual de Goiás.....	56
2.3 Análise documental do Relatório de Autoavaliação da UEG/UnUCSEH- Anápolis.	62
2.4 Análise dos dados da Pesquisa Qualitativa - Apresentação dos resultados coletados a partir das entrevistas	74
CAPÍTULO III. ANÁLISE DOS RESULTADOS COLETADOS	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	116
ANEXOS	123

INTRODUÇÃO

A Avaliação Institucional é um importante instrumento de gestão, pois ela permite diagnosticar a realidade institucional, evidenciando potencialidades e fragilidades permitindo a tomada de decisões para o alcance da qualidade acadêmica. Segundo Dias Sobrinho (2000) a avaliação é um importante mecanismo de produção de conhecimento e de juízos de valor sobre a instituição, objetivando a qualidade, não só como diagnóstico, mas também como processo de melhoria. Assim, a avaliação não pode ser simplesmente um olhar sobre as ações realizadas, mas um processo de construção instituído nos movimentos que produzem a realidade de uma instituição.

Dessa forma, a avaliação não pode ser simplesmente um instrumento de coleta de dados, um emaranhado de documentos e questionários que depois de aplicados e os resultados encaminhados aos órgãos competentes do Ministério da Educação, são arquivados sem que haja socialização dos relatórios e posterior planejamento de ações com base nos dados colhidos. Nesse sentido, ainda nos ensina Dias Sobrinho (2000), os benefícios da avaliação não estão apenas nos seus resultados finais, consolidados em relatórios, mas também nos dispositivos da ação, do desenvolvimento do processo.

Em trabalho desenvolvido como gestora da educação básica, questionávamos quanto às avaliações externas que eram aplicadas nas escolas, cujos resultados não retornavam para conhecimento da comunidade escolar. Quando esses resultados eram conhecidos pela escola, verificava-se um grande número de informações qualitativas, sem encontrar apoio ou direcionamento junto à Secretaria de Educação para planejamento de ações que possibilitassem a utilização dos dados levantados na melhoria da qualidade do ensino oferecido na escola, ou mesmo por falta de conhecimento em gestão para utilizar os resultados como instrumento de planejamento.

Já no trabalho desenvolvido no Ensino Superior deparamo-nos com a Avaliação Institucional e, conseqüentemente, a Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES - Lei 10.891/2004). Ao estudar a referida Lei, vimos na autoavaliação uma possibilidade de auxílio à gestão para

o planejamento de ações de melhoria, bem como a confirmação das potencialidades existentes, uma vez que a Avaliação interna é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas. Assim, a “Avaliação Interna ou autoavaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a instituição” (Manual de Orientações - CONAES, 2004. p.6).

Assim nasceu nossa motivação em pesquisar sobre Avaliação Institucional, mas especificamente a aplicação dos dados obtidos na Avaliação Institucional. Então, indagados: pesquisar quais cursos? Decidimos pelos cursos de licenciatura, por entender a necessidade de oferecer um ensino de qualidade àqueles que estão sendo formados para formar outras pessoas.

Na cidade de Anápolis possui uma Universidade, a Universidade Estadual de Goiás, com duas Unidades, a Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas e a Unidade Universitária de Ciências Exatas e Tecnológicas, um Centro Universitário e seis Faculdades. Somente a Universidade é pública e os cursos de licenciatura são oferecidos nessa Universidade, no Centro Universitário e em uma das Faculdades. Assim, optamos por realizar a pesquisa na Universidade Estadual de Goiás. Essa escolha não se deu por acaso, mas por ser esta a única Instituição de Ensino Superior Pública da cidade de Anápolis. Por mais, a sua Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas, onde são ministrados os cursos de Licenciatura em Geografia, História, Letras e Pedagogia, pode ser considerada como a célula embrionária da Universidade Estadual de Goiás. Essa Unidade, outrora denominada de Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis, foi criada em 1961 para ministrar o curso de Ciências Econômicas. Em 1991, é transformada na Universidade Estadual de Anápolis - UNIANA, e posteriormente em 1999, em Universidade Estadual de Goiás. (CARVALHO e MELO, 2007, p. 21)

Definidos os cursos e o local da pesquisa, para sua realização procuramos priorizar o rigor metodológico na escolha das técnicas para coleta de dados, para tabulação, sistematização e análise dos mesmos.

A problematização da pesquisa nos remete a questionar se o resultado da Avaliação Institucional dos cursos de licenciatura da UEG/UnUCSEH - Anápolis tem contribuído para a melhoria da gestão e da prática pedagógica de seus docentes. Segundo Fonseca e Oliveira (2008), a Avaliação Institucional não deve ser reduzida a instrumentos formais para o controle da burocracia estatal, mas ser um processo contínuo e aberto, uma estratégia de refletir a realidade vivida cotidianamente com vistas à melhoria da qualidade do ensino. Desta forma os resultados devem ser socializados para toda a comunidade acadêmica, no sentido de, por meio do diálogo, da participação de todos, buscarem medidas concretas para o redimensionamento das atividades institucionais. Assim, a Avaliação Institucional torna-se, não um instrumento de controle do sistema, mas no compromisso com a melhoria da qualidade do ensino.

Na busca de respostas à nossa problematização, traçamos como objetivos: a) Analisar a forma de aplicação da Avaliação Institucional nos cursos de licenciatura da UEG/UnUCSEH - Anápolis; b) Identificar as formas de divulgação dos resultados obtidos na Avaliação Institucional, para gestores, docentes e discentes dos cursos de licenciatura da UEG/UnUCSEH – Anápolis; c) Verificar junto aos docentes dos cursos de licenciatura da UEG/UnUCSEH/Anápolis de que maneira foi feita a devolutiva dos resultados da Avaliação Institucional; d) Categorizar e interpretar a aplicação das sugestões apresentadas nos relatórios de Avaliação Institucional para o trabalho da gestão e docência dos cursos de licenciatura da UEG/UnUCSEH - Anápolis.

O método utilizado, ou seja, o caminho escolhido para dar respostas a essas indagações foi nosso norte, pois, de acordo com Oliveira (1998), método indica estrada, via de acesso e, simultaneamente, rumo, discernimento de direção. Uma investigação que segue um modo ou uma maneira planejada e determinada para conhecer alguma coisa, assim, o método assinala, um percurso escolhido entre outros possíveis.

O objetivo da metodologia é, então, o de estudar as possibilidades explicativas dos diferentes métodos. “O bom método é aquele que permite

conhecer verdadeiramente o maior número de coisas com o menor número de regras.”(CHAÚÍ apud OLIVEIRA, 1998, p.18)

A esse respeito Oliveira (1998) adverte sobre a necessidade de promover consonância entre pesquisa e bibliografia, pois atribui vida ao estudo, já que retira o artificialismo dos trabalhos, o que geralmente não acontece com os trabalhos acadêmicos. Todavia, faz-se necessário manter um relacionamento ambíguo com a experiência, ou seja, “ser ao mesmo tempo confiante e cético”. (OLIVEIRA, 1998, p. 19) A incorporação da experiência à pesquisa pode trazer vida ao trabalho, contudo, pode também trazer o resultado inverso, o da mortificação.

Ao elaborar arquivos, o pesquisador precisa ser criterioso, é preciso agir com ética com relação às pessoas pesquisadas e, principalmente, saber que pesquisar não se restringe a absorver técnicas e pô-las em prática, mas aprimorar a percepção, refinar a sensibilidade, ampliar horizontes de compreensão. O estudioso precisa tentar minimizar o distanciamento entre conhecimento e vida prática.

Métodos envolvem técnicas que devem estar sintonizadas com aquilo que se propõe, diz respeito a fundamentos e processos, nos quais se apóia a reflexão. Dessa forma “o melhor aprendizado da pesquisa social é fazê-la, mas, preferencialmente: fazê-la sabendo-se o que se faz”. (COHN apud OLIVEIRA, 1998). Assim sendo, optamos pelo método dialético, como ressalta Carvalho e Mello:

O materialismo dialético é um método científico que se preocupa com a interconexão de todos os aspectos de cada fenômeno e que resulta de um processo de movimento de conexão, interdependência e interação para compreensão do mundo. É nesse processo de conhecimento do desenvolvimento histórico que leis, categorias e conceitos que existem objetivamente auxiliam os pesquisadores na compreensão do real . (CARVALHO e MELLO. 2007, p. 51).

Para análise dos dados coletados, aportamos aos ensinamentos de Habermas, que busca proporcionar aos sujeitos uma interação por meio do discurso argumentativo construtivo, que parte do geral para o geral, ao passo que os sujeitos vêem a necessidade de se relacionarem com os outros sujeitos iguais, em nível de poder alcançado pelo conhecimento, para assim, ocupar seu espaço participativo nas questões discursivas e deliberativas em relação ao interesse comum, que consiste em se chegar a um ponto de equilíbrio das

vontades particulares, em benefício do todo.

Habermas (1987), epistemologicamente entende a necessidade de o homem dominar o conhecimento, porque só este é capaz de promover uma emancipação racional e possibilitar a relação intersubjetiva cognitiva.

Para a realização da pesquisa, a abordagem metodológica escolhida foi a qualitativa. Os pesquisadores entendem que as pesquisas científicas se subdividem em pesquisas quantitativas e qualitativas.

Lüdke e André (1986) nos ensinam que a pesquisa quantitativa normalmente se mostra apropriada quando existe a possibilidade de medidas quantificáveis de variáveis e inferências a partir de amostras de uma população. Esse tipo de pesquisa usa medidas numéricas para testar constructos científicos e hipóteses ou busca padrões numéricos relacionados a conceitos cotidianos.

Já a pesquisa qualitativa, conforme as mesmas autoras, possibilita a caracterização descritiva e detalhada dos dados. O pesquisador precisa atentar para o maior número possível de elementos presentes na situação estudada, pois um aspecto supostamente trivial pode ser essencial para a melhor compreensão do problema que está sendo estudado. A preocupação com o processo é muito maior que com o produto. O interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.

O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. Nesses estudos há sempre uma tentativa de capturar “a perspectiva dos participantes”, isto é, a maneira como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas. Enfim, essa abordagem exige do pesquisador uma habilidade ou aprendizagem para observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, grupos e entre pessoas e instituições. Essas autoras ainda enumeram cinco características da pesquisa qualitativa, ou seja: ambiente natural como fonte dos dados; dados coletados eminentemente descritivos; preocupação com o processo maior do que com o produto; pesquisador (es) como o principal elemento de coleta de dados; e o significado que as pessoas dão às coisas como principal elemento de construção de saber para o(s) pesquisadores. Se bem utilizada, a

abordagem qualitativa possibilita um conhecimento mais profundo e subjetivo do problema pesquisado.

Apesar de haver planejamento dos caminhos a serem percorridos, estes foram se estruturando e tomando clareza à medida que a pesquisa foi sendo realizada.

O projeto apresentado inicialmente tinha por meta a oitiva do diretor da Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas, os membros da Comissão Própria de Avaliação, os coordenadores dos quatro cursos e dos acadêmicos destes cursos. Entretanto, foi necessário fazer um recorte, quanto aos professores e acadêmicos a serem entrevistados uma vez que a Universidade conta com grande número de professores não efetivos e muitos já deixaram a unidade e os novos não participaram da Avaliação Institucional. Quanto aos acadêmicos, como a avaliação ocorreu nos anos de 2005 e 2006, eles concluíram ou deveriam ter concluído os cursos no ano de 2008, o que dificultou a sua localização. Desta forma, foi entrevistada apenas uma parcela dos professores e acadêmicos.

Para realizar essa pesquisa qualitativa, o estudo de caso foi escolhido, pois se trata de uma modalidade especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores.

O estudo de caso, segundo Lüdke e André (1986), parte da interpretação de um contexto e deve-se levar em conta o local onde ocorreram as problemáticas. Ele busca retratar a realidade de forma completa e profunda. Os estudos de casos usam uma variedade de fontes de informações, revelam experiências vicárias e permitem generalização naturalística. Eles procuram representar os diferentes, e por vezes, conflitantes pontos de vista presentes numa situação social. Os relatos do estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa. O desenvolvimento de um estudo de caso passa pela fase exploratória, na qual se define o que se pretende estudar. O segundo passo é a delimitação do estudo, em que se determinam os focos da investigação e estabelecem-se os contornos do estudo, ou seja, a estruturação dos instrumentos. O terceiro passo é a análise sistemática e a elaboração do relatório. Neste compilam-se as informações, analisando-as e tornando-as disponíveis aos informantes, para

que manifestem suas reações sobre a relevância e a acuidade do que é relatado.

Na pesquisa qualitativa, várias técnicas podem ser utilizadas. Dentre as mais usadas, destacam-se as entrevistas não-direcionadas e semiestruturadas, questionários abertos, observação participante e os grupos focais.

Nesta pesquisa, escolhemos para coleta de dados a aplicação de um questionário por amostragem para os segmentos de alunos, professores, coordenadores dos cursos e membros da Comissão de Avaliação, sendo que para os dois membros responsáveis pela elaboração do relatório, foi realizada uma entrevista semi estruturada, instrumento também utilizado para oitiva do Diretor da Unidade.

Assim, para melhor compreensão, podemos dizer que a pesquisa foi realizada em quatro etapas: análise documental, aplicação de questionários e entrevistas. Essas etapas, realizadas de forma estruturada e sem fragmentação, deram consistência e entendimento à pesquisa realizada. Dessa forma, podemos assim descrever as etapas realizadas:

1ª Etapa: análise documental – essa fase consistiu na análise do Programa de Avaliação Institucional da UEG, sendo esse programa geral para todas as Unidades Universitárias; Análise do Relatório Geral de Avaliação Institucional da UEG. Esse relatório foi analisado uma vez que nele estão inseridos os dados apresentados por todas as Unidades Universitárias e o Relatório de Avaliação Institucional da UnUCSEH, que é o nosso objeto de estudo. Além desses documentos foram feitas leituras de toda a legislação referente à Avaliação Institucional no Ensino superior, especialmente a Lei N. 10.861/2004 – SINAES e as Orientações da CONAE.

2ª Etapa: Coleta de dados – o questionário foi a melhor opção encontrada para dar voz os coordenadores, professores e acadêmicos. A escolha dos sujeitos dessas categorias para responder aos questionários foi realizada de forma aleatória. De posse dos nomes dos coordenadores e professores encaminhamos os questionários via *email* com a explicação da pesquisa juntamente com a solicitação para sua adesão como respondente. Alguns foram ouvidos pessoalmente. Da mesma forma foi o procedimento com os acadêmicos, sendo encaminhado *email* para todos os egressos dos cursos de licenciatura de 2008.

3ª Etapa: Entrevistas – Essa foi uma etapa muito rica e importante para o nosso trabalho. Como optamos por uma pesquisa qualitativa, e a fala dos sujeitos tem maior relevância que os números, as entrevistas trouxeram informações esclarecedoras. Foram entrevistados os membros da Comissão Própria de Avaliação e o Gestor da Unidade.

4ª Etapa – Essa etapa consistiu na análise sistemática dos dados e feitura do Relatório Dissertativo.

Para a realização da análise dos resultados foram organizadas categorias que emergiram das respostas dos questionários e entrevistas. Enumeramos, então, quatro categorias, ou seja: 1. Sensibilização para envolvimento da comunidade acadêmica na Avaliação Institucional, 2. Rigor na coleta de dados, 3. Transparência na divulgação dos dados, 4. Utilização dos dados para implementação de melhorias.

Ainda nessa etapa, para a análise sistematizada dos dados em relação ao processo de divulgação dos resultados, utilizamos a abordagem filosófica de Habermas (1987) mais especificamente sua teoria da ação comunicativa em que o autor mostra a existência de dois grandes mundos: o mundo do sistema e o mundo da vida. O mundo do sistema é onde está materializada a razão instrumental, podendo ser exemplificada pela ação política institucionalizada pelo Estado, expressa na lógica do poder econômico e político. Já o mundo da vida é o contexto no qual ocorrem as ações comunicativas. Nele, estão os sentimentos, as ações do cotidiano e os contextos sociais.

Ao aplicar esta concepção para as Instituições de Ensino Superior, podemos dizer que é no seu cotidiano que se dá o processo de democratização da gestão, podendo privilegiar a participação dos sujeitos na organização acadêmica e na compreensão dos saberes políticos e culturais, portanto, na apropriação da autonomia universitária sustentada pela razão comunicativa.

O sistema de avaliação proposto pelo SINAES orienta e articula de forma coerente, concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes da comunidade acadêmica e de instâncias do governo; o que não seria possível, no cotidiano institucional, sem a prática de uma ação comunicativa eficiente.

Por outro lado, a avaliação institucional deve ser um processo de criação de cultura, de busca contínua de atualização e de auto-superação pelos atores-

sujeitos e de auto-regulação institucional, no nível das estruturas de poder e do sistema, assegurando, assim, sintonia com as mudanças operadas no entorno, na economia, na ciência e tecnologia. Pressupõe o envolvimento e a disposição de cada participante do processo universitário em buscar patamares superiores de qualidade e de relevância de seu fazer. Provavelmente, esse é o caminho mais seguro para a construção da autonomia universitária e consequente melhoria da prática pedagógica e da gestão. Trata-se, ainda, de um processo de mudança, lento, gradual, com avanços e retrocessos, de não acomodação, de compromisso com o futuro. Buscaremos evidenciar que a criação dessa cultura avaliativa dar-se-á pela prática da socialização, ou seja, a divulgação dos resultados obtidos na avaliação, de forma transparente e democrática, sem receio de mostrar as potencialidades e fragilidades apontadas e possibilitando o diálogo para discussão das sugestões apresentadas objetivando a melhoria da qualidade das práticas pedagógicas e da gestão universitária e a concretização de sua autonomia.

Nesse sentido, a utilização da teoria da ação comunicativa de Habermas (1987) orienta que as pessoas, por meio da utilização da linguagem, organizam-se socialmente, buscando o consenso de uma forma livre a toda coação externa e interna. No caso em questão, essa organização, utilizada para discutir os resultados obtidos na Avaliação Institucional, conduzirá à construção de um planejamento das ações institucionais.

No plano das estruturas de poder interno da Universidade, a construção e reconstrução contínua desse planejamento das ações, global e setorial, embasado nos resultados da avaliação, é um indicador-maior de que o processo está na direção certa. E se esse processo se realiza, conforme orienta Habermas, pela ação comunicativa, possibilita aos sujeitos colocar-se em interação promovendo a reflexão crítica e a autonomia ideológica da comunidade acadêmica. Dessa forma, a avaliação institucional pode contribuir para a transformação, democratização interna e melhoria da prática pedagógica e da gestão universitária.

A Lei 10.861 de 14 de abril de 2004 (Lei do SINAES), afirma em seus princípios que, “a educação é um direito e um bem público, entende que a missão pública da educação superior é formar cidadãos, profissional e

cientificamente competentes e, ao mesmo tempo, comprometidos com o projeto social do país”. A Universidade Estadual de Goiás tem como uma de suas finalidades “formação de professores e de profissionais liberais para o mercado de trabalho” (BRZEZINSKI *et al*, 2005, p. 7). Para que a formação desses profissionais seja eficaz necessita perpassar por uma ação pedagógica eficiente e comprometida com a qualidade. Assim, a Avaliação Institucional pode ser um dos instrumentos para atingir a qualidade dessa formação, o que justifica a realização desta pesquisa.

A organização desse trabalho é feita em três capítulos, a saber: no Capítulo I, iniciamos por tentar compreender o processo avaliativo até a Avaliação Institucional, passamos por descrever a historicidade da Avaliação Institucional no Brasil, enfocando alguns conceitos segundo estudiosos da área. Identificamos o nosso *locus* e como procedeu ali o processo de Avaliação Institucional, tudo com base em um referencial teórico.

No Capítulo II, trouxemos como vozes da comunidade acadêmica pesquisada, as análises documentais e os resultados dos questionários e entrevistas realizadas. Dessas análises emergiam quatro categorias que são descritas no Capítulo III, ou seja, 1. Sensibilização para envolvimento da comunidade acadêmica na Avaliação Institucional, 2. Rigor na coleta de dados, 3. Transparência no processo de Avaliação Institucional, 4. Utilização dos dados para implementação de melhorias.

Acreditamos que o tema desse trabalho seja atual e pertinente e esperamos que sirva de aporte para novos estudos na busca incessante da oferta de um ensino de qualidade em um ambiente que possibilite o diálogo permanente na busca do consenso.

CAPÍTULO I AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS.

Nesse capítulo buscaremos compreender a Avaliação Institucional, iniciando por trazer sua trajetória desde os bancos escolares quando descrevemos os cinco períodos básicos, segundo Stufflebeam e Shinkfield (apud DIAS SOBRINHO, 2003), até chegarmos à Avaliação Institucional. Passamos por descrever os percursos da Avaliação Institucional no Brasil. Faremos referências ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, ao Exame Nacional de Cursos – ENC e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Por último traremos algumas definições de Avaliação Institucional, conforme estudiosos da área.

1.1 Compreendendo a Avaliação Institucional

A avaliação está presente em vários campos da vida humana e permeia, mesmo que de forma inconsciente, nossas ações, relações interpessoais e atividades diárias. Como afirma Dias Sobrinho (2002 p. 17), “a avaliação, em sentido amplo, é uma atividade que faz parte da vida humana e está presente no cotidiano dos indivíduos”. O relacionamento humano é envolvido por críticas, sugestões e discussões, sendo-lhe peculiares as ações de criticar, analisar, verificar, classificar, medir, selecionar e buscar melhorias. Assim, podemos dizer que avaliar é algo inerente ao ser humano, oriundo de suas relações sociais e interpessoais, portanto avaliar não é um processo novo.

Para falarmos de avaliação, é preciso analisar o contexto social e cultural na qual está inserida. Nota-se que a avaliação surgiu como necessidade da sociedade moderna, pois o sistema capitalista trouxe para a escola a função de preparar o aluno para novos cargos e funções que emergiram na sociedade e com a Revolução Industrial, apareceram novas formas de organização trabalhista e salarial, evidenciando a ocupação hierárquica dos trabalhadores.

Dessa forma, a avaliação saiu dos bancos escolares, ganhando maior importância, pois:

(...) ela passa a averiguar até que ponto os currículos e as práticas pedagógicas estão atingindo os objetivos de levar a escola a ser

eficaz e alcançar as metas de eficiência que a economia exigia. Portanto, torna-se mais evidente a sua racionalidade instrumental. Ainda que permanecesse muito centrado nas escolas e, sobretudo no eixo ensino aprendizagem, seu campo se ampliou, na medida em que passou a articular os rendimentos dos alunos às questões de currículos e programas. Sua importância também cresceu como mecanismo de controle e seleção de sua fidelidade e cientificidade, graças ao aperfeiçoamento dos instrumentos de testes e medidas (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 21 - 22).

Conforme ainda nos ensina esse autor:

A expressão “avaliação educacional” apareceu somente em 1934, usada pela primeira vez por Tyler. Nessa altura começam a vigorar as propostas de educação por objetivos. A tarefa básica da educação era cumprir os objetivos que eram previamente estabelecidos, com base nos recursos e crenças da ciência positivista da época e em função das necessidades econômicas e sociais que, de modo especial, os Estados Unidos experimentavam. A avaliação deveria averiguar o quanto os estudantes, individual e coletivamente, conseguiam demonstrar, isto é, segundo a concepção de educação então dominante, que mudanças de comportamento se podiam observar ao final de um determinado processo, tendo em vista os objetivos estabelecidos (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 21).

A avaliação, assim, começa a ser utilizada para medir a eficiência dos sistemas educacionais.

Como esta pesquisa focaliza a avaliação institucional, buscaremos para tanto contextualizar sua historicidade, procurando compreender sua origem e formação ao longo dos anos, bem como entender o que dá sentido ao processo de avaliação do ensino superior no Brasil. Enumeraremos alguns conceitos apresentados ao longo dos anos de avaliação institucional e por último buscaremos conhecer nosso locus de estudo.

Para melhor situar a trajetória da avaliação, segue uma breve descrição dos cinco períodos básicos, segundo Stufflebeam e Shinkfield (apud DIAS SOBRINHO, 2003).

O primeiro período, também conhecido como Pré-Tyler, compreende os últimos anos do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Nessa fase, a avaliação prima pela elaboração e aplicação de testes, aproveita-se de conhecimentos adquiridos anteriormente em outras áreas, e caracteriza-se pelas medições psicofísicas (capacidades sensoriais, tempos de reação, etc.). Essas práticas de mensurações são usadas como meio de medir as capacidades mentais e físicas.

Ainda nos primeiros anos do século XX, Binet e Rice sistematizaram testes de inteligência e de ortografia na escola.

Esse período é marcado pela avaliação mensurável, claramente absorvida pelo paradigma positivista, na qual as diferenças individuais são privilegiadas, não havendo relação da avaliação com programas escolares ou desenvolvimento de currículo. Tal caracterização insere a avaliação basicamente no campo da psicologia. Podemos concluir que nesse período são caracterizadas nulas ou quase nulas as atividades de avaliação

No segundo período, a avaliação ainda está bastante ligada à área da psicologia e à cultura dos testes e medidas, mas começa a se desenvolver como prática aplicada à educação no início do século XX. O movimento de gestão científica da educação se efetiva e visa dotá-la de eficiência ainda sob o paradigma positivista. Esta fase concebe a avaliação como exclusivamente técnica, reduzida a testes de verificação, mensuração e quantificação da aprendizagem dos estudantes.

“A aprendizagem torna-se o objeto central de estudos da psicologia, já que é vista como fator de fácil mensuração e quantificação.” (DIAS SOBRINHO, 2003, p.19) Tem-se a ilusão de que se pode controlá-la de forma objetiva, por meio de métodos de análises científicas, destituídos dos fenômenos subjetivos humanos mais complexos, como, por exemplo, emoções e valores. Enfim, “a avaliação focaliza os testes, as escalas de classificação, os instrumentos técnicos.” “A aprendizagem torna-se o objeto central de estudos da psicologia, já que é vista como fator de fácil mensuração e quantificação.” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 19)

O terceiro período tem em Ralph Tyler (1934) seu maior expoente, considerado o pai da avaliação educacional e fundador da avaliação de currículo. É marcado pelos objetivos educacionais e se preocupa com a gestão científica, com o desenvolvimento curricular e com as instituições. A avaliação busca de forma experimental determinar, ao final do processo de ensino, se o estudante é capaz de demonstrar a realização dos objetivos previstos e declarados. Assim, a avaliação constitui-se em importante instrumento para a regulação do conhecimento e formas de adquiri-lo, bem como define os comportamentos desejados, controla os seus cumprimentos e aplica as sanções ou prêmios correspondentes aos resultados. A mais importante

característica da avaliação passa a ser a descrição de padrões e critérios relativos ao sucesso ou fracasso de objetivos previamente estabelecidos.

Segundo Dias Sobrinho (2003), os objetivos orientam critérios e normas e a avaliação consiste em determinar as coincidências e discrepâncias entre o planejado e o efetivado. Nesse momento, a avaliação adquire uma conotação de racionalização científica, compromissada com a ideologia utilitarista tão própria da indústria. Essa racionalidade vê na escola uma instituição útil ao desenvolvimento econômico que possui em seu núcleo a idéia de eficiência. Portanto, a avaliação caracteriza-se por ser um instrumento para diagnosticar quantitativamente a rentabilidade e a eficiência da escola, dos processos pedagógicos e administrativos.

De acordo com Sacristan (apud DIAS SOBRINHO. 2003,p.20), a partir dessa finalidade passa-se a “elaborar instrumentos adequados a esses diagnósticos, selecionar instrumentos de êxito como, por exemplo, tempo para a execução de tarefa, porcentagem de sucesso na escolarização, números de alunos aprovados nos diversos níveis,” e a formularem-se índices para diagnosticar o êxito da “empresa escolar”.

Esse tipo de avaliação inspira mais tarde outros modelos, como modalidade *accountability*, que ainda é atualmente muito praticada por caracterizar-se pela demonstração de eficiência e produtividade. Estimulada por agências financiadoras e apoiadas pelos governos, foi muito usada no Brasil, na década de 1990,.

O quarto período, chamado de Realismo (1958-1972) representou um auge na avaliação aplicada, em função do apoio financeiro das administrações públicas e desenvolvendo-se como uma atividade de caráter próprio. Esse período, segundo Dias Sobrinho (2003, foi marcado pelas avaliações de projetos e de currículos em grande escala, financiadas com fundos públicos e com uma metodologia relacionada aos conceitos de utilidade e relevância, o que permitiu a avaliação converter-se em uma indústria e profissão.

Em 1965, foi promulgada pelo Presidente Lyndon Johnson a Declaração de "Guerra contra a Pobreza". Isso implicou na destinação de grandes fundos para programas sociais, dando ênfase aos problemas dos estudantes que chegavam à escola com desvantagens sociais e educacionais, em geral, oriundos de famílias pobres e marginalizadas. Decorrente da proposta do

Senador Robert Kennedy, fez-se obrigatória uma avaliação para saber se esses programas alcançaram os objetivos propostos, o que impulsionou a obrigatoriedade de avaliação dos programas sociais. Nesse período, o senador Robert Kennedy incluiu nas Diretrizes da Educação Secundária e Elementar, uma cláusula adicional relativa à avaliação, tornando-a assim, parte obrigatória da educação. Essa decisão deve-se ao fato de suspeitarem que a escola fosse culpada pelo baixo nível de desempenho dos alunos. Nesse caso, a implantação da avaliação significou uma forma de prestação de contas aos pais. Pensava que as escolas eram, em parte, culpadas pelo baixo nível de rendimento dos alunos, e que o novo financiamento federal não se utilizava com proveito. O propósito que perseguia a obrigação de elaborar informe era dar notícia aos pais, sobretudo aos pais pobres, de como trabalhavam as escolas. Foram utilizados, como instrumentos, os testes standardizados. Para efeito dos diagnósticos que as novas e complexas políticas estavam requerendo, percebe-se a fragilidade de toda a metodologia de avaliação utilizada até então.

A avaliação ampliava o seu campo, não se tratava mais simplesmente de avaliar alunos, mas também os professores, as escolas, os conteúdos, as metodologias e estratégias de ensino, etc. Esse período é marcado pela realização de muitos trabalhos práticos na área. Além do enfoque positivista e quantitativista, passa a orientar-se também pelos enfoques naturalistas ou fenomenológicos e qualitativos.

Segundo Cronbach (apud DIAS SOBRINHO, 2003), as decisões a serem tomadas constituem o centro da avaliação. Essas decisões estão vinculadas à melhoria de cursos, organização dos estudantes e regulação administrativa.

O quinto é o período do profissionalismo (1973), quando a avaliação amplia-se para além das salas de aula e das instituições educacionais. A produção teórica é intensificada manifestando-se na publicação de livros e revistas específicos, inclusive foram criados cursos de formação em avaliação por algumas universidades.

Há uma veiculação de comunicações entre os partidários dos métodos positivistas/quantitativos e aqueles que propõem métodos fenomenológicos/qualitativos. Neste período, apenas no Canadá e em algumas

organizações internacionais, além dos Estados Unidos, implantou uma avaliação sistemática das políticas públicas. A avaliação surgiu, também, nas Universidades da Espanha na perspectiva de verificação do funcionamento do sistema, visando melhorá-lo. Assim, a avaliação surgiu com a função de melhorar a qualidade dos serviços que a universidade presta à sociedade.

Surge a metavaliação ou avaliação da avaliação. Destacam-se nesse período: o incremento e melhoria da comunicação, a qualificação, a preparação e titulação dos avaliadores, a cooperação entre organizações profissionais relacionadas com a avaliação educacional, a melhor comunicação entre partidários dos métodos positivistas quantitativos e fenomenológicos qualitativos.

O foco da avaliação passa ser a tomada de decisão e não mais nos objetivos. O caráter qualitativo ganha pelo questionamento ao paradigma científico positivista. À medida que houve crescimento e interesse na área de avaliação, esta ganha complexidade, especialmente porque os fenômenos mais significativos que ocorrem no interior do sistema educacional, na maioria das vezes, não são passíveis de mensuração, por isso necessita-se de uma avaliação capaz de abarcar esses novos fenômenos. Assim ela passa a incorporar a negociação, a democracia, metodologia e instrumentos adaptados às disciplinas das áreas humanas e sociais. Para Dias Sobrinho (2003), a avaliação passa a ser reconhecida como de interesse público. Além das questões técnicas há também as éticas e políticas.

Portanto, é no terreno educativo que a avaliação encontrou um campo fértil, constituindo-se como prática política e pedagógica, tornando-se um importante campo de estudo.

Esse breve relato histórico evidencia uma ampliação do foco da avaliação. Primeiro do objeto a ser avaliado, o qual parte inicialmente do indivíduo ou de uma capacidade específica deste, passando por objetivos específicos, indo para a abrangência de um programa, uma instituição, uma determinada política pública e até um governo. Possibilita-nos, ainda, observar a evolução do processo de avaliação em si, que se inicia como estudo, investigação ou pesquisa científica, incorporando mais tarde o foco do empreendimento como uma decisão política e coletiva de uma instituição que se autoavalia.

A presença de outros elementos, como o compartilhamento de diferentes percepções e a negociação, traz para o processo da avaliação a dimensão sociopolítica, acrescentando um caráter de comprometimento de quem avalia. A amplitude do processo de avaliação incorpora a busca e a construção de significados e sentidos, tanto para as pessoas quanto para as instituições e para a sociedade.

A avaliação evolui da mensuração, medida, observação e descrição da realidade para a análise crítica com julgamento de valor ético-político-social pactuado entre os envolvidos. Inicialmente, o valor atribuído ao objeto avaliado constituía-se como uma característica intrínseca a ele e que necessitava ser descoberta. Mais tarde, passa a importar quais sujeitos históricos estão a interpretá-lo e também em que contexto ele está inserido.

Junto com a evolução do objeto e do processo, também as funções e o uso da avaliação se ampliam. No início produzia uma informação, revelava a identificação de uma característica, mais tarde passou a servir para a tomada de decisão coletiva e para a prestação de contas à sociedade. Neste sentido, os resultados da avaliação passam a interessar não só aos avaliadores, mas a outros atores sociais. Podemos assim dizer que desta forma a avaliação assume um caráter global, no sentido de formação, indo além de um simples processo informativo para o processo formativo, estabelecendo um caráter educativo possibilitando tornar evidente o que é preciso mudar e o que é preciso fortalecer e ampliar para atingir os objetivos traçados. Nesse sentido José Dias Sobrinho, nos ensina que:

Avaliar é, pois, um modo social de formar. Sendo social e pública, a avaliação implica no mesmo processo educativo tanto avaliadores como avaliados, educadores e educandos, com funções ora iguais, ora distintas, conforme o caso, mas certamente em situações sociais sempre carregadas de densidade pedagógica (DIAS SOBRINHO, 2000, p. 131).

Em relação à Avaliação Institucional, o mesmo autor enfatiza que:

A avaliação institucional deve ser promovida como um processo de caráter essencialmente pedagógico. Não se trata apenas de conhecer o estado da arte, mas também de construir [...] reconhecer as formas e a qualidade das relações na instituição, constituir as articulações, integrar as ações em malhas mais amplas de sentido, relacionar as estruturas internas aos sistemas alargados das comunidades acadêmicas e da sociedade (DIAS SOBRINHO, 2000. p.61).

Sendo o foco de nossa pesquisa a Avaliação Institucional, mais especificamente se os resultados dessa avaliação trouxeram contribuições positivas para a melhoria da prática pedagógica dos cursos de licenciatura da UEG/UnUCSEH/Anápolis, a evolução histórica da avaliação e a sua delimitação conceitual nos ajudará a melhor lidar com o tema. Assim traremos esse contexto para o nosso País.

1.1.1 Percursos da Avaliação Institucional no Brasil

As pesquisas em Avaliação Institucional, de Aprendizagem, de Programas ou de Sistemas vêm ocorrendo de forma gradativa, no Brasil, nos últimos vinte anos. Sendo um instrumento de reforma do Estado e da Educação Superior, sua prática é recente nas universidades brasileiras acontecendo coincidentemente com a expansão neoliberal. Concepção instaurada principalmente entre os anos 1950 e 1960, em pleno projeto desenvolvimentista do país. A partir dos anos 1970, começa a configuração para implantação de uma Reforma Universitária que cresce em dimensão nacional nos anos 1980, consolidando-se a partir da década de 1990. Meneghel (2006), baseando-se em Balzam e Dias Sobrinho, dizem que:

A idéia de instaurar um processo de avaliação do sistema de educação superior no Brasil começou a ter o apoio da comunidade acadêmica em meados da década de 1980, momento em que a comunidade científica brasileira, os movimentos docentes, as agências governamentais ligadas à educação superior, particularmente à pesquisa, discutiam a questão da necessidade da avaliação Institucional, com motivações diferentes. No interior das Universidades públicas, não sem contradições, desenvolveu-se a idéia de que a avaliação era necessária ao menos por dois motivos: cumprimento do princípio de transparência e por ser o mecanismo de fortalecimento da instituição pública ante as contínuas ameaças de privatização (MENEGHEL, 1996, p. 95).

A experiência brasileira em avaliação sofreu influência da literatura norte-americana, visto que as avaliações em grande escala originaram-se no âmbito do Estado no pós II Guerra Mundial. As avaliações foram concomitantes ao processo de construção do Estado de Bem-Estar. Da

mesma forma os pesquisadores norte-americanos inspiraram alguns usos e pesquisas em avaliação em quase todos os países do mundo ocidental e computam mais de meio século de teorias e práticas em avaliação.

A avaliação no âmbito do Estado, no Brasil, tornou-se obrigatória somente para o sistema educacional e foi institucionalizada nos anos 1990. Anos marcados pelo crescimento político das orientações neoliberais de Estado.

Mas, ainda que de forma pontual, historicamente registra-se no Brasil algumas experiências de avaliações a partir do final dos anos 1970.

Leite (1997) faz um importante percurso histórico que aqui resumiremos. Segundo a autora, em 1977, houve o início das avaliações da pós-graduação brasileira pela CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que introduz a avaliação externa, com base no modelo americano de credenciamento, focalizando os programas de pós-graduação; que mantém como características: avaliação externa, compulsória, setorial, padronizada e comparativa.

No âmbito do Governo, o Ministério da Educação, em 1983, instituiu o PARU - Programa de Avaliação da Reforma Universitária que vigorou até 1986. Neste mesmo ano, o Ministério criou o GERES – Grupo Executivo para Reformulação do Ensino Superior.

Em 1982, a Associação Nacional de Docentes - ANDES, propõe a avaliação institucional, assim como o Ministério da Educação - MEC em 1983, instituindo o Programa de Avaliação de Reforma Universitária - PARU, permanecendo precariamente até o ano de 1986. Em 1985, novo grupo era formado, o GERES - Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior, que, segundo LEITE (1997, p.9), “em última análise, através da avaliação, pretendia ranquear as instituições”. O grupo propunha uma mudança operacional, suscitando o desencadeamento de várias discussões acadêmicas tanto pela ANDES, como pelo CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, gerando projetos substitutivos. Como resultado, nasceram três propostas: uma

governamental (avaliação com a participação da comunidade); outra da ANDES (centrada em mecanismos democráticos, transparentes e legítimos de avaliação sistemática de atividades) e a do CRUB (unindo autonomia e avaliação).

A discussão sobre a avaliação institucional ampliou-se ainda mais ao fim dos anos 1980, haja vista a promulgação da Constituição de 1988, sendo que o Artigo 37 trata da obediência aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade. O Artigo 206, Inciso VII, propõe uma garantia de qualidade como princípio constitucional para o ensino e o Artigo 209, associa o ensino privado à avaliação de qualidade pelo Poder Público.

O Estado Avaliativo mostra-se assim ambíguo, mantendo, contudo, uma forte ênfase burocrática, ao tentar resolver no papel e na avaliação de resultados os históricos problemas de ensino superior brasileiro. (...) a avaliação MEC acaba por tornar-se um instrumento de poder político muito forte do Estado perante as IES, e está sendo aplicada com fins que, provavelmente, não coincidem com os propósitos e as ações emancipatórias e preservadas da autonomia universitária que o PAIUB, comprovou serem viáveis em sua prática. (LEITE, 1997, p. 26).

No ano de 1989 o MEC com o apoio da *British Council* promoveu em Brasília o Seminário *Institutional Evaluation in Higher Education*.

Paralelamente, a UnB- Universidade de Brasília, em 1987, a UFPR – Universidade Federal do Paraná, em 1988, a USP – Universidade de São Paulo, em 1988 e a UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, em 1991, organizaram seus próprios processos de avaliação institucional.

Em 1992, o MEC realizou em Brasília um seminário de avaliação institucional com vários dirigentes das universidades brasileiras, contando com a participação da *British Council Mission*.

Em 1993, o Ministério da Educação recebeu uma proposta do Fórum de Pró - Reitores sobre a criação de um programa de apoio à avaliação do ensino de graduação.

Ainda neste ano, foi instituída pelo Ministério da Educação uma Comissão Nacional para propor um sistema brasileiro de avaliação do ensino superior. A comissão tinha a seguinte composição: representantes dos reitores das universidades federais, das associações

das universidades públicas estaduais e municipais, das particulares e confessionais. Também de um comitê assessor formado por representantes indicados.

Esta comissão, sob a Coordenação do Reitor Professor Hélgio Trindade (ANDIFES) elabora a Proposta de Avaliação Institucional e

desse esforço conjugado em nível nacional, sob a inspiração do documento básico da ANDIFES, institucionalizou-se o Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) estabelecendo as bases de um processo construtivo de avaliação (LEITE, 1997, p.28).

Assim, em 1993, surgia o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileira – PAIUB, com dotação orçamentária própria e com livre adesão das universidades. Surgiu, como escreveu Leite (1997), das bases universitárias e adiantando-se ao Estado.

O PAIUB foi assim uma proposta de iniciativa voluntária criado por associações e se enquadrou no modelo democrático, pois havia a participação de membros internos (corpo docente e administrativa) das instituições e representantes externos das universidades. Preocupou-se com o social (extensão), não tinha caráter punitivo e buscava evidenciar o que se refere à qualidade das universidades. Não apresentou políticas externas que prejudicassem o desempenho e autonomia das instituições, desvinculando-se totalmente das características de caráter regulador, controlador, comparativo, ranqueador institucional, perspectivas mercadológicas e de ênfase quantitativa.

Para Ristoff (2000, p. 40), “o PAIUB se baseou nos seguintes princípios: o da globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não premiação ou punição, adesão voluntária, legitimidade e continuidade”.

O PAIUB tinha como principal finalidade a qualificação do ensino superior, com valorização do ensino, da pesquisa e da extensão, através de uma proposta que apresentava uma metodologia democrática e não reguladora, preocupando-se realmente com as instituições de ensino superior; conferir-lhes autonomia e direcionando sua proposta para a sociedade.

Ainda em relação ao histórico do PAIUB e o documento apresentado pela CNA:

(...) No documento básico (PAIUB), apresentado pela Comissão Nacional de Avaliação em 26 de novembro de 1993, consta como princípios que a avaliação é: a) Um processo contínuo de

aperfeiçoamento do desempenho acadêmico; b) Uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária; c) Um processo sistemático de prestação de contas à sociedade. Mediante a aprovação desses três itens norteadores, a Comissão Nacional de Avaliação amplia a abrangência da avaliação quando assume a importância social da universidade (PAIUB, 1993, p.12).

Em 1995, na contra mão deste processo democrático, o MEC iniciou paralelamente outro processo de institucionalização de práticas avaliativas diferentes das bases do PAIUB, isto é, baseados em outros enfoques avaliativos.

O Governo Federal, por meio da Medida Provisória nº 1018 de 8/06/1995 implantou o ENC – Exame Nacional de Cursos, o chamado ‘Provão’, com o objetivo de avaliação do ensino. E iniciou suas primeiras provas no final do ano de 1996.

Também em 1996 editou o Decreto 2026 de 10/10/1996, que trata dos procedimentos de avaliação dos cursos de graduação e das instituições de ensino superior, “normatizando” todo o sistema com projetos reguladores que, segundo Leite (1997), apontava para uma cultura de submissão.

Assim, o Governo Federal estabeleceu por meio do Decreto nº 2.026 de 10/10/1996, procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior, indicando em seu Art. 1º.

Art. 1º. O processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior compreenderá os seguintes procedimentos:

I. análise dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de ensino superior, por região e unidade da federação, segundo as áreas do conhecimento e o tipo ou a natureza das instituições de ensino;

II. avaliação do desempenho individual das instituições de ensino superior, compreendendo todas as modalidades de ensino, pesquisa e extensão;

III. avaliação do ensino de graduação, por curso, por meio da análise das condições de oferta pelas diferentes instituições de ensino e pela análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos;

IV. avaliação dos programas de mestrado e doutorado, por área do conhecimento

Nesta nova situação, intensificada a partir de 1996, Leite (1997) chama a atenção para a real capacidade do PAIUB em se manter autônomo e coerente em seu programa.

Em suma, configuravam-se duas ou mais linhas avaliativas muito diferentes. As expressões mais próximas destas linhas podem ser identificadas no PAIUB e no ENC. Estes aglutinam em suas constituições, diferentes enfoques em avaliação.

A investigação de suas dimensões políticas, éticas e epistemológicas poderá elucidar os compromissos de cada um, não só com a avaliação, mas também com a universidade, o Estado e a sociedade.

Em 2004, tendo a dimensão formativa como princípio de uma política pública de avaliação do ensino superior, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.

Para Meneghel (2006), o SINAES com uma concepção pedagógica, marcou mudanças significativas na política da educação superior, como declara:

A lógica do SINAES vai além da política de controle e verificação, característica das ações para a educação superior da década anterior, em especial pelo Exame Nacional de Cursos/ENC. Ao se contrapor à avaliação realizada verticalmente (do MEC para as IES e cursos) com fins classificatórios, o SINAES evidenciou a importância de uma avaliação compreensiva e pedagógica que, partindo das IES, a elas retorna, em uma proposta que passa pela ação mediadora do poder público (MENEGHEL, 2006. p. 97).

O SINAES, assim como o PAIUB, foi concebido dentro de princípios de valorização da "autonomia" e identidade das IES, caracterizando-se por contextualizar diferentes procedimentos de avaliação e por estar alinhada à percepção desta enquanto instrumento de política educacional voltado para a defesa da qualidade, da participação e da ética na educação superior. É comprometida com a transparência de seus processos e fundamentada nas diretrizes gerais já estabelecidas na legislação. Entretanto, como nos ensina Meneghel (2006), o SINAES não é uma reedição do passado, nem tão pouco uma ruptura.

O SINAES é uma evolução no sentido da integração e da implementação de um sistema nacional de avaliação, visto que, dentre outros aspectos, integra em um único sistema, a avaliação

interna, a avaliação externa, a avaliação de discentes e de cursos de graduação (MENEZES, 2006. p. 97).

A plataforma do SINAES, conforme preceitua a legislação pertinente, está fundamentado nas seguintes dimensões: a missão e o plano de desenvolvimento institucional; a política para o ensino, a pesquisa, a extensão e a pós-graduação; a responsabilidade social da instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal, de carreiras de corpo técnico-administrativo; a organização e gestão institucional; infra-estrutura física; planejamento e avaliação; política de atendimento a estudantes e egressos e sustentabilidade financeira.

O Sistema de Avaliação tem como objetivos: a formulação das estratégias e dos instrumentos para melhoria de qualidade das IES, visando eficiência, eficácia e efetividade, respeitando a autonomia e identidade das mesmas, com responsabilidade social e reconhecimento da diversidade. Avaliação continuada estruturada numa proposta sistêmica (globalidade institucional); melhoria enfática na política das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e com uma preocupação relevante no sentido de prestar informação à sociedade.

1.1.2 Conceituando a Avaliação Institucional

A evolução histórica da Avaliação Institucional anteriormente apresentada nos dá uma melhor compreensão do contexto cultural. Passaremos, assim, a conceituá-la segundo os estudiosos do tema, sabendo que, como nos ensina Ristoff (2003, p.46) “a definição de avaliação é uma questão mais complexa do que se imagina.” Enumeraremos, para nosso maior entendimento, alguns conceitos de Avaliação Institucional, que evidenciam uma concepção de avaliação comprometida com as transformações individuais, coletivas, institucionais e sociais.

1. A avaliação universitária é vista prioritariamente como um ponto de partida para as mudanças necessárias na instituição e no próprio sistema educacional. Ela é um "organizador" das idéias dispersas e fragmentadas sobre os males que afligem a instituição. Na medida em que há coleta sistematiza e

- ordenada dos dados, ela favorece a consolidação de expectativas. (LEITE, 1996, p. 38)
2. A Avaliação Institucional realça as condições do debate social e do exercício da cidadania na universidade, ao constituir os indivíduos como sujeitos do processo. A participação de sujeitos em condições de livre comunicação e em busca de consensos num espaço público faz da avaliação uma ação pedagógica de formação da cidadania e de construção da nacionalidade. (DIAS SOBRINHO, 2000, p. 85)
 3. Avaliação institucional busca ser um instrumento para o aprimoramento da gestão acadêmica e administrativa, tanto das instituições quanto dos sistemas educacionais, com vistas à melhoria da qualidade e da sua relevância social. (BELLONI, 1998, p. 39)
 4. Avaliação da Educação Superior “não é um fim em si, mas um dos instrumentos de que dispõe o poder público e a sociedade para dimensionar a qualidade e a relevância das Instituições de Ensino Superior (IES) em consonância com sua missão acadêmica e social” (CONAES)

Dilvo Ristoff (2003) traz algumas definições construídas historicamente por quem pensa em avaliação, que aqui transcrevemos:

1. A avaliação é um processo para determinar até que ponto os objetivos educacionais foram alcançados. (RALPH Tyler, 1950)
2. [Avaliação é a coleta de] informações para tomada de decisões. (CRONBACH, 1963).
3. A Avaliação é a descoberta da natureza e do valor de alguma coisa. Os propósitos da podem ser muitos, mas a avaliação sempre tenta descrever algo e indicar os seus méritos e deméritos... A avaliação não é uma busca de causas e efeitos, um inventário do status presente, ou uma previsão de sucesso futuro. Ela é tudo isso, mas somente na medida em que contribuir para a identificação da substância, função e valor. (STAKE, 1969)
4. A avaliação educacional é o estudo concebido e conduzido para ajudar o público a julgar e a aperfeiçoar o valor de algum objeto educacional. (DANIEL STUFFLEBEAM, 1983 – *Evaluation Models*)
5. Avaliação é o processo de organização de informações e argumentos que permitam aos indivíduos ou grupos participarem do debate crítico sobre programas específicos. (KEMMIS, 1986)
6. Avaliação é um processo contínuo de aperfeiçoamento acadêmico; uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária; um processo sistemático de prestação de contas à sociedade; um processo de atribuição de valor... a partir de parâmetros derivados dos objetivos, um processo criativo de autocrítica. (PAIUB, 1993)
7. Avaliação é um empreendimento sistemático que busca a compreensão global da universidade, pelo reconhecimento e pela integração de suas diversas dimensões. (DIAS SOBRINHO, 1995).
8. A avaliação institucional... é um empreendimento que busca a promoção da tomada de consciência sobre a instituição. Seu objetivo é melhorar a universidade. A autoconsciência institucional constitui importante subsídio para o processo de

tomada de decisão, tanto em nível individual quanto em nível coletivo, da instituição como um todo, com vistas ao seu aperfeiçoamento, e tem como ponto de fundamental a intensa participação de seus membros tanto na forma de encaminhar a avaliação na identificação de critérios e procedimentos, como na utilização de recursos. (ISAURA BELLONI, 1995)

A concepção de avaliação que formamos ao longo da leitura dos autores citados, e que serviram de referencial teórico para nosso trabalho, nos permite dizer que a avaliação produz conhecimento sobre a instituição possibilitando uma reflexão sobre as atividades desenvolvidas, objetivando buscar os pontos fortes e fracos e apresentar sugestões de melhorias, negociando a qualidade com comprometimento social. Ela visa contribuir para a construção do conhecimento sobre a instituição e sua prática pedagógica e administrativa. Diante dos dados coletados possibilita a reconstrução das ações, contribuindo para a sua consolidação enquanto espaço de produção e disseminação do saber.

Ristoff (2006), em seu texto “Algumas definições sobre avaliação”, traz a observação feita por Michal Patton (1997, p.4) sobre avaliação “como definimos avaliação e que nome dar a uma avaliação específica, são questões que precisam ser discutidas, clarificadas e negociadas. O que não é negociável é que a avaliação esteja baseada em dados”. O autor citado por Ristoff, grande defensor da avaliação quantitativa e formativa, observa que avaliação é sustentada por dados, mas a forma como serão catalogados, interpretados, organizados, selecionados é tarefa do avaliador, que precisa ter consciência plena de sua função.

Dessa forma, é necessário construir uma cultura de avaliação, na qual gestores, docentes, funcionários e discentes estejam a cada dia refletindo sobre suas ações e dinamizando-as na medida em que as executam. Para que haja a construção dessa cultura, faz-se necessário amplo estudo e debates sobre Avaliação Institucional, uma vez que o tema ainda é novo, principalmente no Brasil, pelo que acreditamos estar contribuindo para esse estudo, com a realização desse trabalho.

1.2 Conhecendo nosso locus de estudo

Escolhemos como tema de nossa pesquisa a Avaliação do Ensino Superior, mais especificamente um estudo de caso, tendo como objeto de pesquisa os cursos de licenciatura de uma Unidade da Universidade Estadual de Goiás - UEG, localizada na cidade de Anápolis e denominada Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas – UnUCSEH. Para tanto se faz necessário que entendamos como surgiu essa Universidade e o seu funcionamento.

Nas décadas 1960-1970, a Lei da Reforma Universitária n.5.540, de 02 de novembro de 1968, incentivou a criação de faculdades isoladas em Goiás. Várias iniciativas levaram à expansão do ensino superior com faculdades e fundações vinculadas ao setor privado, ou ao poder estadual e municipal. Neste período, várias autarquias de ensino superior foram criadas pelo Poder Público Estadual sob a forma de Faculdades de Educação, Ciências e Letras (BRZEZINSKI, 2003).

Segundo Oliveira (2001), o Estado de Goiás registrou pequeno crescimento do Ensino Superior, na década de 1970, entretanto nos anos de 1980, houve uma expansão significativa com a criação de instituições de Ensino Superior em várias cidades do Estado, totalizando em 1991, trinta e um estabelecimentos assim distribuídos: três universidades, nove autarquias estaduais, onze faculdades municipais, nove instituições isoladas de ensino superior privadas. “A esse número acrescenta-se a interiorização da Universidade Federal de Goiás, UFG, com a implantação dos *campi* avançados nas cidades de Catalão e de Jataí e a presença da Universidade Salgado de Oliveira Filho, em Goiânia “(DOURADO, 2001, p. 66-67).

As políticas públicas de educação em Goiás foram se constituindo segundo as políticas desenvolvidas pelo governo federal que, por sua vez, atenderam, em grande parte, às orientações de organismos financiadores internacionais, cujas diretrizes se assentavam em pressupostos da expansão do ensino superior privado.

A Constituição do Estado de Goiás, de 05 de outubro de 1989, trata de forma modesta o Ensino Superior, abordando apenas, em seu Artigo 161, a questão da autonomia universitária e a gratuidade nas instituições de ensino

superior mantidas pelo Estado. Os requisitos para a educação superior, bem como a organização acadêmica, são contemplados no Capítulo IV da Lei Estadual Complementar n. 26/1996.

Apesar do movimento em favor de uma universidade pública em Goiás ter suas raízes nos anos 1950, a mobilização da sociedade, de professores e alunos pela interiorização do ensino superior, evidenciou-se no I e II Seminários sobre a expansão do ensino de 3º grau, senão vejamos:

Os movimentos tanto de professores quanto de alunos a favor da interiorização do ensino superior tornaram-se evidentes durante os I e II Seminários sobre a Expansão do Ensino de 3º Grau, organizados em 1986 e 1987 pela Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura em Goiás (DEMEC). Neste momento, foi expressiva a luta da União Estadual dos Estudantes (UEE) pela criação de uma universidade *multicampi*. (CARVALHO e MELO, 2007, p. 21)

A Lei n. 3.355 de 9 de fevereiro de 1990, que criou a Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA), originada na antiga Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (FACEA) gerou a expectativa em torno da possibilidade de unificação das faculdades estaduais isoladas criadas nas últimas décadas do século XX. Na década de 1990, o governo do Estado de Goiás implantou uma reforma administrativa possibilitando a transformação da UNIANA e das várias IES isoladas, mantidas pelo poder público estadual, em UEG, por meio da Lei Estadual n. 13.456, de 16 de abril de 1999, que vinculou esta instituição à Secretaria Estadual de Educação e por intermédio do Decreto n. 5.158 de 29 de dezembro de 1999 à Secretaria de Ciência e Tecnologia de Goiás, posteriormente. Mediante a integração das várias IES estabelecidas em diversas cidades do Estado de Goiás, a UEG organizou-se como uma universidade *multicampi*, com sede central no *campus* da antiga UNIANA, em Anápolis. Desta forma a UEG nasceu da incorporação da UNIANA com 28 autarquias estaduais.

A lei n. 13.456, de 16 de abril de 1999, ao transformar a UNIANA em Universidade Estadual de Goiás, contemplou em seu Art. 2º, a transformação da Fundação Universidade Estadual de Anápolis, em Fundação Universidade Estadual de Goiás, mantenedora da UEG.

Em 2008, conforme descreve o Plano de Desenvolvimento Institucional da UEG (2010, p.18), “o Governo do Estado de Goiás definiu nova estrutura

organizacional básica e complementar da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo por intermédio da Lei N.16.272/2008”.

Nessa estrutura adotada pelo Governo do Estado, a Universidade Estadual de Goiás passou a ser uma das entidades da administração autárquica do Poder Executivo (art. 3º, XII), ou seja, a Fundação Universidade Estadual de Goiás ficou transformada em autarquia, com a denominação de Universidade Estadual de Goiás (Art. 18), e com as seguintes competências, segundo o art. 6º:

XXXII – à Universidade Estadual de Goiás competem a formulação e a execução da política estadual de educação superior no âmbito de sua área de atuação, bem como a formação, qualificação e capacitação de profissionais nas mais variadas áreas de abrangência do ensino, pesquisa e extensão universitária, inclusive a realização de processos seletivos para acesso do quadro discente.

A Universidade Estadual de Goiás possui dois conselhos: 1. Conselho Universitário, composto pelo Reitor, seu Presidente; pelos diretores das Unidades Universitárias, Pró-Reitores, diretores de gerências, representação da comunidade universitária (discentes, docentes e técnicos administrativos), representação da mantenedora e representação da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás. É seu órgão máximo e trata das macro-diretrizes da instituição como: políticas, formas de gestão, criação de novos cursos, programas e projetos de maior envergadura. 2. Conselho acadêmico, órgão de menor tamanho e maior agilidade que o primeiro, é ligado ao nível central e organizado em Câmaras (pesquisa, graduação e extensão) e trata das questões acadêmicas como: projeto pedagógico para novos cursos, normas para pesquisa e extensão, análise e regulamentação do cotidiano acadêmico, entre outros.

A UEG foi credenciada pelo Decreto n. 5.560 de 01 de março de 2002, do Governo do Estado de Goiás, que homologou a Resolução n. 001, de 28 de janeiro de 2002, do Conselho Estadual de Educação – CEE, com efeito retroativo a 16 de abril de 1999. Em 17 de novembro de 2005, ou seja, mais de dois anos transcorridos do pedido de Recredenciamento foi nomeada a comissão de Especialistas para avaliar a instituição, com vistas ao andamento do processo. Desta forma, a UEG é Recredenciada até dezembro de 2011, de acordo com o Decreto n. 7.004, de 30 de setembro de 2009, publicado no Diário Oficial de 05 de outubro de 2009.

Assim sendo, a UEG, caracteriza-se por ser uma Universidade *Multicampi*, cuja sede localiza-se na cidade de Anápolis e com várias Unidades Universitárias em todo o Estado de Goiás, conforme descreve o Relatório Monográfico de Carvalho e Melo.

A UEG foi organizada como uma Universidade *multicampi*, sendo que a sede se localiza na cidade de Anápolis, no *campus* situado na BR 153, Km 98, e com várias Unidades Universitárias em todo o Estado. Unidade Universitária é a designação dada às Unidades Acadêmicas da Universidade Estadual de Goiás em cada município. A gestão de cada Unidade é feita por meio de coordenações específicas e de cursos. Essas Unidades são designadas pela sigla UEG, acrescida da respectiva nomenclatura do município. Em Anápolis como existem duas Unidades universitárias a denominação é: UEG-UnUCET (Unidade Universitária de Ciências Exatas e Tecnológicas), a outra é UEG-UnUCSEH (Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas). (CARVALHO e MELO 2007, p. 22)

Uma das Unidades Universitárias da UEG, localizada na cidade de Anápolis, ou seja, a Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas, nosso objeto de estudo, que passaremos a descrevê-la.

1.2.1 Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas - UnUCSEH

Segundo trabalho monográfico de Mello e Carvalho (2007), a Unidade Universitária de Ciências Sócioeconômicas e Humanas, teve sua origem embrionária na Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis- FACEA, implantada oficialmente no dia 6 (seis) de maio de 1962 e tendo por 23 anos como único curso o de Ciências Econômicas, com quarenta vagas anuais.

Os cursos de Administração e Ciências Contábeis foram autorizados a funcionar nessa Instituição em 1984 e, em 1986 foram criados os cursos de Licenciatura Curta em Geografia, História, Letras e Tecnologia em Processamento de Dados.

Os cursos de Licenciatura Plena em Pedagogia e Ciências, com habilitação em Biologia e Química, foram criados em 1990.

Em 1990, por meio da Lei Estadual n. 3.355, de 09 de fevereiro, a Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (FACEA) é transformada em Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA). O Decreto Presidencial

publicado no Diário Oficial de 24 de janeiro de 1994 aprovou sua autorização de funcionamento.

Em 1º de outubro de 1992, foi criada a Coordenação de Pós-Graduação *Lato Sensu*, para atender a uma clientela extensa, atingindo até mesmo outros estados. Esta coordenadoria está vinculada à UnUCSEH e oferece atualmente cursos de pós-graduação, estando em processo de tramitação a implantação de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado e doutorado

Atendendo às exigências legais emanadas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, para o credenciamento da UNIANA junto ao MEC, e do Decreto Federal n. 2026 de 10/10/2006, que estabelece procedimentos para o processo de avaliação de cursos e instituições de ensino superior, a comunidade anapolina e acadêmica buscaram junto ao governo do Estado a liberação de recursos para construção do *campus* universitário, em uma área da instituição de 27 alqueires e a realização de concurso público para provimento de vagas do corpo docente e técnico-administrativo. Em maio de 1998, a primeira reivindicação foi atendida mediante a liberação de 1,5 milhões para aquisição de móveis, computadores, aparelhos para laboratórios, livros e instalação gráfica e de 4,7 milhões que possibilitou o início da construção do *campus*. Quanto à solicitação de concurso público, foi realizado no mesmo ano com a oferta de 138 vagas para docentes de diversas áreas do conhecimento e 24 vagas para técnicos de nível superior e médio. Os concursados para o cargo docente foram empossados em 1999. Em 2004, foi realizado um novo concurso sem, contudo atender, as necessidades da universidade. Em 2010, foi realizado novo concurso de provimento de vagas para professores.

Com a construção do *Campus* e a assinatura do Decreto 13.456, que criou a UEG, o Centro de Ciências Humanas e Letras e o Centro de Ciências Sócio Econômicas passaram a constituir a Unidade UnUCSEH, funcionando na Avenida JK, no Bairro Jundiáí, antiga sede da UNIANA. O Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas passaram a ser a Unidade Universitária de Ciências Exatas e Tecnológicas, que passou a funcionar no *campus universitário*, situado na BR- 153.

As instalações físicas da UnUCSEH, segundo informações no site da instituição, somam um total de 5.968,95 m² de área construída em uma área total de 6075,74 m², e são constituídas por um conjunto de três prédios, dois

pátios de estacionamento e uma quadra poliesportiva coberta. Neste espaço são abrigados os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas no turno noturno, Geografia, História, Letras e Pedagogia no turno matutino e os cursos de pós-graduação *lato sensu*. Também funcionam neste espaço o Centro de Idiomas (turno matutino, vespertino e noturno), e projetos de extensão.

A estrutura organizacional desta Unidade subdivide-se nos seguintes órgãos: Congregação, Conselho Acadêmico, Diretoria, Coordenação Administrativa, Coordenação Pedagógica e Coordenações de Curso e Secretaria Acadêmica.

A Congregação, órgão máximo da Unidade tem caráter deliberativo e é composto pelo Diretor, seu presidente nato, a totalidade de seu corpo docente, três representantes da comunidade, escolhidos pela Congregação entre nomes indicados pelo Conselho Acadêmico, de 20% (vinte por cento) do corpo discente e 10% (dez por cento) do corpo técnico administrativo.

O órgão que coordena, fiscaliza e superintende as atividades da Unidade é a Diretoria, cujo Diretor é eleito pela comunidade acadêmica da Unidade Universitária e após homologação do resultado da eleição pelo Conselho Universitário, é nomeado pelo Reitor para um mandato de dois anos, tudo de conformidade com o Artigo 43 do Regimento Geral da UEG.

O Artigo 37 do Regimento Geral da UEG define as competências do Conselho Acadêmico – CaU, órgão deliberativo que trata dos assuntos de natureza acadêmica da Unidade, composto pelo Diretor, seu Presidente, os Coordenadores de Curso, o Coordenador Administrativo, o Coordenador Pedagógico, um representante do corpo docente, um dos técnicos administrativos e pela representação estudantil nos termos da lei e do art. 40 do regimento geral da UEG.

O Diretor da UnUCSEH – Anápolis, indica: o Coordenador Administrativo, responsável pelos serviços administrativos e pelo patrimônio nos termos do Art.53 do regimento geral da UEG e do Art. 26 do regimento da UnUCSEH – Anápolis; o Coordenador Pedagógico, responsável pela proposta política pedagógica da UnUCSEH e pela orientação dos Coordenadores de Curso em relação à proposta pedagógica e aos procedimentos ligados ao ensino aprendizagem, nos termos dos Artigos 27,28 e 29 do Regimento da

UnUCSEH – Anápolis, e o Coordenador de Prática de Ensino, responsável pelos estágios curriculares e extra curriculares, da prática de ensino, e da aproximação entre universidade e as instituições públicas e privadas, visando a integração dessas organizações. (Artigos 32 e 33 do Regimento da UnUCSEH – Anápolis.)

A Coordenação de Curso, constituída pelo coordenador (eleito pela comunidade acadêmica para um mandato de dois anos, de acordo com o disposto no Artigo 55 do Regimento Geral da UEG e do Art. 30 de Regimento da UnUCSEH- Anápolis), dos professores das disciplinas que integram o curso e da representação estudantil composta de três representantes, é a menor fração da estrutura da Unidade, para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica, e de distribuição de pessoal, compreendendo disciplinas afins, congrega professores e pesquisadores para objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão. (Art. 54 do Regimento Geral da UEG)

1.2.2 Contextualizando o Processo de Avaliação Institucional na Universidade Estadual de Goiás

A Avaliação Institucional na UEG está sistematizada em um documento apresentado como Programa de Avaliação Institucional da UEG datado de 2005 e elaborado por uma Assessoria vinculada diretamente à Reitoria e denominada de Comissão da Assessoria de Avaliação Institucional da UEG (CAAI), constituída por: Iria Brzezinski, Maria Esperança Carneiro e Wanderley Azevedo de Brito. Passaremos a fazer um relato deste Programa para que possamos nos situar na Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas de Anápolis, nosso objeto de pesquisa.

Os pilares que sustentam a Avaliação Institucional na UEG, conforme descrito no seu Programa de Avaliação Institucional (2005), são anteriores à instituição da Assessoria de Avaliação Institucional da UEG, estão fincados na identidade da universidade e configurados entre 2002 e 2003 com adaptação em 2005, conforme as exigências derivadas da Medida Provisória n. 147, de 15.12.2003, da Lei 10.861 de 14.04.2004, da Portaria n. 2051, de 09.07.2004 e do Decreto n. 6.006, de 01.09.2004, do Governo do Estado de Goiás.

Mesmo sem dados comprobatórios, por ausência de arquivos, infere-se que o processo de avaliação institucional teve sua origem, ainda que de modo assistemático e incipiente, em consequência de uma decisão institucional que pode ter sido tomada por um grupo muito reduzido de sujeitos engajados. Aconteceu, talvez, na mais distante Faculdade Autárquica da atual sede da UEG em Anápolis (GO) ou na mais antiga Faculdade Estadual, pois se deve reconhecer que essas instituições construíram sua história e seu projeto de Instituição de Ensino Superior no tempo e no espaço a elas pertinentes, firmando raízes educacionais no cenário da sociedade goiana e brasileira. (PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL- UEG, 2005, p. 21)

Para elaboração do Programa de Avaliação Institucional da UEG, a comissão realizou entrevistas com os gestores da época e anteriores, com os Presidentes da Assembléia Estatuinte Universitária e da Fundação Universidade Estadual de Goiás (FUEG) e os responsáveis pelas avaliações institucionais em cada Pró-Reitoria. Dessas entrevistas restou descrito a Primeira etapa de Avaliação Institucional da Universidade Estadual de Goiás. Vejamos:

A primeira etapa de avaliação institucional que se revela um pouco mais sistematizada em seu registro está descrita em um documento, que tem duas versões: a primeira, conforme anotações do próprio documento (julho/2000) apresenta um esboço do anteprojeto de avaliação institucional da UEG, e conforme sua organizadora Maria do Carmo Ribeiro Abreu, ex Pró-Reitora de Graduação foi “elaborado de forma solitária” (p.1). A segunda versão, também organizada pela ex Pró-Reitora (sem data definida) ainda como ante projeto, deixou de ser versão solitária, uma vez que, de acordo com os créditos atribuídos, contou com a colaboração e os subsídios enviados por 14 das 31 Unidades Universitárias e por um Pólo¹ (PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL- UEG, 2005, p. 24)

Apesar das limitações encontradas pela falta de registros das experiências realizadas, é citado no Programa de Avaliação Institucional (2005) um relato de experiência, sem data definida, apresentado no *IV Encontro Goiano de Avaliação pela Comissão Permanente de Avaliação Institucional*, da constituição de uma Comissão com fins específicos de conduzir o processo de implantação da avaliação institucional no âmbito da UEG. Vejamos o que relata o documento.

Faz parte do conjunto de documentos sobre o processo de avaliação institucional um relato de experiência (sem data definida) apresentado no *IV Encontro Goiano de Avaliação pela Comissão de*

¹ Pólo é um espaço universitário local geográfico que abriga os cursos de Graduação de Licenciatura Plena Parcelada

Permanente de Avaliação Institucional. Essa comissão era vinculada à Pró-reitoria de Graduação e foi “[...] instituída com fins específicos de conduzir o processo de implantação da avaliação institucional no âmbito da UEG” (p.1). A Comissão da Pró-reitoria ampliou sua composição integrando os Núcleos de Avaliação Institucional (NAI) das Unidades Universitárias e Pólos. Os NAI eram formados por membros representantes de cada segmento da comunidade acadêmica: docente, técnico-administrativo e discente. Acredita-se que alguns núcleos de avaliação tiveram um certo desenvolvimento. Nos últimos tempos, por questões estruturais de espaço físico, inexistência de recursos materiais e de pessoal preparado para desenvolver atividades de avaliação, assim como pela falta de salários condizentes com as funções, alguns núcleos foram desativados. (PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL- UEG, 2005, p. 24)

Tais relatos e análise documental deixaram claro para a Comissão de Avaliação Institucional que essa prática avaliativa não se tornou uma cultura dentro da Instituição, razão que consideram o Programa por eles elaborado, em 2005, pioneiro em termos de Avaliação Institucional na UEG.

O documento ora analisado, ou seja, o Programa de Avaliação Institucional da UEG foi elaborado em atendimento ao Decreto n. 6.006 de 01/09/2004, e tendo como meta atender a Diretriz Oito² do Plano Estratégico de Desenvolvimento Institucional (2001) e tem como objetivo:

(...) Desenvolver a cultura da avaliação na Universidade Estadual de Goiás, promovendo o autoconhecimento e formulando subsídios com a finalidade de aprimorar as políticas acadêmicas e de gestão da instituição. (...)

O Programa foi analisado e aprovado pela Estatuinte Universitária realizada em 26 de abril de 2004 e após adaptação feita em janeiro de 2005, foi aprovado pelo Conselho Universitário da UEG, em Assembléia ocorrida no dia 17 de março de 2005. O referido Programa de Avaliação Institucional foi também cadastrado junto ao SINAES/INEP/MEC, e também comunicado em audiência com o Presidente do Conselho Estadual de Educação, pelos representantes da Comissão de Assessoria de Avaliação da Institucional, que ao término da avaliação será solicitada a avaliação externa.

Assim, o desenvolvimento propriamente dito do Programa de Avaliação Institucional da UEG ficou estruturado nas seguintes etapas: consulta documental, sensibilização da comunidade uegeana, ministração de curso de

² A Diretriz Oito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Institucional: “Avaliação Institucional como instrumento de busca de excelência.”

Pós Graduação *Lato Sensu* em Avaliação Institucional, para qualificação dos pesquisadores, aplicação dos questionários e entrevistas, análise dos dados e feitura do relatório final.

1.2.3 Núcleo de Avaliação Institucional (NAI) da UnUCSEH

Diante da proposta de Autoavaliação Institucional apresentada pela Comissão de Assessoria de Avaliação Institucional – CAAI da UEG, a Reitoria instituiu para cada Unidade Universitária, a partir da Portaria nº 195 de 17 de agosto de 2005, o Núcleo de Avaliação Institucional e o Núcleo Setorial da Qualidade UEG. O Art. 3º da referida portaria estabelece as atribuições do Núcleo de Avaliação Institucional - NAI:

São atribuições dos membros do Núcleo de Avaliação Institucional e Núcleo Setorial do Programa Qualidade UEG:

- I. Assessorar a administração superior na formulação das diretrizes do Programa Interno da Qualidade;
- II. Submeter à aprovação da administração superior a proposta de recursos para a execução do Programa Interno;
- III. Conduzir, anualmente, a autoavaliação da gestão e submeter os resultados à apreciação da administração superior;
- IV. Elaborar, anualmente, o Plano de Melhoria da Gestão – PMG e submetê-lo à aprovação pelas instâncias;
- V. Estimular a formatação de equipes internas da Qualidade dentro das unidades da organização (equipes de melhoria);
- VI. Conduzir as ações do programa interno na organização – sensibilizar, prover educação e treinamento, estruturar e supervisionar as equipes de melhoria e monitorar os resultados.
- VII. Dar continuidade ao processo de Avaliação Institucional da UEG iniciado em 2002, abrangendo todas as dimensões competentes do Programa de Autoavaliação;
- VIII. Empregar 10 horas presenciais de sua carga horária semanal exclusivamente para curso de especialização, instalação, revitalização, formação e pesquisa nos Núcleos de Avaliação Institucional e da Qualidade nas Unidades Universitárias ou Órgãos da administração superior a que integrarem;
- IX. Participar da formação de pesquisadores em Avaliação Institucional em curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, (a ser ministrado em Goiânia, nos anos de 2005 e 2006), alcançando o grau de especialistas;
- X. Realizar as atividades de avaliação e autoavaliação institucional nos cursos regulares da UEG, nas Unidades Universitárias da região geográfica em que residem, conforme plano de trabalho a ser aprovado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA- UEG.
- XI. Elaborar relatórios parcial e final de avaliação e de autoavaliação dos cursos durante o curso de especialização e após a conclusão deste.
- XII. Preparar e enviar os relatórios de avaliação solicitados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. (REITORIA DA UEG, Portaria n. 195/2005, Art. 3º)

Assim, o Conselho Acadêmico da UnUCSEH entendendo a importância da criação do núcleo de avaliação da UnUCSEH aprovou, pela Portaria n.195 de 17 de agosto de 2005, os nomes de dois professores, para serem os seus Coordenadores. A portaria concedia-lhes um mandato de 03 anos. Esses professores indicados deveriam participar do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Avaliação Institucional e também serem os avaliadores da Unidade. Para auxiliar o trabalho a ser desenvolvido por eles, o diretor da Unidade, por meio da Portaria n.04 de 1º de fevereiro 2006, instituiu uma Comissão dentro da Unidade, tendo um representante de cada curso.

CAPÍTULO II. OS DIZERES DA COMUNIDADE ACADÊMICA DA UEG/UnUCSEH - ANÁPOLIS-GOIÁS

Neste Capítulo trataremos os dizeres da Comunidade Acadêmica. Primeiro nossa análise documental dos seguintes documentos: Programa de Avaliação Institucional Universidade Estadual de Goiás – UEG, Relatório Geral da UEG e Relatório da Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas- UnUCSEH. Por último apresentaremos os resultados coletados a partir das entrevistas realizadas e questionários aplicados.

2.1 Análise documental do Programa de Avaliação Institucional da UEG

A pesquisa documental realizada para efetivação desse trabalho foi baseada nos seguintes documentos: Programa de Avaliação Institucional da UEG, Relatório de Avaliação Institucional da UEG e Relatório de Avaliação Institucional da UEG/UnUCSEH - Anápolis, apresentado em forma de monografia. Não podemos olvidar também a pesquisa realizada nos documentos emitidos pelo Ministério da Educação, mais especificamente a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, também chamada Lei do SINAES e as Orientações do Ministério da Educação para realização da autoavaliação.

Nessa etapa encontramos muita dificuldade para localizar os documentos a serem analisados. A unidade passava por processo eletivo para troca de direção e não tinha arquivo dos registros da Avaliação realizada. Em conversa informal com a Coordenação Pedagógica da Unidade, fomos orientados quanto à condução da Avaliação realizada e que os documentos encontravam na Unidade de Goiânia, mais especificamente na Comissão de Assessoria de Avaliação Institucional - CAAI. Procurada a Assessoria fomos informados que necessitávamos de autorização da Professora responsável pelo setor para liberação dos documentos. Depois de várias tentativas, uma vez que a responsável é uma pessoa com vários compromissos acadêmicos e estava participando de Congressos no Brasil e exterior, conseguimos sua autorização para liberação dos documentos. Foi repassada para nossa análise, o Programa de Avaliação Institucional da UEG, uma Monografia do Curso de

Pós Graduação em Avaliação Institucional da Unidade Universitária de Ciências Exatas e Tecnológicas – UnUCET, alguns textos utilizados no curso de pós-graduação e o nome dos professores responsáveis pela elaboração do Relatório da UnUCSEH. Sendo esse o nosso objeto de estudo, precisávamos do relatório específico dessa Unidade. Assim sendo, entramos em contato com esses professores e conseguimos dos seus arquivos particulares, cópia do Relatório da Avaliação Institucional realizada na UnUCSEH, que também é a Monografia do curso de pós-graduação em Avaliação Institucional do qual participaram. Quando entrevistamos o diretor da Unidade e os responsáveis pelo processo avaliativo, questionamos se eles sabiam onde os documentos estavam arquivados, e se eles tinham conhecimento que no site da Universidade não possui um link para Avaliação Institucional. A esses questionamentos os avaliadores responderam que desconhecem o paradeiro dos documentos, uma vez que entregaram os mesmos para arquivo na Unidade e que quanto ao site ele existia, mas foi tirado pela Reitoria, não tendo conhecimento do por que. Vejamos o que fala o diretor sobre esses arquivos:

Para você ter uma idéia, quando deixei a gestão,(eu de oposição extrema ao grupo que assumiu). a caixa com esses dados foi parar na casa de uma professora que me ligou e disse os documentos de Avaliação Institucional estavam com ela. Ela devolveu-os institucionalmente, mas não sei onde estão. Isso é uma demonstração da baixa institucionalidade que a Avaliação Institucional tem. Ela não foi incorporada. Agora estamos montando de forma diferente, com uma secretaria, computador, arquivo. As reuniões estão registradas em Ata. Cada instrumento a ser validado está sendo arquivado para constituir a memória. (ENTREVISTA COM DIRETOR DA UnUCSEH).

Depois de todo esse caminho percorrido, realizamos então, de posse dos documentos, a análise do Programa de Avaliação Institucional da UEG, o Relatório de autoavaliação da UEG/UnUCSEH – Anápolis, que passamos a descrever.

O Programa de Avaliação Institucional da UEG foi elaborado por três professores, externos da IES, que compunham a Comissão de Assessoria em Avaliação Institucional – CAAI, da UEG. Referido documento apresentou-se em atendimento à Lei do SINAES e ao Ofício Circular n. 00007/2004/MEC/CONAES, de 16.11.2004 e às exigências do Decreto n. 6.006, de 01.09.2004, do Governo do Estado de Goiás, que estabeleceu ações mínimas a serem implementadas pela Administração Pública para promover a

autoavaliação da gestão, de elaboração do Plano de Melhoria da Gestão, de desburocratização e simplificação dos procedimentos administrativos e de melhoria dos processos críticos sob a orientação do Programa de Qualidade Goiás (PQG) e aprovado em Conselho Universitário ocorrido em 17 de março de 2005, em Anápolis.

O Programa elaborado em 2003 tornou-se público sendo debatido e aprovado pela Estatuinte Universitária levada a efeito em Caldas Novas, no período de 25 a 26 de maio de 2003, foi reformulado em 2005 e trouxe no seu bojo a história da Avaliação Institucional na UEG, sua trajetória, mesmo sendo considerada a sua realização de forma incipiente e assistemática, obedeceu aos seguintes passos:

O primeiro momento dedicado à Avaliação Institucional consistiu principalmente de uma ampla consulta à documentação disponível, notadamente escassa, e a recuperação oral da trajetória desse processo por meio de entrevistas com o pessoal envolvido nas atividades avaliativas antes da instalação da Comissão Nuclear d Avaliação Institucional, na condição de Assessoria do Magnífico Reitor. O segundo desafio consistiu da sensibilização da comunidade acadêmica para o significado da Avaliação Institucional, como atividade de pesquisa que subsidia as decisões dos gestores para possíveis mudanças e para a continuidade das ações acadêmicas reafirmadas como pertinentes ao processo de construção de uma nova universidade. Sendo assim, a sensibilização foi necessária para que, de modo coletivo e democrático fosse estudado, modificado e aprovado o desenvolvimento do Programa em tela, como mecanismo de políticas acadêmicas e de implementação de uma cultura de avaliação institucional. O espaço que se manifesta como verdadeira expressão da participação democrática é mais uma especificidade da UEG: a Assembléia Estatuinte Universitária – fórum coletivo, de natureza acadêmico-política, com caráter deliberativo autônomo e soberano – integrado por representantes de todos os segmentos universitários: professores, técnico-administrativos e acadêmicos. Ademais, essa sensibilização se materializou nas diversas Unidades Acadêmicas de todo interior goiano, representadas na supra mencionada Assembléia Estatuinte Universitária. Um outro lócus de sensibilização para Avaliação Institucional foi o movimento realizado por toda a comunidade uegeana (2003-2004), coordenado por uma comissão especial, para preparar o amplo projeto de credenciamento da UEG junto à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECTEC/GO), à qual a universidade é jurisdicionada, e ao Conselho Estadual de Educação de Goiás. (Programa de Avaliação Institucional da UEG, p. 6-7).

O objetivo do Programa é desenvolver a cultura da avaliação na Universidade Estadual de Goiás, promovendo o autoconhecimento e formulando subsídios com a finalidade de aprimorar as políticas acadêmicas e de gestão da instituição, tudo baseado nos princípios de totalidade,

continuidade, unidade na diversidade, transparência e racionalidade na gestão e ancorados nos seguintes objetivos específicos:

1. Contribuir para a configuração da identidade da UEG, circunscrita a todo o território goiano, como universidade *multicampi*, estadual, pública, gratuita, democrática, de qualidade social e comprometida com o desenvolvimento sociopolítico - econômico-tecnológico e educacional do Estado de Goiás.
2. Oferecer subsídios para a continuidade da elaboração do Projeto Político-Pedagógico e Administrativo da UEG.
3. Sensibilizar a comunidade acadêmica uegeana para a importância da Avaliação Institucional interna e externa como processos contínuos e coletivos.
4. Contribuir para o exercício de práticas avaliativas cotidianas, revitalizando os Núcleos de Avaliação e visando a devolver a cultura da Avaliação Institucional.
5. Subsidiar as tomadas de decisões e as práticas reflexivas para promover mudanças ou ajustes nas políticas acadêmicas, curriculares e administrativas da UEG.
6. Considerar a diversidade na unidade complexa da universidade *multicampi* no desenvolvimento das funções básicas de ensino, pesquisa, extensão, práticas culturais e gestão democrática, bem como avaliar as condições infra-estruturais e espaciais que condicionam a produção da universidade.
7. Avaliar e fornecer subsídios para melhorar a qualidade dos cursos e das atividades de graduação, pós-graduação e extensão regulares e também para a implementação segura de novos programas, projetos e ações que promovam a expansão responsável e qualificada da universidade.
8. Avaliar e fornecer subsídios para melhorar a qualidade dos cursos e das atividades não regulares e não formais que ocorrem em atendimento das demandas sociais do Estado de Goiás.
9. Contribuir para promover um melhor desenvolvimento humano, profissional e institucional da UEG.
10. Desenvolver um plano de trabalho e projetos de pesquisa para buscar informações junto aos egressos e aos beneficiários da formação feita pela UEG para conhecer o impacto da atuação do profissional na sociedade, no mundo do trabalho e no desenvolvimento local e regional.
11. Contribuir para favorecer a integração e a comunicação entre os órgãos da administração superior localizados na sede da Reitoria e as Unidades Universitárias e Pólos. (Programa de Avaliação Institucional da UEG, p. 29-30).

O Programa desenvolveu-se por meio de uma de uma pesquisa-ação, modalidade assumida pela Comissão Nuclear como a mais adequada para proceder a avaliação institucional.

Das quinze dimensões/indicadores definidos no Programa de Avaliação, a Comissão Nuclear elegeu três para procederem à avaliação, quais sejam: ensino, pós-graduação e extensão. Deste conjunto, a Comissão, selecionou para a primeira etapa três projetos considerados por eles como especiais na UEG e que emergiram como os mais indicados em face de seu impacto social,

científico e cultural. São eles: no âmbito do ensino: o Programa de Licenciatura Plena Parcelada (LPP); na pós-graduação: Projetos de Cursos *Lato Sensu* concluídos ou em conclusão até final de 2003; na extensão: Projeto VAGALUME-Alfabetização e Valorização Humana (alfabetização de adultos). A segunda etapa do Programa consistiu da autoavaliação dos cursos de Graduação e Sequenciais. Durante essa segunda etapa a NAAI, buscou desenvolver três atividades, consideradas por seus responsáveis bastante complexas:

Durante essa segunda etapa de Avaliação Instituição, a CAAI moveu-se para fazer frente a três atividades bastante complexas, desafiadoras e simultâneas:

- a) desenvolver a pesquisa de Autoavaliação da UEG;
- b) aperfeiçoar profissionais e técnicos administrativos como pesquisadores e gestores dos NAls em um curso de pós-graduação *Lato sensu*;
- c) implantar e/ou revitalizar 29 NAls nas UnUs e 06 setores da administração centralizada (Pró-reitorias e Gerências) (RELATÓRIO FINAL DE AUTOAVALIAÇÃO DA UEG. 2006. p. 12)

O Programa prevê ainda a meta-avaliação, que consiste no processo de avaliar a avaliação, desenvolvendo um papel pedagógico formativo no sentido de apontar tanto os pontos altos do processo como as distorções inerentes ao próprio desenvolvimento da Avaliação Institucional.

Por último, aponta como resultados esperados a mobilização de avaliadores e avaliados para uma prática reflexiva na busca da consolidação das políticas de avaliação; no desenvolvimento de uma cultura avaliativa e de pesquisa sobre a avaliação na UEG; na promoção do desenvolvimento humano; no ultrapassar as limitações, os mitos e as armadilhas impostas pelas práticas avaliativas e que o movimento de avaliação se (re) alimente no próprio proceder.

A comunidade acadêmica dizem que a elaboração do Programa de Avaliação Institucional foi uma imposição superior, o que os fez colocarem-se como simples coadjuvantes de um processo, no qual deveriam atuar como atores.

Uma das características do Projeto da avaliação de 2005 e 2006, foi exatamente a centralizada do mesmo em torno de uma Comissão elaboradora desse projeto, que parte de uma idéia de que seria possível fazer uma pesquisa ação dentro da Universidade e o objeto dessa pesquisa ação seria exatamente a Avaliação da qualidade da

Universidade, e um dos principais obstáculos encontrados pela comissão foi que os professores não entendiam de pesquisa ação e nem de avaliação institucional, havia assim um despreparo técnico e diante dessa constatação, foi organizado um curso de pós-graduação *lato sensu* onde se pegou saberes sobretudo dos professores da Universidade Católica de Goiás, a eles foi delegado sem interação com os professores da casa, as disciplinas foram ministradas por eles, todo o viés técnico e teórico foi ministrado por eles, e não houve assim envolvimento da comunidade interna. Resultado os alunos do curso de pós-graduação teoricamente seriam os participante, mas veja que isso criou um caráter alienígena à proposta de avaliação institucional. Os alunos da pós-graduação criaram um instrumento e discutiram democraticamente entre eles qual deveria ser a forma de avaliação e se tomou por idéia uma consulta via internet de responder um questionário e depois remeter esses resultados para as unidades e para isso chamaria de Avaliação Institucional. Pois bem, internamente a resistência foi total, quando você me pergunta se eu participei do processo de avaliação eu participei na condição de respondente desse questionário e também como avaliando (ENTREVISTA COM O DIRETOR DA UnUCSEH)

Bem, a formação da Comissão Externa se deu por arbítrio da Reitoria. Eles escolheram, não foram comunicados à Comunidade acadêmica, não que eu me lembre, quais os critérios, como é que foi feito, sei que não fomos informados, recebemos pronto, as pessoas que comporiam essa comissão, os nomes, inclusive já com uma proposta de Avaliação Institucional. (RESPONDENTE 1)

Observa-se que o Projeto elaborado tem uma fundamentação teórica muito bem estruturada, demonstra coerência em todas as suas etapas, entretanto, ficou claro nas falas da comunidade acadêmica tratar-se de um projeto elaborado para a Universidade e não um Projeto da Universidade. Por mais, a característica *multicampi* da UEG, que agregou muitas Faculdades Isoladas, há de se considerar que essas Unidades possuem uma historicidade e realidades diferentes que devem ser consideradas dentro do todo, mesmo estando dentro do mesmo projeto institucional.

2.2 Análise do Relatório Final de Autoavaliação da Universidade Estadual de Goiás.

O Relatório Final de Autoavaliação da Universidade Estadual de Goiás, elaborado pela Comissão de Assessoria de Avaliação Institucional da UEG-CAAI, totaliza 413 (quatrocentos e treze) páginas distribuídas em Introdução, parte teórica, descrição da metodologia utilizada e dos resultados obtidos em cada curso oferecido na UEG, em suas diversas Unidades Universitárias. Ele

destaca resultados abrangentes e específicos. Os resultados considerados abrangentes foram assim descritos:

Os resultados mais significativos, por nós nominados abrangentes são:

1. A cultura de Avaliação Institucional proposta no Programa que orienta a AI na UEG está em pleno desenvolvimento, sem dúvida carecendo de ajustes e aperfeiçoamento.
2. Formação de 58 pesquisadores em Avaliação Institucional, em nível de pós-graduação *lato sensu*.
3. Capacitação de cinco alunos ouvintes que muito colaboraram em suas UnUs no processo de Autoavaliação.
4. Capacitação dos técnico-administrativos da CAAI como pesquisadores *juniores*
5. Uma vasta produção científica decorreu da formação mencionada nos itens 2 e 3, diante da elaboração de 35 Relatórios Monográficos que estão à disposição da comunidade universitária uegeana.
6. A construção de um referencial teórico sobre pesquisa quantitativa e o domínio pelos pesquisadores da modalidade de pesquisa-ação crítica (KINCHLOE, 1997, p. 179) que é sempre concebida em relação à prática para melhor qualificá-la. Essa modalidade de pesquisa supõe a compreensão de métodos, metodologias, procedimentos e instrumental de coleta, interpretação e análise de dados que requer uma ação constante dos pesquisadores críticos, dotados de consciência de seus “próprios valores de compromisso, [dos] valores de compromisso de outros e [dos] valores promovidos pela cultura dominante”.
7. O desenvolvimento de uma pesquisa histórico-documental que possibilitou a atualização da memória de sete anos da UEG, a elaboração dos históricos de 29 UnUS, das quatro Pró-reitorias e da Diretoria de Planejamento e da Gerência dos Cursos Seqüenciais. Utilizamos na construção de vários históricos, em especial dos setores da administração centralizada da técnica da História Oral que viabilizou a recuperação da memória por meio de depoimentos orais, gravados e transcritos.
8. A realização de estudos aprofundados na metodologia qualitativa de “Análise de Conteúdos” que fundamentou a constituição das ementas de quatro Categorias Analíticas (consultar Capítulo III) que emergiram da sistematização e interpretação dos dados da realidade uegeana.
9. O sistema de informações e de comunicações *on-line* no que respeita a AI foi implantado, aperfeiçoado e vem sendo monitorado em parceria firmada entre a CAAI e a Gerência de Informações, com contribuição efetiva de 29 NAIs das UNUs. Destacamos que para a maioria dos NAIs é urgente a instalação da infraestrutura, a destinação de computadores e impressoras e material de consumo, entre outras providências em cada UnU e Pólo para a melhor qualidade do trabalho realizado pelos responsáveis pelos NAIs.
10. A processualidade da Autoavaliação assumida pelos responsáveis pela AI da UEG com o desenvolvimento da Autoavaliação referente ao ano de 2006. (RELATÓRIO FINAL DE AUTOAVALIAÇÃO DA UEG, 2006, p. 92).

Dos resultados considerados específicos, nos ateremos aos dados analisados do segmento de professores e alunos dos cursos de Licenciatura

em Geografia, História, Letras e Pedagogia, que foram os cursos por nós pesquisados na UnUCSEH/ UEG-Anápolis.

O curso de Geografia foi avaliado em dez Unidades Universitárias da UEG, contando com 64 respondentes do segmento de professores e 551 respondentes do segmento de alunos. Ambos avaliaram as dimensões: condições Físicas e Instrumentais, Biblioteca, Laboratório de Informática, Serviços, Dimensão Pedagógica, Coordenação, Caráter Geral, Autoavaliação, Avaliação discente/docente, Direção/Coordenação.

Em análise comparativa da avaliação realizada por professores e alunos o Relatório Final de Auto-Avaliação da UEG ressaltou que as dimensões: Condições Físicas e Instrumentais, Biblioteca, Laboratório de Informática, Dimensão Pedagógica e Caráter Geral foram consideradas por ambos como fragilidades. As dimensões: Avaliação do Corpo Docente, Corpo Discente e Autoavaliação foram consideradas pelos respondentes como potencialidades. As divergências foram observadas nas dimensões: Direção/Gestão, Coordenação e Serviços foram considerados pelos professores como potencialidades e pelos alunos como fragilidades.

O curso de História foi avaliado em 12 Unidades Universitárias da UEG, por 66 (sessenta e seis) professores e 709 (setecentos e nove alunos). Os professores atribuíram ao curso a média geral 6,41 e os alunos atribuíram a média geral 6,04. A média geral do curso, considerando estes segmentos foi 6,05, caracterizando o curso, conforme descrição do Relatório, de nível fronteiro entre regular e bom. As dimensões avaliadas foram: condições Físicas e Instrumentais, Biblioteca, Laboratório de Informática, Serviços, Dimensão Pedagógica, Coordenação, Caráter Geral, Autoavaliação, Avaliação discente/docente, Direção/Coordenação.

Em análise comparativa das avaliações realizadas por professores e alunos do curso de História, o Relatório Final de Autoavaliação da UEG ressaltou que as dimensões: Condições Físicas e Instrumentais, Biblioteca, Caráter Geral foram consideradas por ambos como fragilidades. As dimensões: Serviços, Dimensão Pedagógica, Coordenação dos Cursos e Autoavaliação foram consideradas pelos respondentes como potencialidades. As dimensões Corpo Docente, avaliada pelos alunos e Corpo Discente, avaliada pelos

professores também foram consideradas potencialidades. As demais dimensões apontam que a Biblioteca e Direção/Gestão foram avaliadas de forma diferente pelos respondentes. Para os professores o Laboratório de Informática se configura como fragilidade, recebeu média geral 5,75 e para os alunos é uma potencialidade, com a média geral 6,16. A dimensão Direção/Gestão recebeu dos professores uma boa avaliação, 7,25 e se configura como potencialidade. Para os alunos não ocorreu o mesmo, atribuíram a esta dimensão a média 5,85, configurando-a como fragilidade. Estes dados, segundo o Relatório Final de Autoavaliação da UEG (2006, p.301), devem ser refletidos, uma vez que a maioria dos professores das UnUs foram admitidos por meio de contratos temporários, o que na visão dos avaliadores corrobora para uma avaliação tendenciosa, pois a escolha da contratação do professor se faz, na maioria dos casos, por escolha dos dirigentes utilizando de forma valorativa as relações pessoais em detrimento das competências e titulações.

O curso de Letras foi avaliado em 14 Unidades Universitárias da UEG: por 82 (oitenta e dois) professores e 751 (setecentos e cinquenta e um) alunos. Os professores atribuíram ao curso a média geral 6,56 e os alunos 5,92. As dimensões avaliadas foram: condições Físicas e Instrumentais, Biblioteca, Laboratório de Informática, Serviços, Dimensão Pedagógica, Coordenação, Caráter Geral, Autoavaliação, Avaliação discente/docente, Direção/Coordenação.

Em relação à avaliação realizada por professores e alunos do curso de Letras, conforme descrição do Relatório Final de Autoavaliação da UEG ressalta-se que as dimensões: Condições Físicas e Instrumentais, Biblioteca e Laboratório de Informática foram consideradas por ambos como fragilidades. As dimensões Corpo Docente e Corpo Discente e Autoavaliação foram consideradas pelos respondentes como potencialidades. O Relatório Final de Autoavaliação da UEG afirma ainda que os professores do curso de Letras da UEG apontaram o curso como uma potencialidade com a média 6,56 e os alunos como fragilidade, uma vez que atribuiu média 5,92. Entretanto, consideraram prudente perceber que a média geral atribuída pelos alunos não foi considerada potencialidade por 0,8 décimos. Consideraram, ainda, “que os

alunos realizaram uma avaliação livre de pressões, diferentemente dos professores, que em sua maioria tem contrato temporário e mostraram-se cautelosos e até mesmo pródigos em suas avaliações dos gestores, coordenadores e autoavaliação. Os contratos temporários propiciam relações de trabalho de dependência e são contraditórios em sua essência o que dificulta uma avaliação livre de receios de punição.” (Relatório Final de Autoavaliação da UEG, 2006, p. 301)

O curso de Pedagogia foi avaliado em 14 Unidades Universitárias da UEG por 88 (oitenta e oito) professores que atribuíram a média 6,35 e por 708 (setecentos e oito) alunos que atribuíram a média 6,17 ao curso. A média geral do curso considerando estes segmentos, foi 6,19, o que coloca o curso, segundo o Relatório, em um patamar qualificado como regular para bom. As dimensões avaliadas foram: condições Físicas e Instrumentais, Biblioteca, Laboratório de Informática, Serviços, Dimensão Pedagógica, Coordenação, Caráter Geral, Autoavaliação, Avaliação discente/docente, Direção/Coordenação.

Em relação à avaliação realizada por professores e alunos do curso de Pedagogia ressalta-se que as dimensões: Condições Físicas e Instrumentais, Biblioteca, Laboratório de Informática e Serviços foram considerados por ambos como fragilidades. As dimensões: Caráter Geral, Dimensão Pedagógica, Coordenação dos Cursos, Corpo Docente, Corpo Discente, Autoavaliação e Direção/Gestão foram consideradas pelos respondentes como potencialidades.

O Relatório Final de Autoavaliação da UEG afirma que tanto os professores e os alunos do curso de Pedagogia da UEG, nas 14 Unidades em que era oferecido em 2005/2, apontaram o curso como uma potencialidade, uma vez que atribuíram médias 6,35 e 6,17 respectivamente.

Em suas últimas considerações, o Relatório Final de Autoavaliação da UEG, observou que os movimentos internos e externos das Unidades Universitárias constituíram efetiva participação de professores e alunos na busca de superar as fragilidades,³ uma vez que antes mesmo da realização da

³ Foram consideradas Fragilidades as menções inferiores a 6,0(seis) pontos e Potencialidades as iguais ou superiores a 6,0 (seis).

pesquisa, em reuniões com diretores, gestores e professores nas UnUs foram apontados como principal problema a ser enfrentado a inversão das atividades meios pelas atividades fins, o que ficou constatado pela pesquisa de que o contingenciamento de recursos no ano de 2005 foi cerca de 60% dos recursos orçados. O Relatório Final de Autoavaliação da UEG, conclui assim que, “apesar do PPI e do PDI se constituírem em documentos propositivos que arrolaram, planejaram, orçaram e indicaram um cronograma de execução de atividades das principais necessidades das UnUs, as metas não foram alcançadas pelo contingenciamento dos recursos.” (p. 402) O Relatório descreve ainda que as Autoavaliações Institucionais realizadas em 30 UnUs e 23 cursos apontaram muito mais fragilidades que potencialidades, sendo que a avaliação de pessoal (gestores, professores, alunos e servidores) foram as maiores potencialidades o que fez elevar as médias gerais das Unidades e dos cursos, apesar das adversidades materiais, como o contingenciamento de 60% dos recursos orçados ocasionando a falta de condições físicas e instrumentais, bibliotecas desatualizadas, condições precárias de funcionamento dos laboratórios de informática, prevalência de contratos temporários de professores e técnico-administrativos, auto-rotatividade da força de trabalho. Assim foram apontadas as seguintes sugestões:

As proposições de maior relevância que visam sanar as fragilidades que emergiram do diagnóstico da Autoavaliação Institucional deverão ser ancoradas em uma política pública que efetive as seguintes ações:

- a) garantia de investimento da dotação orçamentária com repasses mensais, com vistas à melhoria do ensino, pesquisa e extensão;
- b) maior alocação de recursos para investimento;
- c) realização de concurso público para professores e servidores;
- d) cumprimento do Plano de Cargos e Salários;
- e) melhoria da formação dos profissionais da educação com cursos, e no caso específico dos professores a implantação de pós-graduação *stricto sensu*;
- f) continuidade do programa de autoavaliação institucional a fim de possibilitar um diagnóstico contínuo e proposições que, via planejamento/execução, consigam reverter fragilidades em potencialidades. (RELATÓRIO FINAL DE AUTOAVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS, 2006. p. 407)

O documento ora analisado traz em seu bojo muitos dados quantitativos da Universidade como um todo. Devido sua extensão, descrevemos aqui em nossa análise apenas os cursos de licenciatura, uma vez que nosso objeto de estudo são esses cursos oferecidos na UnUCSEH, em Anápolis. Observamos ainda que esse foi o Relatório divulgado para a comunidade acadêmica ugeana em forma de um CD. As sugestões apresentadas são de forma geral. Como nosso objetivo é verificar se os resultados da Avaliação Institucional contribuíram para melhoria da prática pedagógica e gestão da UnUCSEH, o relatório não trouxe grande contribuição. Por outro lado, temos de forma muito clara a fala dos sujeitos da Unidade pesquisada, que declaram a não utilização dos dados para implementação de melhorias. Considerando que os resultados foram apresentados de forma geral e que a comunidade da Unidade pesquisada poderia desconhecer o Planejamento da Universidade como um todo, fomos buscar no Plano de Desenvolvimento Institucional, aprovado em 23 de abril de 2010, na 55ª Plenária do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Goiás, a previsão de ações que viessem atender as sugestões apresentadas pela CAAI.

No plano de Desenvolvimento Institucional, não encontramos menção das sugestões apresentadas pela CAAI, pelo que observamos que as ações propostas foram planejadas conforme a necessidade da Universidade, ficando evidente a fala do diretor da UnUCSEH, quando entrevistado “a avaliação serviu apenas para quantificar o que já sabíamos.”

2.3 Análise documental do Relatório de Autoavaliação da UEG/UnUCSEH- Anápolis.

Já o Relatório de Autoavaliação da Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas, UEG/UnUCSEH- Anápolis, elaborado por dois dos professores que coordenavam pesquisa na Unidade e que também participaram do curso de pós-graduação *lato sensu* em Avaliação Institucional, foi apresentado em forma de Monografia, contendo cinco capítulos distribuídos em 176 páginas que abordou o histórico da criação da Universidade Estadual de Estado de Goiás, dados relativos ao Estado de Goiás, histórico da

região/município e criação da UnUCSEH, o referencial teórico, a metodologia utilizada, a descrição da Unidade Universitária pesquisada, a análise dos dados coletados e ainda os resultados finais e as referências bibliográficas. Passaremos assim a descrever o que trouxe esse Relatório.

A elaboração dos instrumentos para coleta dos dados foi feita durante o curso de pós-graduação *lato sensu*, tendo a participação dos professores do curso e do grupo de avaliadores da UEG, sendo elaborado um questionário modelo que, conforme sugestão, deveria ser discutido nas Unidades a serem avaliadas. No segundo momento foi realizado um Seminário no curso, sendo oportunizado aos cursistas, uma rodada de sugestões, o que levou a uma versão dos questionários que fossem comuns para todas as Unidades e Pólos da UEG. Esses questionários foram disponibilizados *on-line* pela CAAI e às comissões caberia a tarefa de sensibilizar a comunidade acadêmica para respondê-lo.

Na UnUCSEH, a coleta dos dados efetivou-se primeiramente entre os dias 16 e 28 de novembro de 2005. Como não foi possível concluir a coleta, estendeu-se para o início das aulas no ano de 2006. Como resultado desse trabalho obteve-se a participação de 397 respondentes, número que alcançou o percentual de 28,24% do total de alunos, professores, gestores e técnicos-administrativos da Unidade Universitária. Por um gráfico apresentado no relatório, observa-se que a maior participação dos respondentes foi do grupo de gestores, mas não atingiu 100%, seguido dos servidores administrativos, dos professores e, por último, dos alunos. No processo de escolha das dimensões a serem avaliadas o Relatório destaca ter sido respeitado as especificidades da Unidade e também buscaram uma aproximação entre o modelo proposto pelo SINAES e as solicitações do Conselho Estadual de Educação de Goiás, que é a instância avaliadora da UEG.

Assim, foram agrupadas dez dimensões para serem avaliadas pelos professores e alunos, ou seja: Condições Físicas e Instrumentais da UnU, Biblioteca; Laboratório de Informática, Serviços, Dimensão Pedagógica, Coordenação de Curso, Avaliação de Caráter Geral da UnU, Avaliação do Corpo Docente/Discente, Autoavaliação Corpo Docente/Discente, Direção/Gestão; cinco Dimensões para serem avaliadas pelos servidores

Técnicos-Administrativos, ou seja: Condições Físicas e Instrumentais da UnU, Serviços, Avaliação de Caráter Geral da UnU, Autoavaliação dos Técnicos e/ou Agentes Administrativos, Direção Geral da UnU; seis Dimensões a serem avaliadas pelos Gestores, ou seja: UEG e Sociedade, Condições Físicas e Instrumentais da UnU, Direção e Gestão, Avaliação de Caráter Geral da UnU, Autoavaliação do Gestor e Serviços. Dos resultados obtidos na avaliação das Dimensões, as médias inferiores a 6,0(seis) foram consideradas como fragilidades e as iguais ou superiores a 6,0 (seis) consideradas como potencialidades.

Para que possamos conhecer o resultado dos dados coletados, quanto aos segmentos de professores e alunos, ateremos aos resultados dos cursos de Geografia, História, Letras e Pedagogia.

Quanto ao segmento de Professores a média geral dos cursos foi assim classificada: Geografia, 5, 5; História, 6,08; Letras, 6,14 e Pedagogia 6,59. Já o segmento dos alunos atribuiu as seguintes médias gerais aos cursos: Geografia, 5,75; História, 5,66; Letras, 5,27 e Pedagogia 6,39. Pode-se observar pelas médias apresentadas que os alunos consideraram como potencialidade apenas o curso de Pedagogia e os professores consideraram como fragilidade apenas o curso de Geografia.

Em análise comparativa dos resultados apresentados pelos segmentos de professor e alunos na avaliação dos segmentos, observou-se uma proximidade dos resultados sendo considerado pelos avaliadores como a reflexão do descontentamento tanto de um como do outro segmento para com a Unidade Universitária. Os dois segmentos apresentaram como potencialidade as dimensões Autoavaliação e Avaliação dos docentes pelos discentes e vice-versa. A maior diferença apontada foi em relação à avaliação das dimensões Direção/Gestão e Coordenação de Curso. Enquanto o segmento dos professores considerou esses segmentos como potencialidades, os alunos os consideraram como fragilidades. Os avaliadores consideraram neste item dois fatores: quanto aos alunos, houve uma desinformação em relação a quem estavam avaliando, se a gestão/ coordenação da Unidade ou a administração central, já os professores, podem ter se deixado influenciar, uma vez que a grande maioria era apenas de contratados.

Os dois segmentos concordaram, ainda, em apontar como fragilidade as dimensões Pedagógicas, Condições Físicas e Instrumentais, Biblioteca e Laboratórios de Informática.

Dos 52 Servidores Técnicos Administrativos da Unidade, participaram como respondentes da Pesquisa 72,22% avaliaram como potencialidades as Dimensões de Autoavaliação e Direção/Gestão, já as Dimensões de Caráter Geral, Condições Físicas e Instrumentais e Serviços, foram consideradas por eles como fragilidades.

A avaliação realizada pelo segmento dos gestores, contou com a participação de 13 dos 14 gestores, fazendo parte desse grupo o diretor, os coordenadores de curso e os avaliadores institucionais. Das seis Dimensões por eles avaliadas foi considerada como Potencialidades as seguintes Dimensões: Autoavaliação, Direção/Gestão e Serviços, e, consideradas como Fragilidades as Dimensões: UEG e Sociedade, Caráter Geral e Condições Físicas e Instrumentais, sendo atribuída a essa dimensão a menor nota de todos os segmentos.

Vale ressaltar que o Relatório apresentado pela Comissão apresenta a avaliação de todos os cursos ministrados na Unidade Universitária, e nós tentamos retirar apenas os resultados dos cursos de Licenciatura, o que não é possível fazer a divisão em relação ao Segmento de Servidores Técnicos Administrativos e Gestores.

Observam-se pelos dados coletados e descritos no Relatório que são apenas qualitativos, e que é aferido notas aos vários segmentos. O segmento de professores avaliou como uma dimensão a autoavaliação. Nessa dimensão foram considerados os seguintes aspectos: assiduidade, pontualidade às aulas e cumprimento do cronograma, frequência de atualização da bibliografia no plano de curso, relação entre teoria e prática na sua disciplina, utilização de diferentes metodologias de ensino na disciplina que leciona, conhecimento sobre o regimento e organograma, capacidade de identificar problemas e propor soluções, disponibilidade para atualização profissional (mestrado, doutorado), envolvimento direto e indireto com a UnU, uso de diferentes instrumentos de avaliação, consideração da realidade dos alunos para elaboração do plano de curso, relação plano de curso e de aula com a proposta

pedagógica, orientação em trabalhos de conclusão de curso; participação em eventos culturais e científicos, troca de experiência com outros professores. Assim ficam alguns questionamentos, que por certo nos intrigou: se a biblioteca foi considerada uma fragilidade, com poucos títulos e desatualizados, como os professores consideram como potencialidade em autoavaliação a atualização bibliográfica periódica nos planos de curso? Fica evidenciado uma avaliação totalmente qualitativa. Foi atualizada a bibliografia apenas no papel, pois na prática as indicações bibliográficas não foram adquiridas. E com relação à capacidade de identificar conflitos e propor soluções, todas as necessidades que geram os conflitos na Instituição eram conhecidas de todos, entretanto, as soluções partem de administração maior e não daqueles que as identificam.

Desta forma, observamos um relatório muito bem elaborado, onde foi possível evidenciar de forma quantitativa todas as fragilidades e potencialidades da UnUCSEH, entretanto muito distante da comunidade acadêmica que não se envolveu no processo avaliativo.

Para melhor explicitar as fragilidades, potencialidades e sugestões apresentadas pela Comissão de Avaliação da UnUCSEH, na análise realizada, agrupamos esses dados em quadros, conforme se observa:

QUADRO 1 - FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES EVIDENCIADAS PELA COMISSÃO, NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL REALIZADA NA UnUCSEH/ UEG.

Segmento	Descrição	Fragilidade	Potencialidade
ALUNO	Condições Físicas	Salas de aula com acústica inadequada; construção antiga e imprópria à educação diante da quantidade de cursos que a UnU possui; auditório sem climatização e com sistema de som inadequado, falta de acesso ao prédio para pessoas com necessidades especiais.	
Professor	Condições Físicas	Insatisfação quanto às condições físicas que necessita de ampliação e adequação das salas de	

Segmento	Descrição	Fragilidade	Potencialidade
		aula, laboratórios e salas especiais, cujo funcionamento é precário. Relatam a falta de materiais básicos como giz.	
Técnicos Administrativos	Condições Físicas	É considerada como fragilidade.	
Gestores	Condições Físicas	É considerada como fragilidade. Podendo destacar que a pior avaliação dessa dimensão foi a feita pelos gestores.	
ALUNO	Biblioteca	O acervo e periódicos científicos são insuficientes para a demanda e desatualizados; não possui nenhum tipo de informatização o que impede a utilização de livros, CD ROMs etc.	Atendimento nos três turnos.
Professor	Biblioteca	Quase ausência de Periódicos, acervo desatualizado	
ALUNO	Laboratório de Informática	Número insuficiente para atender a demanda estudantil; baixa capacidade dos equipamentos – só os <i>softwares</i> básicos (pacote <i>Office</i>); baixa conexão da internet; o site da UEG, não possui um link da UnU, o site próprio da Unidade não disponibiliza informações importantes do curso, como matrizes curriculares, relação de professores e outros; não possui intranet.	Atendimento nos três turnos
Professor	Laboratório de Informática	Número insuficiente de laboratórios, para os cursos oferecidos na IES deixando os professores de ministrar muitas aulas que poderiam ser dadas nos laboratórios com <i>softwares</i> de apoio, não são realizadas em detrimento dos cursos de informática,	

Segmento	Descrição	Fragilidade	Potencialidade
Aluno	Serviços prestados na universidade	Formação de filas para atendimento (durante os intervalos – a copiadora é utilizada também para atender a UnU em provas e outras, apesar de ser terceirizada.) Poucos funcionários para atendimento na secretaria.	
Professor	Serviços prestados na universidade	Curso de geografia considera uma fragilidade os serviços prestados-	É indicado como potencialidade nos cursos de História, Letras e Pedagogia
Técnicos Administrativos	Serviços prestados na universidade	Considerada como fragilidade especialmente os terceirizados.	
Gestores	Serviços prestados na universidade		Considerada como potencialidade
Aluno	Proposta pedagógica	Pouca interação dos alunos na elaboração do PPP; Poucas pesquisas realizadas pelos professores, assim impossibilita a formação dessa cultura nos alunos; Abordagem da avaliação de alguns professores considerada conservadora, com pouca importância à produção científica.	O trabalho e postura dos professores do curso de pedagogia para envolvimento dos alunos na elaboração e divulgação do PPP, o que contribuiu para semestralização do curso.
Professor	Proposta pedagógica	Professores de história e Geografia consideram como fragilidade o que é inadmissível pelos pesquisadores formadores de bacharéis de uma instituição educacional de formação de professores.	Pedagogia e Letras consideram como potencialidade o que é considerado pelos pesquisadores coerente com as finalidades e objetivos de ambos os cursos que formam professores.
Aluno	Coordenação do Curso	Curso de História- (5,37) Letras – (5,48) Geografia (6,22) Pedagogia (7,29)	Pedagogia- Coordenação presente e atuante

Segmento	Descrição	Fragilidade	Potencialidade
Professor	Coordenação do Curso		Considerada como potencialidade nos quatro cursos, sendo ainda destacado o comprometimento dos coordenadores e o empenho para melhorar a IES, muitos fazendo além das expectativas como o curso de Pedagogia.
Aluno	Avaliação de caráter geral	Letras (5,15) Geografia (5,44) História (5,46) Pedagogia (6,49) A UnUCSEH possui pouca interação com a comunidade em geral e seus assuntos ficam restritos a professores e gestores, dificilmente chegando aos alunos. Pouca atenção aos calouros; Pouco incentivo à pesquisa, ficando a participação do alunado restrita a TCC.	Curso de Pedagogia – o corpo docente mantém os discentes bem informados, contribuindo para a qualidade.
Professor	Avaliação de caráter geral	Considerado como fragilidade pesando nesta decisão os poucos recursos recebidos, dificultando vários aspectos que refletem na qualidade geral da IES, tais como: publicação em periódicos científicos, participação em congressos, eventos realizados pela UnU.	Apesar de ser considerada como fragilidade é apontada como potencialidade: a participação nas decisões tomadas pela Um. No conselho Acadêmico e do processo de planejamento das atividades da UnU.
Técnicos-Administrativos	Avaliação de caráter Geral	É considerada como fragilidade.	
Gestores	Avaliação de caráter Geral	É considerada como fragilidade refletindo o descontentamento em	

Segmento	Descrição	Fragilidade	Potencialidade
		relação à realidade vivida na Unidade.	
Aluno	Corpo docente		Curso de Pedagogia elogia capacitação do corpo docente e o estímulo à aprendizagem. Os demais cursos atribuem os docentes como potencialidades, entretanto, as médias atribuídas é considerada preocupante
			pelos avaliadores. Geografia – 6,92 História – 7,04 Letras – 6,15 Pedagogia- 7,06
Professor	Corpo Discente		Considerado como potencialidade, apesar do curso de Letras ter atribuído uma média inferior a seis. Entretanto, ressaltam que a falta de recursos para realização de eventos mais atraentes com a presença de palestrantes de renome nacional e outros recursos para trabalho do dia-a-dia, leva a uma desmotivação pelos alunos.
Aluno	Auto- avaliação do aluno		Consideram participativos nas aulas e atividades complementares. Possuem boa relação com professores,

Segmento	Descrição	Fragilidade	Potencialidade
			gestores e servidores. Conhecem pouco os seus direitos e deveres.
Professor	Auto- avaliação do professor		Consideram como potencialidade e destacam não realizarem mais pela falta de recursos da IES, bem como pela necessidade de muitos ter que trabalhar em
			outras Instituições como forma de complementação salarial.
Técnicos- Administrativos	Autoavaliação dos técnicos administrativos		É considerada como potencialidade
Gestores	Autoavaliação dos gestores		É considerada como potencialidade
Aluno	Gestão	Falta de informação a respeito da gestão da UnUCSEH, que deveria ser mais democrática e participativa	Os alunos de Pedagogia consideram a gestão como potencialidade.
Professor	Gestão		Considerada como potencialidade nos quatro cursos
Aluno	Avaliação Geral dos cursos	História Geografia Letras	Pedagogia
Professor	Avaliação Geral dos cursos	Geografia	Pedagogia Letras História

Fonte: Relatório Monográfico de Avaliação Institucional da UEG/UnUCSEH - Anápolis. 2007

QUADRO 2 - SUGESTÕES APRESENTADAS PELA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UEG/UnUCSEH.

PROBLEMA APRESENTADO	COMENTÁRIO DA COMISSÃO	SUGESTÃO DA COMISSÃO
Cursos apresentados como Potencialidades	Aparece com clareza a figura do Coordenador, podendo inferir que o Coordenador tem condições para alterar a autoavaliação dos alunos e professores, desde que suas ações, atitudes e posturas, qualifiquem o curso como um todo.	
Desconhecimento por parte dos professores e alunos da dimensão pedagógica dos		Uma sugestão para melhorar essa situação seria apresentar os resultados da Avaliação em reuniões dos
cursos		Colegiados, para que sejam discutidos pelos professores e alunos, fazendo paralelamente um trabalho que enfatize a importância do envolvimento docente com todos os aspectos de seu curso. Os resultados da Avaliação devem penetrar todos os meandros da UEG - UnUCSEH, pois caso não se capilarizem até as extremidades institucionais suas reflexões sobre possíveis mudanças é inócua.
Divergência na avaliação do diretor, tida como fragilidade pelos alunos e potencialidade pelos professores e técnicos-Administrativos.	- desconhecimento, por parte dos alunos dos processos de gestão, uma vez que o diretor foi reeleito com 75% dos votos (incluem-se votos de alunos). - confusão no preenchimento de questionários avaliando a direção local como a central.	Ser papel do NAI intervir para melhorar a comunicação, a divulgação dos procedimentos de gestão e insistir nas mudanças necessárias. A Coordenação Adjunta de Extensão trabalhar para reorientar a política estudantil,

PROBLEMA APRESENTADO	COMENTÁRIO DA COMISSÃO	SUGESTÃO DA COMISSÃO
		<p>proporcionando a todos os alunos e em especial aos membros dos Centros Acadêmicos um maior envolvimento nas atividades de planejamento, reuniões de colegiado e CsA, questões acadêmicas. Maior investimento na pesquisa, com envolvimento dos alunos.</p>
<p>Continuidade ao processo avaliativo</p>	<p>Necessidade de serem avaliados de forma qualitativa alguns aspectos que apareceram mais nas discussões e encaminhamentos que nos questionários.</p>	<p>Pontos a serem avaliados de forma qualitativa:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Absenteísmo docente, discente e das coordenações dos cursos. 2. Projeto Pedagógico do curso, verificando a adequação da proposta ao perfil do egresso e a prática da sala de aula. 3. A participação qualitativa nas atividades extra-classe dos docentes, discentes e coordenadores dos cursos. 4. Taxas escolares considerando a distorção do número de alunos por disciplina em função de aprovação/reprovação, se os alunos que não alcançaram o rendimento previsto são realmente reprovados, e se a evasão escolar é significativa. 5. As coordenações adjuntas de curso, TCC e Estágio.

PROBLEMA APRESENTADO	COMENTÁRIO DA COMISSÃO	SUGESTÃO DA COMISSÃO
Estrutura Física	A coordenação administrativa e o gestor disponibilizam o seu planejamento com detalhamento dos procedimentos necessários para adequação da estrutura física, entretanto, a execução não depende deles visto que os recursos financeiros são disponibilizados pela administração central.	A comunidade deve engajar-se em um movimento para que ao menos os recursos próprios gerados pela Unidade permaneçam nela, o que está sendo defendido por vários diretores de Unidades.

Fonte: Relatório Monográfico de Avaliação Institucional da UEG/UnUCSEH - Anápolis. 2007

Para não ficar apenas no nosso olhar e entendimento quanto aos documentos por nós analisados, realizamos entrevistas com o gestor da Unidade Universitária e os responsáveis pela Avaliação Institucional que passaremos a descrever em seguida.

2.4 Análise dos dados da Pesquisa Qualitativa - Apresentação dos resultados coletados a partir das entrevistas

Para coleta dos dados foi realizada entrevista semiestruturada com o gestor da Unidade Universitária e os responsáveis pela Avaliação Institucional da UnUCSEH. Minayo (1996) nos ensina que:

Na pesquisa qualitativa a entrevista caracteriza-se como um instrumento importante por possibilitar a produção de conteúdos fornecidos diretamente pelos sujeitos envolvidos no processo – materiais que tanto podem ser objetivos quanto subjetivos. O entrevistador pretende com esse instrumento elucidar as informações pertinentes a seu objeto. Dessa forma, a entrevista como fonte de informações pode fornecer dados primários e secundários e ser estruturada de formas diversas e variadas, tais como a sondagem de opinião com questionário fechado, a entrevista semiestruturada, a entrevista aberta, a entrevista não diretiva, a entrevista centrada (Minayo, 1996, p. 109).

Para os Coordenadores dos cursos pesquisados, ou seja, História, Geografia, Letras e Pedagogia, bem como professores e acadêmicos desses cursos foi aplicado um questionário. Devido ao acúmulo de trabalho dos

Coordenadores e Professores e o excesso de Carga Horária, muitos preferiram responder ao questionário por *email*. Dessa forma, foi enviado *email* para todos os professores, solicitando a participação e também feita a abordagem individual na Unidade Universitária. Os questionários respondidos, via *email*, foram impressos com a solicitação da participação. Quanto aos acadêmicos, encontramos um pouco mais de dificuldade, uma vez que os respondentes da Avaliação já são egressos da Instituição. Com a liberação, pela secretaria geral, da listagem contendo os nomes, telefones e *email* desses acadêmicos, buscamos contato primeiro via telefone e verificamos que os telefones não correspondiam mais aos seus antigos donos, assim, tentamos o contato via *email*, solicitando ainda àqueles que nos retornava, se eles tinham contato com algum colega daquela época. Conseguimos assim algumas adesões à nossa pesquisa. Vejamos de forma sistematizada esses números, que apresentaremos da seguinte forma: no Quadro 3, estaremos mostrando o número de Coordenadores, Professores e Alunos dos cursos de Geografia, História, Letras e Pedagogia, conforme lista nominal oferecida pela Coordenação de cada curso. No Quadro 4, estaremos mostrando o quantitativo de Coordenadores, Professores e Alunos a serem pesquisados, conforme nosso Projeto Inicial e, o quantitativo pesquisado.

QUADRO 3: QUANTIDADE DE COORDENADORES, PROFESSORES E ALUNOS DOS CURSOS DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA, LETRAS E PEDAGOGIA DA UEG/UNUCSEH

Quadro da Comunidade Acadêmica					
Nº Ordem	Cursos	Coordenadores	Professores	Alunos	Total
01	Geografia	01	12	23	36
02	História	01	12	22	35
03	Letras	01	20	18	39
04	Pedagogia	01	17	25	43
05	TOTAL	04	51	88	153

Fonte: Secretaria Geral da UnUCSEH

Considerando a Comunidade acadêmica apresentada e o critério de terem participado da Avaliação Institucional realizada na UnUCSEH, nos anos

de 2005 e 2006, bem como a adesão voluntária tanto de professores e alunos, podemos considerar que a escolha foi aleatória. Como a proposta inicial de nosso Projeto era a participação de 20% (vinte por cento) da comunidade acadêmica, atingimos em parte esse objetivo, ficando a participação dos sujeitos da pesquisa como é apresentado no Quadro 04.

QUADRO 4 – QUANTIDADE DO PERCENTUAL DA COMUNIDADE ACADÊMICA PARA RESPONDER AO QUESTIONÁRIO DA PESQUISA.

		Coordenadores		Professores		Alunos	
Nº	Cursos	A	B	A	B	A	B
01	Geografia	01	01	03	02	05	-
02	História	01	01	03	02	05	02
03	Letras	01	-	04	06	05	03
04	Pedagogia	01	01	04	04	05	05
05	TOTAL	04	03	14	14	20	10

Legenda: A. Número Desejado B. Número Pesquisado

Para entrevistar o diretor, falamos pessoalmente com ele que agendou dia e horário para nos atender. Assim, a entrevista semiestruturada foi realizada no dia 10 de maio de 2010. O diretor respondeu por mais de uma hora aos questionamentos, cujos dados depois de gravados foram transcritos e apresentadas a ele para leitura e assinatura. Esse foi um trabalho muito árduo, pois procuramos ser o mais fiel possível às suas observações. Essa entrevista forneceu uma visão muito clara de como a Instituição viu e participou da Avaliação-Institucional realizada. Os questionamentos a ele dirigidos foram: 1. Como foi a participação dele na Avaliação-Institucional realizada na UnUCSEH nos anos de 2005 e 2006, com relatórios apresentados em 2007; 2. Se os dados coletados foram apresentados à Direção da UnUCSEH; 3. Como foram discutidos os dados coletados na Unidade; 4. Se os dados coletados e o Relatório Final contribuíram para implementar ações para melhoria da gestão e de práticas pedagógicas. 5. A relevância dos dados para o planejamento dos cursos; 6.. Se houve a sensibilização da Comunidade Acadêmica para realização da Avaliação Institucional; 7. A opinião do gestor quanto aos

indicadores elencados pela Comissão da Assessoria de Avaliação Institucional para serem avaliados; 8. Se os pontos negativos e positivos serviram de aprendizagem; 9. A trajetória da Avaliação Institucional na Unidade; 10. Se é possível fazer uma análise comparativa das avaliações para uma análise de suas contribuições para melhoria da Unidade; 11. Onde estão arquivados os dados coletados na e/ou nas Avaliações Institucionais; 12. Como é ou foi a construção da história da Avaliação Institucional na Unidade; 13. Se a falta do *link* de Avaliação Institucional no *site* da UEG, tem a ver com a construção da história da Avaliação Institucional. 14. A Assessoria de Avaliação Institucional; 15. A nova proposta de Avaliação Institucional que está em construção em 2010; 16. Se é possível utilizar os resultados do Exame Nacional de Desempenho do Estudante, ENADE e Índice Geral de Cursos, IGC para planejamento; 17. A concepção dele de Avaliação Institucional.

Como esta pesquisa baseia-se em dados qualitativos, a fala dos sujeitos agrega mais valores aos dados qualitativos. As informações recolhidas na pesquisa qualitativa são ricas em pormenores relativos às pessoas, locais e conversas, pois parte do pressuposto de que o contexto é essencial na construção dos significados que as pessoas atribuem aos fatos, objetos, situações, a si mesmo e aos outros (Minayo, 1996).

Dessa forma, a entrevista com o diretor foi esclarecedora quanto à Avaliação Institucional realizada na UnUCSEH. Ele foi muito natural em responder todos os questionamentos, falava com tranquilidade como partícipe do processo, sem preocupação de supervalorizar ou desvalorizar o fato. Durante a entrevista parou para atender alguns professores que participavam de uma reunião para tratarem de Avaliação Institucional.

Em suas declarações disse ter participado da Avaliação Institucional realizada nos anos de 2005 e 2006 na UnUCSEH, na condição de respondente a um questionário e de avaliado como gestor, entretanto considerou a avaliação realizada com um caráter “alienígena”, ou seja, realizado sem a participação ou sensibilização da comunidade acadêmica, sendo centralizada em torno de uma Comissão de Assessoria em Avaliação Institucional composta por pessoas externas à Universidade. Disse que a avaliação serviu simplesmente para quantificar o que já era conhecido pela Unidade e como foi

apenas quantitativa, não possibilitou a discussão dos verdadeiros problemas evidenciados no cotidiano universitário e sem possibilidade de soluções. Disse ainda que os dados colhidos de forma *on-line*, “os respondentes iam no laboratório e simplesmente apertavam um botão do computador”, voltaram para a IES, em forma de CD, o que foi caracterizado por eles, como uma forma impessoal de discutir dados tão importantes, e que levados em reunião do Colegiado contou com a participação de um número insignificante de professores. Disse que não tem conhecimento de onde estão arquivados esses dados e relatórios e que vê uma falta de compromisso da Instituição em relação à Avaliação, citando inclusive, que quando saiu da gestão esses dados foram entregues a uma professora que os levou para sua casa e posteriormente verificando a importância histórica e documental entregou a caixa de documentos a ele que os enviou à UnUCSEH. Falou ainda que a Avaliação realizada trouxe-lhe um ensinamento de como não fazer uma Avaliação Institucional, exemplificou a importância de uma avaliação realizada conforme propunha o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, PAIUB, e concluiu dizendo que, se a Avaliação Institucional é um momento de reflexão, não pode perder de vista que os instrumentos não são mais importantes que a discussão, eles devem ser apenas suporte. Que não se deve preocupar mais com os resultados que com a discussão, com a reflexão. Disse que uma nova proposta de avaliação está sendo executada na UnUCSEH, com esse objetivo, ou seja, discutir os problemas, refletir a Unidade e posteriormente relacionar os dados de avaliação externa com as reflexões realizadas.

Já a entrevista com os responsáveis pela pesquisa e elaboração do Relatório Final foi realizada de forma semiestruturada. Um deles pessoalmente, e, via *email* com o outro, que trabalha em outra cidade e não foi possível encontrarmos pessoalmente. A entrevista realizada com o que denominamos de Respondente 1, foi transcrita obedecendo fielmente suas respostas e entregue ao mesmo para assinatura. Já a entrevista feita por *email*, com o que denominamos de Respondente 2, foi impressa integralmente.

Os questionamentos a eles dirigidos foram: 1. Se a Avaliação institucional, por eles coordenada nos anos de 2005 e 2006, contou com o

apoio da Direção da Unidade; 2. Como foi realizada a formação da Comissão de Avaliação Externa; 3. Como foi o curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Avaliação Institucional que eles participaram e a elaboração dos instrumentos de coleta de dados para a Avaliação da Unidade. 4. Se houve envolvimento da comunidade acadêmica na Avaliação Institucional; 5. Se houve sensibilização para que os funcionários se envolvessem no processo de Avaliação Institucional; 6. Quais ou qual a fragilidade e potencialidade ficou mais evidenciada na avaliação; 7. Se houve a divulgação dos dados e como foi realizada; 8. Se os dados foram divulgados para implementar ações de melhoria na prática pedagógica e de gestão da Unidade; 9. Onde estão arquivados os dados coletados e o Relatório final da Avaliação; 10. Qual a concepção de Avaliação Institucional dos avaliadores.

Respondendo aos questionamentos os membros da Comissão nos informaram que a Avaliação Institucional realizada nos anos de 2005 e 2006 foi conduzida por uma Comissão de Assessoria em Avaliação Institucional composta por membros externos à Universidade; que os dois foram escolhidos pela Unidade para serem os avaliadores e para isso participaram de um curso de pós-graduação *lato sensu* em Avaliação Institucional, no qual foi elaborado o referencial teórico da avaliação bem como os instrumentos a serem utilizados, instrumentos esses utilizados em todas as Unidades, não respeitando a identidade de cada unidade. Observaram que a avaliação foi realizada por meio de uma pesquisa ação cujos dados foram colhidos de forma *on-line* e que foi um árduo trabalho convencer professores e alunos a responderem os questionários, em suas palavras “às vezes tínhamos que quase pegar o professor no colo para que ele respondesse o questionário”, e “quando levamos as turmas para o laboratório e fazíamos as orientações, pensávamos que eles estavam respondendo e pegávamos alunos jogando nos computadores”. Disseram que faltou envolvimento da com a comunidade acadêmica que não foi sensibilizada adequadamente para participar do processo; que os dados coletados foram organizados sistematicamente em tabelas e gráficos, categorizados e organizados em um relatório em forma de monografia que foi apresentada como um dos requisitos do curso de pós-graduação e que os resultados foram divulgados de forma geral em um CD e na unidade foram apresentados em uma reunião do colegiado que contou com

a presença da comissão, do gestor e alguns professores (em torno de cinco); que de todo o trabalho realizado restou a certeza de que Avaliação Institucional não pode ser feita de forma amadorista, que os avaliadores precisam ser preparados e conhecerem como se dá o processo avaliativo; que sem sensibilização, ou seja, sem o envolvimento da comunidade, não adianta. Lamentaram o processo avaliativo não ter tido continuidade não possibilitando o conhecimento da aplicabilidade dos resultados, mas que a Avaliação Institucional, mesmo quando não dê os efeitos diretos que espera a movimentação que ela dá, a possibilidade de reflexão que oferece faz com que as coisas aconteçam e isso é muito positivo.

O questionário dos Coordenadores dos quatro cursos foi organizado buscando, com questões abertas, respostas às perguntas: 1. Se o respondente participou da Avaliação Institucional realizada nos anos de 2005 e 2006 e como foi essa participação; 2. Se os resultados obtidos foram divulgados e como foi essa divulgação no curso coordenado pelo respondente; 3. Se ele conhece as fragilidades e potencialidades apontadas na Avaliação; 4. Se o respondente enquanto Coordenador de um curso utilizou dos dados obtidos nessa Avaliação para implementar novas práticas pedagógicas e administrativas no curso por ele coordenado; 5. Qual a concepção de Avaliação Institucional.

Dos quatro cursos apenas três coordenadores responderam aos questionamentos. A coordenadora de Letras absteve-se de responder ao questionário uma vez que participou da Avaliação Institucional apenas como respondente de um questionário no ano de 2005 e nos anos subsequentes licenciou-se para o doutorado. Assim como o objetivo da pesquisa é focado na divulgação e utilização dos resultados, a mesma não se sentiu à vontade para responder, porque não participou desse processo.

Os demais coordenadores responderam que participaram da Avaliação Institucional apenas como respondentes de um questionário *on-line*; que os resultados foram divulgados de forma qualitativa na instituição e não do curso e que ficaram disponibilizados *on-line* podendo ser acessado para quem tinha a senha. Entretanto um dos respondentes disse que o resultado não chegou no curso que coordenava. Quando questionados sobre a aplicabilidade dos resultados no âmbito dos cursos, um coordenador respondeu que utilizou

alguns dados para discutir alguns pontos de interesse dos cursos, outro disse que não os conheceu, assim, não os utilizou.

O que me chamou atenção foi que um dos coordenadores disse não ter utilizado os dados por não conhecê-los e também porque o curso passava por um momento de adequação do PPP e aprovação do Regulamento de Estágio e do Trabalho de Conclusão de Curso, o que para ele foi um trabalho muito árduo. Fica a indagação e uma reflexão do quanto seria rico esse momento se tivesse utilizado os dados relativos à dimensão pedagógica para a elaboração do PPP e do Regulamento do Estágio.

Quanto à concepção de Avaliação Institucional adquirida, um coordenador respondeu que sua concepção de Avaliação Institucional não advém do trabalho que foi realizado na UEG, outro disse que considera a Avaliação um importante instrumento de gestão (entretanto, não o utilizou no âmbito de seu curso), e o outro respondeu o que transcrevemos:

Meu conhecimento nesta área é bastante reduzido, embora considere importante. Falta uma divulgação e maior engajamento dos professores no processo, o convencimento a respeito da importância da A.I. A imagem em geral é a de que a A.I. seria utilizada como mecanismo de controle das atividades docentes, em vez da melhoria qualitativa. Os questionários extensos e redundantes levam a esta percepção de um trabalho realizado por burocratas sem uma finalidade específica e real que levasse a uma reflexão informada dos desafios enfrentados pela instituição. A importação de fórmulas e idéias desconexas, a visão míope de muitos membros destas comissões e a centralização administrativa atualmente em vigor na UEG é incompatível com um espírito de autonomia e criatividade desejável. A maior preocupação atual é com o controle de carga horária, com seu cumprimento e preenchimento de inúmeros relatórios atravancando demasiadamente o trabalho pedagógico e acadêmico. (COORDENADOR DE CURSO- UnUCSEH)

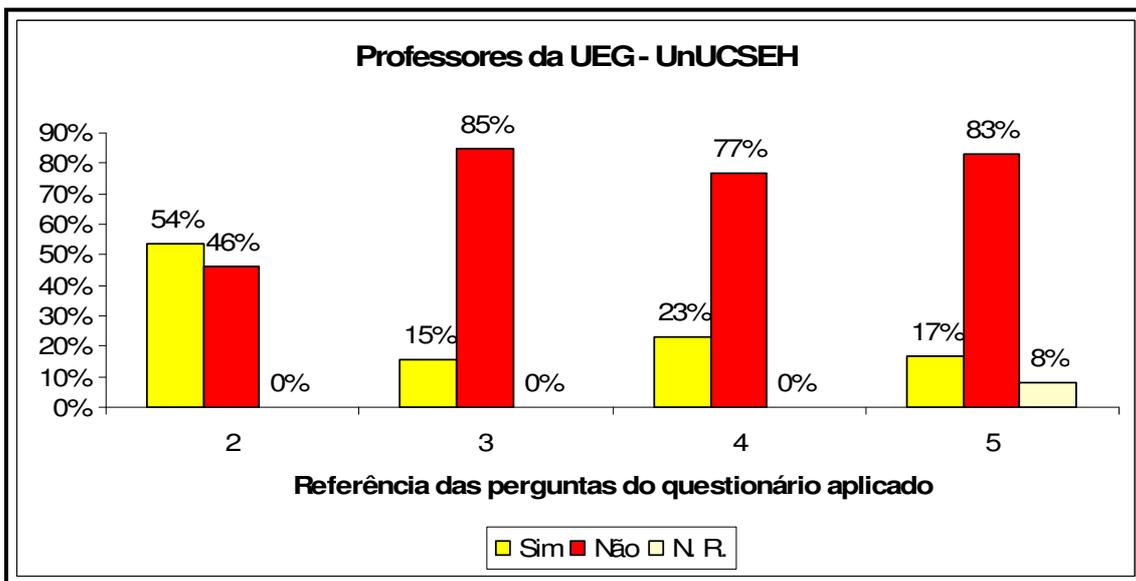
A fala do coordenador nos chamou atenção para a necessidade de sensibilização para envolvimento da comunidade acadêmica no processo avaliativo, bem como a importância da avaliação ser construída pelos membros da comunidade acadêmica, possibilitando uma reflexão contínua e mudança de rumos, uma vez que participam e conhecem o cotidiano universitário. São eles que constroem a história da unidade e não dirigentes externos ou intelectuais e pesquisadores do assunto que, apesar do conhecimento que possuem desconhecem a realidade institucional. Nas palavras de Dilvo Ristoff (2000), “A

avaliação precisa ser um processo de construção, e não uma mera mediação de padrões estabelecidos por iluminados.” (p. 47)

O questionário aos professores foi estruturado em seis questões fechadas para assinalar a resposta sim ou não, e nele foi perguntado: se o respondente participou de alguma atividade relacionada à Avaliação Institucional na UnUCSEH; Se os resultados dessa avaliação foram divulgados; Se o respondente discutiu os resultados em sala de aula; Se foi observado alguma mudança na gestão diante dos resultados dessa avaliação; Se o respondente mudou sua prática pedagógica após o resultado da Avaliação Institucional; Se a direção da Unidade Universitária é comprometida com a Avaliação Institucional. Ainda foram feitas quatro perguntas de múltipla escolha nas quais foi questionando qual a forma de participação na Avaliação Institucional; qual o instrumento utilizado para coleta dos dados; Como foi a divulgação do resultado e para que os resultados obtidos foram utilizados. Por último foi apresentada uma questão aberta na qual foi questionado como o respondente se sente ao ser avaliado e como ele gostaria que fosse realizada a avaliação.

O questionário aplicado aos acadêmicos obedeceu à mesma formatação do que foi aplicado aos professores, com os mesmos questionamentos nas questões fechadas e de múltipla escolha. Os gráficos relativos aos questionários aplicados aos professores e acadêmicos estão em anexo a esse trabalho. Ateremos nesse momento a alguns dados, referentes às perguntas dois, três, quatro e cinco do questionário, que apresentaremos nos Gráficos a seguir. O Gráfico de n. 1 traz as respostas dos professores dos cursos de Geografia, História, Letras e Pedagogia. Já o Gráfico de n. 2, traz as respostas dos alunos dos cursos já citados.

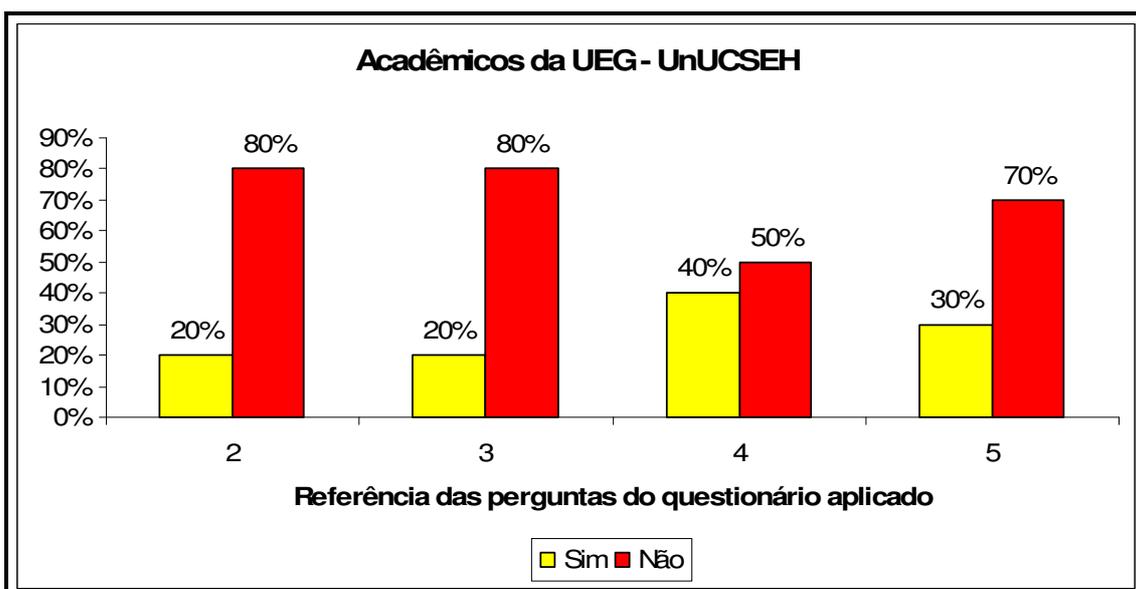
GRÁFICO 1: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA, LETRAS E PEDAGOGIA DA UnUCSEH



Legenda: Pergunta n. 2 Os resultados da Avaliação Institucional foram divulgados pelos Departamentos? Pergunta n. 3 Você discutiu os resultados da Avaliação Institucional em sala de aula? Pergunta n. 4 Você observou alguma mudança na gestão diante dos resultados da Avaliação Institucional? Pergunta n.5 Você mudou sua prática pedagógica após o resultado da Avaliação Institucional?

Fonte: Pesquisa realizada por Maria Geli Sanches.

GRÁFICO 2: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ACADÊMICOS DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA, LETRAS E PEDAGOGIA DA UnUCSEH



Legenda: Pergunta n. 2 Os resultados da Avaliação Institucional foram divulgados pela Coordenação do Curso? Pergunta n. 3 Os resultados da Avaliação Institucional foram discutidos em sala de aula? Pergunta n. 4 Você observou alguma mudança na gestão do

**Curso e/ou unidade Universitária diante dos resultados da Avaliação Institucional?
Pergunta n.5 Você observou alguma mudança na prática pedagógica dos professores após o resultado da Avaliação Institucional?**

Fonte: Pesquisa realizada por Maria Geli Sanches.

Quando perguntados se os resultados da Avaliação Institucional foram divulgados pelos departamentos ou coordenação do curso (pergunta n. 2) 54% (cinquenta e quatro por cento), ou, sete professores disseram que sim, já os acadêmicos apenas dois, ou 20% (vinte por cento) disseram que sim. Em seqüência perguntamos se esses dados foram discutidos em sala de aula (pergunta n.3). Apenas 15% (quinze por cento) ou dois professores disseram que sim e 20% (vinte por cento), ou, dois acadêmicos disseram que não. Isto nos esclarece que não houve transparência na divulgação desses dados ou faltou uma comunicação melhor, pois mais de 50% dos professores tomaram conhecimento do resultado ou da divulgação desses dados, entretanto apenas quinze por cento deles levaram esses dados para serem discutidos em sala de aula e juntos traçarem ações na busca da qualidade pedagógica. Faltou assim interação, diálogo, comunicação, conforme nos orienta Habermas (1987), que a linguagem é concebida na comunicação como elo de interação entre os indivíduos, como forma de garantir um processo democrático nas decisões coletivas, e que por meio da ação comunicativa, livres de coerções os sujeitos buscam conseguir acordos e traçar direções. Esses acordos alcançados por meio do consenso, não são permanentes, mas provisórios, podendo ser contestados desencadeando novas ações comunicativas, assim sendo, não pode ser imposto, não pode ser efetivado de fora para dentro, mas a partir das convicções em comum.

O acordo não pode ser imposto à outra parte, não pode ser extorquido ao adversário por meio de manipulações: o que manifestamente advém graças a uma intervenção externa não pode ser tido na conta de um acordo. Esse se assenta sempre em convicções comuns. A formação de convicções pode ser analisada segundo o modelo das tomadas de posição em face de uma oferta de ato de fala. O ato de fala de um só terá êxito se o outro aceitar a oferta nele contida, tomando posição afirmativamente, nem que seja de maneira implícita, em face de uma pretensão de validade em princípio aceitável. (HABERMAS apud GOMES, 2007, p. 111)

Como a Avaliação Institucional precisa ser um processo de construção em conjunto, faz-se necessário estabelecer consenso tanto na sua elaboração quanto na aplicação e discussão dos resultados. É importante que todos

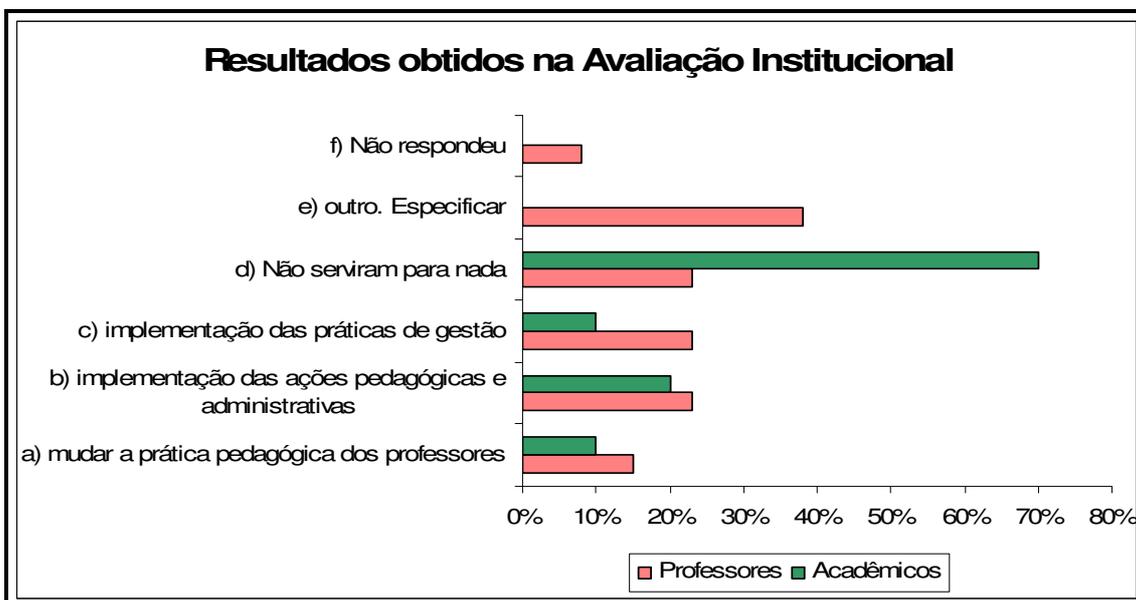
conheçam os dados coletados, mais ainda, que possam discutir esses dados objetivando “definir cooperativamente os seus planos de ação, levando em conta uns aos outros, no horizonte de um mundo da vida compartilhado e na base de interpretações comuns da situação.”(HABERMAS, 1990, p. 72)

Quando questionados se houve mudança na gestão após a divulgação dos resultados (pergunta n. 4) e se os professores mudaram a prática pedagógica após essa divulgação (pergunta n. 5), apenas três ou 23% (vinte e três por cento) dos professores e 40% (quarenta por cento), quatro dos acadêmicos disseram que viram mudança na gestão. Vale ressaltar que, o número apresentado (40%), não é significativo, pois, segundo a fala do Diretor da UnU, a Avaliação serviu apenas para quantificar o que eles já sabiam e que muitas ações, especialmente mudanças na estrutura física já havia sido tangenciadas por eles, não sendo necessário uma avaliação para propor essas mudanças, vejamos o que ele diz:

O grande problema é que os questionários não foram pensados de modo à transferir aos gestores informações para tomada de decisão, ou seja, para melhorar a tomada de decisão. Eles foram feitos numa espécie de quantificação daquilo que já sabíamos. Por Exemplo, um dos nossos grandes problemas é a infra-estrutura, no que diz respeito ao acervo bibliográfico. Eu não preciso fazer Avaliação Institucional para saber que essa é nossa maior debilidade Eu não preciso de 78,6%, 68,7% aprova ou desaprova, pois isso já é sabido. A questão é que isso funciona como quantificador de denúncia. Se a Avaliação Institucional não promove o desenvolvimento institucional, para que ela serve? Aferição? (ENTREVISTA COM O DIRETOR DA UnUCSEH)

Já em relação à mudança da prática pedagógica dos professores apenas dois, ou 17% (dezessete) disseram que mudaram sua prática pedagógica e essa mudança foi observada por 30% (trinta por cento), ou três alunos. Se a Avaliação Institucional não se tornou uma cultura na Universidade, e se os resultados não foram considerados pela comunidade acadêmica com utilidade para planejar ações e propor mudanças. Então, para quê serviu essa avaliação? Apenas para cumprir uma determinação superior? Perguntamos, assim, aos professores e alunos para que serviu a Avaliação Institucional realizada nos anos de 2005/2006, cujas respostas apresentamos no gráfico a seguir.

GRÁFICO 3: PERGUNTA DIRIGIDA A PROFESSORES E ALUNOS DOS CURSOS DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA, LETRAS E PEDAGOGIA DA UnUCSEH



Legenda: Pergunta n. 10 Os resultados obtidos na Avaliação Institucional serviram para.
Fonte: Pesquisa realizada por Maria Geli Sanches.

Verifica-se que quase 80% (oitenta por cento), ou sete dos dez acadêmicos pesquisados responderam que os resultados obtidos na Avaliação Institucional não serviram para nada, nesse mesmo sentido responderam quase 30% (trinta por cento), ou três dos 14 professores pesquisados, que, se somados à resposta dada ao item “outros Especificar” iguala à resposta dos acadêmicos de que o processo avaliativo para nada serviu, uma vez que quando especificaram, o fizeram com as seguintes observações:” serviram apenas para fins burocráticos” e “serviram apenas para atender ordem superior”.

Como o objetivo de deste trabalho é verificar se os resultados da Avaliação Institucional serviram para implementar novas práticas de gestão e mudanças nas práticas pedagógicas, verificamos pelas respostas dadas ao item “b” da pergunta, quando menos de 30% (trinta por cento) dos professores e acadêmicos responderam que serviram para implementação de ações pedagógicas e administrativas e menos de 20% (vinte por cento) desses responderam que serviu para mudar a prática pedagógica dos professores.

Reportamo-nos mais uma vez a Habermas (1987), que retrata a estrutura e a dinâmica das sociedades modernas indo além da crítica da racionalidade instrumental argumentando a necessidade de ampliar o sentido do conceito de razão instrumental, na busca de uma interação, aprisionada pela lógica dessa racionalidade. A sua crítica de sociedade fundamenta-se na perspectiva de aprofundar o potencial emancipatório da análise social da modernidade, em uma contraposição à abordagem instrumental. Ele delinea três tipos básicos de ações sustentadas por intenções (razão) específicas dos indivíduos e instituições, ou seja, que orientam e permeiam as práticas sociais: instrumental, estratégica e comunicativa. O agir, ou a “ação é instrumental/teleológica” quando as decisões racionais são orientadas pelos meios e fins, são respeitadas regras técnicas com base no saber empírico. O agir, ou a “ação é estratégica” quando as decisões racionais baseiam-se no saber empírico para alcançar o seu êxito. E, por fim o agir ou a “ação é comunicativa” quando se fundamenta nas decisões compartilhadas dentro de um esforço comum para alcançar consensos, utilizando a linguagem como operadora de entendimentos entre os atores que articula os mundos objetivo, social e subjetivo (Habermas, 1987). O autor destaca que no jogo comunicativo, crítico e reflexivo se constroem processos emancipatórios de qualidade, não submissos à lógica da razão instrumental e ao poder social, portanto superador das relações de dominação incorporadas na esfera das políticas educacionais.

Na sua teoria crítica da sociedade, Habermas (1987) mostra a existência de dois grandes mundos: o mundo do sistema e o mundo da vida.

O mundo do sistema pode ser considerado como o mundo formal, instrumental, baseada na racionalidade da lógica estratégica a partir de uma ação estratégica – por meio de suas grandes regras e leis formais e institucionais. No geral, é principalmente o Estado que expressa na ação política institucionalizada a utilização estratégica da lógica do poder e da dominação, ou seja, expressa nos seus espaços a racionalização instrumental. Essa racionalidade pode ser observada na UEG, na operacionalização de suas políticas de gestão acadêmica que são, conforme relato das entrevistas, “a Avaliação Institucional serviu apenas cumprir ordens superiores”, emanadas de órgãos superiores que são legitimados pelo (Estado) e, assim, eivadas de

interesses e intenções coordenadas pela razão instrumental do mundo do sistema.

No mundo da vida estão os sentimentos, as ações do cotidiano e os contextos sociais. Habermas (1987) argumenta que o “mundo da vida pode ser conceituado como sendo aquilo que os participantes da interação iniciam e discutem suas operações interpretativas”. (p. 482) Ao mundo da vida é imputada a racionalização comunicativa por intermédio da ação comunicativa, privilegiando a perspectiva dos sujeitos na compreensão dos processos políticos e culturais, tendo em vista a articulação e reprodução de formas racionais e ações comunicativas de interesses emancipatórios. Ao transpor esta concepção para a Universidade, podemos dizer que é no seu cotidiano que se dá o processo de gestão, podendo privilegiar a participação dos sujeitos na organização acadêmica e na compreensão dos saberes políticos e culturais, portanto, a Avaliação Institucional, sustentada pela razão comunicativa, pode ser um instrumento na busca da qualidade da gestão e das práticas pedagógicas.

Assim, concluímos a descrição das vozes da comunidade acadêmica da UEG/UnUCSEH - Anápolis, expressa nos documentos, questionários e entrevistas. Para análise desses resultados, apontamos mais uma vez, que foi preciso agrupá-los em quatro categorias: 1. Sensibilização para envolvimento da comunidade acadêmica na Avaliação Institucional, 2. Rigor na coleta de dados, 3. Transparência na divulgação dos dados, 4. Utilização dos dados para implementação de melhorias, que passaremos a descrever de forma mais detalhada no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III. ANÁLISE DOS RESULTADOS COLETADOS

Nos capítulos anteriores falamos da escolha de quatro categorias de análises das respostas dadas pelos entrevistados e respondentes dos questionários. Essas categorias foram retiradas considerando que é indispensável apontar que a abordagem dialética empregada na análise qualitativa da investigação requer, sobretudo, uma explicação das informações reais, além de descrevê-las minuciosamente. Esse processo exige, notadamente, compreender a relação entre as diferentes informações em seus diversos elementos constitutivos, resultando assim o dado essencial da pesquisa, razão pela qual as dimensões quantitativas e qualitativas são tomadas na investigação sob a égide da abordagem dialética e dos princípios do movimento e da contradição. As dimensões quanti-qualitativas modificam-se, completam-se e transformam-se mutuamente podendo, assim, ser aplicadas à análise da pesquisa realizada.

Nesse contexto, os esforços para permitir a configuração de categorias significam construir novas possibilidades de sintetizar e explicar a articulação entre os elementos que construíram a Avaliação Institucional na UnUCSEH, bem como a forma que os resultados dessa avaliação foram divulgados.

Assim, com o objetivo de explicar por meio dos questionários e entrevistas se os resultados da Avaliação Institucional da UnUCSEH- UEG de Anápolis, contribuíram para melhoria da prática pedagógica e da gestão daquela unidade, emergiram as quatro categorias que nortearão as análises dos dados colhidos. São elas: 1. Sensibilização para envolvimento da comunidade acadêmica na Avaliação Institucional, 2. Rigor na coleta de dados, 3. Transparência no processo de Avaliação Institucional da UEG/UnUCSEH, 4. Utilização dos dados para implementação de melhorias.

3.1 Sensibilização para Envolvimento da Comunidade Acadêmica na Avaliação Institucional

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei 10.861/2004, tem como característica a integração de diversos instrumentos com base em uma concepção global e o respeito à identidade e à diversidade institucional, levando em conta a realidade e a missão de cada IES. Esse sistema busca abranger todas as instituições de educação superior em um processo permanente com finalidade construtiva e formativa. Esse caráter permanente desenvolve a cultura de avaliação.

Para que esse tipo de processo seja desenvolvido com sucesso é essencial a participação dos sujeitos no processo avaliativo como atores atuantes e não somente como meros espectadores. Para que isso ocorra faz-se necessário a promoção de uma sensibilização na busca do envolvimento da comunidade acadêmica na elaboração e no desenvolvimento da proposta avaliativa. Esta sensibilização precisa estar presente tanto nos momentos iniciais quanto na continuidade das ações avaliativas.

Segundo Dias Sobrinho (2003), a comunidade acadêmica constituída pelos docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos, precisa ter uma participação institucional. O envolvimento precisa ser tanto nas discussões sobre a concepção, as finalidades e o desenho da avaliação quanto também, do levantamento, da organização das informações e dos dados, das pesquisas e das interpretações que dão continuidade ao processo avaliativo.

O grau de envolvimento desses atores: docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos, de certa forma, conduzem a dinâmica do processo em questão e o caracteriza como participativo.

É, pois, fundamental que na Avaliação Institucional ocorra a participação efetiva da comunidade institucional, pois esta assegura a possibilidade de auto-análise: a instituição se pensa, repensa e viabiliza planos de ação que impliquem em mudança e desenvolvimento, pois uma Avaliação Institucional que estabelece um caráter educativo objetivando mais a formação que a informação fortalece os laços na busca da qualidade do ensino oferecido. Nesse sentido, aportamos mais uma vez, aos ensinamentos de José Dias Sobrinho.

A comunidade universitária deve participar institucionalmente desse processo, tanto nas discussões sobre a concepção, as finalidades e o desenho da avaliação quanto no levantamento e organização das

informações e dados quantitativos, nas pesquisas, interpretações e valores de caráter qualitativo. Dessas ações deverá resultar o conjunto estruturado de ações que possam permitir uma imagem global dos processos sociais, pedagógicos, científicos da IES e, sobretudo identifique as causalidades dos problemas e a potencialidades para tornar melhor a instituição (DIAS SOBRINHO, 2003. p. 47).

Na pesquisa realizada, não encontramos documentos de registro da Avaliação Institucional realizada na UnUCSEH, como atas de reuniões, relatórios de seminários e outros que pudessem evidenciar a forma de sensibilização da Comunidade Acadêmica para realização desse processo avaliativo. Entretanto, o Programa de Avaliação Institucional da UEG faz menção à sensibilização da Comunidade acadêmica, mas as formas de sua realização não estão descritas no Relatório da Comissão de Avaliação da UnUCSEH.

Na pesquisa realizada, mais especificamente em análise às respostas dadas aos questionários e entrevistas, observamos quando perguntamos a forma de participação na Avaliação Institucional. Sessenta por cento dos respondentes alunos disseram que foi por questionário escrito e cinquenta por cento disseram que foi de forma *on-line*, (como eles podiam dar mais de uma resposta, o total ultrapassou os 100%), demonstrando assim que eles pouco se envolveram no processo avaliativo.

Os professores foram ainda mais diversificados em suas respostas, senão vejamos: trinta e oito por cento declararam ter participado respondendo questionário escrito, trinta e oito por cento respondendo questionário de forma *on-line*, oito por cento participando em grupo focal, quinze por cento de outra forma e quinze por cento não respondeu (como eles podiam dar mais de uma resposta, o total ultrapassou os 100%), demonstrando assim falta de conhecimento quanto à forma de realização da avaliação Institucional, que não se envolveram no processo avaliativo realizado nos anos de 2005 e 2006, ou ligaram a avaliação a outros momentos avaliativos realizados e que não evidenciamos.

Por outro lado, cem por cento dos Coordenadores de Cursos, responderam que sua participação foi como respondente de um questionário *on-line*, demonstrando assim que tomaram conhecimento do processo

realizado, mas as respostas aos questionamentos feitos deixam claro que houve envolvimento desses no processo.

A forma de participação da comunidade acadêmica foi assim descrita em entrevista realizada com os membros da Comissão de Avaliação:

Bem, a formação da Comissão Externa se deu por arbítrio da Reitoria, eles escolheram, não foi comunicado à Comunidade acadêmica, não que eu me lembre, quais os critérios, como é que foi feito, sei que não fomos informados, recebemos pronto, as pessoas que comporiam essa comissão, os nomes, inclusive já com uma proposta de Avaliação Institucional. A Avaliação Institucional estava começando dentro da UEG, a Pró-Reitora de Graduação, Prof^ª Maria do Carmo Abreu, que era responsável, inclusive já começando os trabalhos com a formação de grupos nas diferentes Unidades. Quando recebemos essa nova Comissão de Avaliação Institucional, formada por três professores, que não eram na Universidade, mas da Católica e UNB, mas não tinha ligação com a Universidade. Então houve uma discordância da comunidade interna, porque acreditávamos que devíamos participar do processo, a comunidade interna deveria participar da elaboração do projeto e dessa forma houve discordância da grande maioria. Entretanto como já era um projeto definido e de alguma forma tínhamos que aderir e por acreditarmos que a Avaliação Institucional é importante, procuramos dentro daquilo que nos foi trazido colocar a nossa postura. Então fizemos uma escolha interna, consensuada entre os departamentos da Unidade, dos diferentes cursos, a partir daí começamos o nosso processo, caminhando meio a meio com os instrumentos e norte dado pela Comissão Central e com aqueles critérios que achávamos que deveria ser trabalhado dentro da Unidade (RESPONDENTE 01).

Eles deveriam responder aos questionários *on-line*, receberam a senha de cada curso para irem lá e responder as questões. (RESPONDENTE 01)

Foi difícil, realmente foi muito difícil. Teve professor que tivemos que praticamente “pegar no colo” colocar na frente do computador e permanecer ao seu lado, esperando até responder as questões. Por desinteresse, por achar que não ia dar em nada, por discordar da forma como foi feito, ou simplesmente por achar que não ia dar em nada e ele não queria se envolver. Por parte dos funcionários, principalmente, aqueles que executam os trabalhos mais simples, também apresentou muita dificuldade, por não saber usar o computador, e muitas vezes tinha que alguém ficar perto, ao seu lado, para ensinar a digitar sua resposta. Eu acredito que isso tenha inibido alguns a responderem exatamente o que queriam falar, talvez achado que a pessoa que estava ajudando a digitar tinha conhecimento de suas resposta, acredito que sim. E os alunos também, talvez por não terem a cultura de Avaliação Institucional, nós os levávamos para a sala de computadores, explicava, explicava e às vezes, quando pensávamos que estavam respondendo, eles estavam navegando na internet, fazendo outras coisas (RESPONDENTE 01).

Como não teve uma palestra para apresentar o que era a avaliação institucional, nem um momento de sensibilização para o processo os alunos e professores foram convidados a responderem os questionários de forma direta. Os professores eram convidados na sala dos professores pelos dois incentivadores do processo (Carlos no período noturno e Virgínia no período matutino) e os alunos com nossas visitas em sala de aula. No primeiro momento não tivemos o apoio dos representantes da avaliação institucional de cada curso, nós mesmos fizemos o trabalho todo, poucos foram os representantes da AI dos cursos que se engajaram. Nas turmas que eu ministrava aula durante o período noturno levava todos os alunos para o laboratório de informática e realizávamos a avaliação, explicando para os mesmos a importância do processo e a responsabilidade destes. Os funcionários administrativos também participaram, e tiveram o engajamento melhor que os outros dois citados (professores, alunos e gestores). No segundo ano da aplicação os alunos, professores e gestores foram bastante resistentes e a participação foi bem diminuta. Com a AI os participantes esperavam alguma mudança. Como as mesmas não vieram e as perguntas apresentadas foram basicamente às mesmas a motivação para avaliarem novamente a Instituição foi bem reduzida. Não tivemos um trabalho para se criar uma cultura de avaliação. Alguns professores foram resistentes quanto ao processo de avaliação ser anônimo, defendendo que tal ação tira a responsabilidade do participante. (RESPONDENTE 02)

A fala dos respondentes, membros da Comissão de Avaliação Institucional, não nos deixam dúvida que a avaliação foi realizada sem que a comunidade acadêmica fosse motivada a participar do processo. Segundo Cruz, Gil e Cortezão (2001) a motivação para aderir a processos de mudanças é decorrente do envolvimento das pessoas na definição dos planos de trabalho, das oportunidades que estas têm de manifestar suas opiniões e expor suas idéias. Esse acolhimento gera sensibilização e mobiliza para construção de novas práticas profissionais. As palavras do diretor da Unidade, também são nesse sentido:

Uma das características do Projeto da avaliação de 2005 e 2006, foi exatamente a centralização do mesmo em torno de uma Comissão elaboradora desse projeto, que parte de uma ideia de que seria possível fazer uma pesquisa ação dentro da Universidade e o objeto dessa pesquisa ação seria exatamente a Avaliação da qualidade da Universidade, e um dos principais obstáculos encontrados pela comissão foi que os professores não entendiam de pesquisa ação e nem de avaliação institucional, havia assim um despreparo técnico e diante dessa constatação, foi organizado um curso de pós-graduação *lato sensu* onde se pegou saberes sobretudo dos professores da Universidade Católica de Goiás. A eles foi delegado o curso sem interação com os professores da casa. As disciplinas foram ministradas por eles, todo o viés técnico e teórico foi ministrado por eles, e não houve assim envolvimento da comunidade interna. Resultado: os alunos do curso de pós-graduação

teoricamente seriam os participantes, mas veja que isso criou um caráter alienígena à proposta de avaliação institucional (ENTREVISTA COM O DIRETOR DA UnUCSEH).

Um dos aspectos que influencia no processo avaliativo é o tipo de participação que a comunidade acadêmica está sendo solicitada a realizar. A participação parece ter ocorrido no final do processo, no momento do preenchimento dos formulários, e pode-se dizer que uma participação incipiente. As demais fases como o envolvimento nas discussões que antecedem a elaboração dos formulários, a sua concepção, a determinação de quais são as finalidades e características do processo de avaliação, a interpretação dos dados obtidos durante o processo e a conseqüente divulgação, parecem que não foram devidamente valorizadas. Nesse enfoque, Dias Sobrinho (2003) evidencia que as fases de levantamento e organização das informações e dados e as interpretações realizadas constituem a continuidade do processo avaliativo considerado tão importante quanto às etapas que compõem a fase inicial. A participação precisa ser mantida também neste momento. Habermas (1987) nos alerta que “na ação comunicativa, o objeto principal é assegurar o entendimento de todos, esclarecendo os diversos pontos de vista” (p.484).

Assim, faltou comunicação, envolvimento da comunidade acadêmica, tanto para sugerirem ações a serem desenvolvidas pelos Avaliadores, quanto no momento da divulgação para colocarem de forma democrática o ponto de vista com a relação à forma como foi realizada a avaliação.

Dessa maneira, concluímos ser o processo de sensibilização um dos elementos que permite que a comunidade acadêmica conheça o que está sendo feito, mesmo que ela não aconteça de uma forma ampla nas fases iniciais, mas que permita o início do desenvolvimento de uma democracia participativa. Esta dinâmica atenderia ao que diz Leite (2005) quando evidencia que: “As características centrais de uma democracia participativa seriam: a formação de uma comunidade política, a auto-legislação e a participação constante” (p. 75).

3.2 Rigor na coleta de dados

O processo de análise dos dados pela aplicação de instrumentos de Avaliação Institucional é um fator de muita dificuldade para os avaliadores. Assim, para minimizar essa dificuldade faz-se necessário a utilização do maior rigor científico bem como realizar esse tratamento de forma participativa, coerente e ética, o que por certo evidencia o caráter científico e democrático que a Avaliação Institucional deve conter.

O rigor na coleta dos dados evidencia que o trabalho científico não pode ser fragmentado, por mais que se apresente como uma junção de idéias. Estas precisam ser bem “costuradas”, embasadas e alicerçadas e para tal, observa-se que a metodologia escolhida torna-se importantíssima, requerendo, ainda, maturidade por parte do pesquisador, e se tratando das ciências humanas, o pesquisador precisa ser consciente de que não está trabalhando com máquinas ou objetos, pois seu estudo lida com pessoas, as quais têm sentimentos, vontades e valores. Sendo assim, o pesquisador necessita, acima de tudo, é ser ético e confiável, pois possuindo estas características e desenvolvendo seu trabalho com responsabilidade, com planejamento e com métodos definidos, chegará a seus objetivos.

Por outro lado, o rigor não quer dizer necessariamente somente a escolha correta dos instrumentos a serem aplicados, pois a Avaliação de uma Instituição não pode ser explicada simplesmente por fórmulas, tabelas, gráficos, cifras, percentuais. O avaliador precisa interpretar esses dados dando significado a cada um deles, dando assim legitimidade ao processo avaliativo. Nesse sentido Dilvo I. Ristoff nos alerta:

A legitimidade se expressa de duas maneiras: (1) numa metodologia capaz de garantir a construção de indicadores adequados, acompanhados de uma abordagem analítico-interpretativa capaz de dar significado à informação; e (2) na construção de informações fidedignas, em espaço de tempo capaz de ser absorvido pela comunidade universitária (RISTOFF, in BALZAN e SOBRINHO, 2000, p. 51).

Na pesquisa realizada, quando da análise do Relatório da Avaliação Institucional da UnUCSEH (p. 57), observamos que os pesquisadores preocuparam-se com o rigor na análise dos instrumentos aplicados na pesquisa, utilizando na metodologia quantitativa os seguintes critérios: O

respondente poderia assinalar as seguintes alternativas: ótimo (10,0) Bom (7,5), Regular (5,0), Fraco (2,5) Inexistente (0,0) e Desconheço. Para dar um caráter de equidade às respostas, utilizaram uma escala de zero a dez, com intervalos de 2,5 (dois e meio), sendo que a opção Desconheço não foi computada. Os dados coletados foram agrupados e separados em diversos arquivos (alunos, professores, técnicos administrativos, gestores) e para cada segmento foram desenvolvidas planilhas que totalizassem as análises em Dimensões, Curso e Total da Unidade Universitária. Já para a pesquisa qualitativa foi utilizado o procedimento de análise de conteúdo, no que se destaca a seguinte preocupação:

No caso da pesquisa em Avaliação Institucional da UEG-UnUCSEH são citados resultados e dados expressos em números. É essencial, entretanto, a exigência de contextualizá-los e interpreta-los com base no conhecimento a respeito da dinâmica sócio-cultural ampla e local (RELATÓRIO DE A.I –UnUCSEH/ UEG, 2007, p. 63).

Por outro lado, quando da construção dos instrumentos para coleta de dados, observamos que o mesmo rigor não foi observado, não houve discussão com a comunidade acadêmica para elaboração desses instrumentos. Vejamos a fala de um dos entrevistados:

E em uma das disciplinas do curso, de pós-graduação em Avaliação Institucional foi feita a proposta para elaboração dos questionários, foi uma coisa muito louca... eu achei. A professora chegou com a proposta das questões, formaram-se grupos e perguntou... o que você acha que deve ser perguntado sobre esses aspectos... Já tinha um direcionamento, mas como se fosse assim, eu acho que deve ser perguntado assim... tira essa pergunta... ali nos grupos as perguntas foram elaboradas com muita polêmica, muita briga. Quer dizer, então esse questionário foi elaborado. Foi depois ajustado por eles para serem aplicados em todas as Unidades (RESPONDENTE 01).

Os alunos da pós-graduação criaram um instrumento e discutiram democraticamente entre eles qual deveria ser a forma de avaliação e se tomou por idéia uma consulta via internet de responder um questionário e depois remeter esses resultados para as unidades e para isso chamaria de Avaliação Institucional (ENTREVISTA DIRETOR DA UNIDADE).

José Dias Sobrinho (2003), aponta duas concepções norteadoras de análises, uma identificada com um paradigma experimentalista e quantitativo, que concebe a participação dos indivíduos basicamente como fornecedores de informações, na qual os atores não se colocam como sujeitos dos processos, como agentes de mudanças ou responsáveis pelas propostas de melhorias. Outra concepção apoiada no paradigma heurístico e qualitativo sustenta que os

sujeitos dos processos educacionais são agentes ativos, que participam não só fornecendo informações, mas interferindo ativamente na avaliação, ou seja, se comprometendo solidariamente com as ações requeridas por esse processo.

A Avaliação Institucional, segundo Ristoff (2000), “precisa ser um processo de construção, e não uma mera mediação de padrões estabelecidos por iluminados” (p. 47), pois no processo avaliativo, estão envolvidas: a coleta de dados, a compreensão, a interpretação, a análise e a síntese destes, bem como a elaboração de conclusões fundamentadas em juízos de valor. Dessa forma, a avaliação é um exercício tão rigoroso e sólido como qualquer outra investigação. Os critérios de valor e os padrões aplicáveis necessitam ser, adequadamente, explicitados para os avaliados especialmente, e para toda a comunidade institucional. Dessa forma, a avaliação estará atendendo o princípio da legitimidade, assim descrito no Manual do SINAES:

A Avaliação precisa ter legitimidade ética e política, assegurada por seus propósitos proativos, respeito à pluralidade, participação democrática e também pelas qualidades profissionais e cidadãs de seus atores. É, portanto a concepção democrática de educação e de avaliação que confere aos processos avaliativos um grande sentido de legitimidade ética e política. A legitimidade ética e política têm a ver com a autonomia efetivamente assumida na perspectiva da responsabilidade pública e passa pela construção dos processos de avaliação como espaços sociais de reflexão (MANUAL DO SINAES, 2003. p. 67)

Assim entendemos que legitimidade pressupõe acordo da comunidade acadêmica quanto à institucionalização e organização do processo avaliativo. Quando há legitimidade na avaliação, ela se expressa por meio de metodologia própria, construída ou escolhida coletivamente tanto na construção dos instrumentos coletores das informações, quanto no seu desenvolvimento e divulgação dos resultados. Essa legitimidade pode ser atribuída como o rigor na coleta dos dados. Retomando os ensinamentos de Habermas (1987) podemos dizer que os dados a serem coletados e medidos devem ser tomados concomitantemente com o seu contexto simbólico, onde são seguidas determinadas regras de ação social comunicativa no mundo da vida cotidiana. Enfatizamos mais uma vez a importância da comunicação, do diálogo, pois somente respeitando as normas do agir comunicativo e em especial, o discurso, as pessoas podem buscar, por meio da discussão em vista do

entendimento, os princípios morais bem como a sua aplicabilidade de forma a assegurar o necessário rigor do feito.

Por tudo aqui delineado, podemos dizer que apesar dos pesquisadores terem preocupado com o rigor da coleta dos dados, especificando de forma numérica e sistemática a sua aplicação, faltou comunicação com a comunidade acadêmica no sentido que tornassem partícipes desse processo, tanto na elaboração dos instrumentos de coleta quanto na escolha da metodologia a ser utilizada para sua análise.

Essa falta de comunicação, conforme os ensinamentos de Habermas (1987), é exatamente devido ao sistema, ou seja, o mundo sistêmico é orientado pela ação instrumental ou estratégica, que utiliza uma ação técnica, de forma racional, como instrumento para a obtenção de fins, por meio do uso do poder econômico e político. O objetivo central do mundo sistêmico é o êxito, o sucesso, a dominação.

Já o mundo da vida tem como objetivo o entendimento e orienta-se pela ação comunicativa, que é a interação lingüisticamente mediada, que possibilita pensar e analisar as relações sociais cotidianas, espontâneas e padronizadas. As ações são baseadas no entendimento mútuo, possibilitando expressar os sentimentos, expectativas, desaprovações, buscando o entendimento e o bem estar individual e coletivo.

Estes dois mundos interpenetram-se e dependem, em princípio, um do outro. Todavia Habermas (1987) mostra como uma das patologias da modernidade, a colonização do mundo da vida pelo mundo sistêmico. A estratégia de ação instrumental do mundo sistêmico vai invadindo os espaços do mundo vivido, desalojando e expulsando a ação comunicativa. Os valores cultuados no mundo sistêmico como poder, dinheiro, prestígio, sucesso, vão “contaminando” o mundo da vida e desacreditando os valores familiares, comunitários, das relações sociais.

A racionalização unilateral ou reificação da práxis comunicativa cotidiana leva antes a invasão de formas de racionalidade econômica e administrativa em esferas de ação que se opõem à mudanças para os meios dinheiro e poder, porque eles são especializados em tradição cultural, integração social e educação e permanecem direcionados aos entendimento como mecanismo de coordenação das ações.(HABERMAS, apud REESE-SCHÄFER, p. 58)

A teoria da ação comunicativa defende a descolonização do mundo da vida, busca a delimitação do mundo sistêmico em espaços determinados, colocando-o a serviço do mundo da vida e da restauração da interação, da solidariedade, da sociabilidade e da cooperação, com base no agir comunicativo.

3.3 Transparência no processo de Avaliação Institucional da UEG/UnUCSEH

Segundo definição do dicionário Aurélio (2008), transparência “é deixar atravessar pela luz, é permitir distinguir nitidamente os objetos através de sua espessura, é deixar perceber um sentido oculto, evidente, claro”. A Avaliação Institucional precisa ter esse caráter transparente, pois avaliar por avaliar, simplesmente para cumprir ritual não transforma a realidade nem tampouco a comunidade que dela participa. E nem sempre a avaliação é utilizada de forma pedagógica, voltada para os interesses da IES, nossa experiência profissional já nos permitiu verificar manipulação de resultados ou parte deles com acordos e conveniências visando à promoção política de um grupo, ou usados para prejudicar pessoas, punir, premiar ou simplesmente estabelecer *rankings*. Assim, ela distorce a sua finalidade, compromete os resultados e está fadada ao insucesso. Esclarecer a finalidade, o destino a ser dado aos resultados, enfim, dar transparência ao processo de avaliação é indispensável para adesão dos participantes. Para além dessa postura transparente e democrática, é de vital importância que os resultados tenham utilidade concreta, previamente estabelecida com toda a comunidade acadêmica e sirva para nortear novas ações.

Nesse sentido, Dilvo Ristoff (2000) diz que a “A avaliação precisa ser espelho e lâmpada, precisa não apenas refletir a realidade, mas iluminá-la, criando enfoques e perspectivas, mostrando relações e atribuindo significados às ações e aos resultados” (p. 50).

A divulgação dos dados da Avaliação Institucional faz parte do processo avaliativo, assim, é necessário ter transparência desde a elaboração até a divulgação dos resultados. Na Avaliação realizada na UnUCSEH, verificamos

como foi o processo de Avaliação Institucional desde sua elaboração até a divulgação dos resultados.

Quanto à elaboração verificamos que não houve a participação da comunidade acadêmica, tanto na escolha da Comissão central de Avaliação da Universidade, como na elaboração do Programa, que já veio pronto, conforme descreve um dos entrevistados da Comissão de Avaliação Institucional da UnUCSEH, que novamente transcrevemos:

Bem, a formação da Comissão Externa se deu por arbítrio da Reitoria. Eles escolheram, não foi comunicado à Comunidade acadêmica, não que eu me lembre, quais os critérios, como é que foi feito, sei que não fomos informados, recebemos pronto as pessoas que comporiam essa comissão, os nomes, inclusive já com uma proposta de Avaliação Institucional. A Avaliação Institucional estava começando dentro da UEG. A Pró-Reitora de Graduação, Prof^a Maria do Carmo Abreu, que era responsável, inclusive já começando os trabalhos com a formação de grupos nas diferentes Unidades. Quando recebemos essa nova Comissão de Avaliação Institucional, formada por três professores, que não eram na Universidade, mas da Católica e UNB, mas não tinha ligação com a Universidade. Então, houve uma discordância da comunidade interna, porque acreditávamos que devíamos participar do processo, a comunidade interna deveria participar da elaboração do projeto e dessa forma houve discordância da grande maioria. Entretanto, como já era um projeto definido e de alguma forma tínhamos que aderir e, por acreditarmos que a Avaliação Institucional é importante, procuramos dentro daquilo que nos foi trazido colocar a nossa postura. (RESPONDENTE n. 01)

Quanto à divulgação perguntamos aos acadêmicos se os dados da AI foram divulgados. Oitenta por cento (80%) dos entrevistados disseram que os dados não foram divulgados. O mesmo quantitativo respondeu que esses resultados não foram discutidos em sala de aula. Da mesma forma, os professores quando perguntados se os resultados da AI foram divulgados, 46% (Quarenta e Seis por cento) responderam que não foi divulgado e 54% (Cinquenta e quatro por cento) disseram que foi divulgado e quando perguntados se eles discutiram esses dados em sala de aula, 85% (Oitenta e cinco por cento) disseram que não discutiram.

Os membros da Comissão também, quando argüidos sobre a forma de divulgação dos resultados da AI, disseram que ela se deu por meio de um relatório compactado em CD em nível geral da UEG, na Unidade em uma reunião do Colegiado, porém, com uma participação ínfima. Perguntamos também ao Diretor da Unidade se os resultados da AI, voltaram para ele, ao que respondeu:

Voltou. Em forma de um CD. Esse foi o retorno. Em tese, eu de posse desse CD, deveria discutir com a minha comunidade. Peguei a reunião da Congregação, pedi a Comissão, essa comissão, os dois professores e alunos para apresentarem os resultados e discutir com a comunidade acadêmica. Apareceram dois professores além da Comissão e eu... (pausa) (ENTREVISTA AO DIRETOR DA UnUCSEH)

Perguntamos ainda, ao que ele atribui a baixa participação dos professores para a devolutiva dos resultados da AI, ao que ele respondeu:

Eles não foram envolvidos no processo e para eles não interessa a quantificação de livros na biblioteca. A avaliação não tocou em nada que fosse relevante para eles. Todos conhecem a baixa autonomia da Unidade no que diz respeito à aquisição de livros (ENTREVISTA AO DIRETOR DA UnUCSEH)

Na análise ao Programa de Avaliação Institucional da UEG verifica-se que um dos seus princípios, é o da transparência, senão vejamos:

Princípio da transparência entendida pela possibilidade de acesso aos dados objetivos e pela divulgação irrestrita das informações, dos procedimentos e dos resultados, bem como pela **participação equânime** de todos envolvidos no processo avaliativo (PROGRAMA DE A.I. - UEG, 2005. p.29, grifo nosso)

Verificamos que o princípio citado, destaca a participação equânime de todos os envolvidos no processo. Essa é uma forma de imposição do sistema ou do mundo sistêmico sobre o mundo da vida, segundo os ensinamentos de Habermas. Não houve interação, comunicação entre as partes, apenas uma determinação superior para realização da Avaliação. TOSCHI citando Habermas, nos alerta:

Enquanto a ação comunicativa é dialógica, a estratégica é monológica e ambas são determinadas pelo marco institucional. Por exemplo, no sistema econômico, no aparelho estatal, existem ações racionais, enquanto na família, no parentesco, as ações são de interação. Então, pelo fato da ação instrumental ter a intenção de auto-estabilização do sistema, ela predomina no contexto institucional e absorve pouco a pouco a ação comunicativa (HABERMAS, apud TOSCHI, 1993, p. 83).

Podemos, assim, dizer que o princípio da transparência foi prejudicado desde a sensibilização, uma vez que as formas de como avaliar, o quê avaliar e para quê avaliar, não foram pactuadas pelo grupo. Assim, essa comunidade participou somente como informante de algo que eles já conheciam. É imprescindível para que a Avaliação tenha credibilidade que todos se sintam

seguros quanto à direção traçada e que tenham confiança nos articuladores do processo. Vejamos o que os professores relatam:

“Não vejo problema em ser avaliado, devemos ser avaliados. A questão central desse tipo de avaliação é a pouca eficácia ou nenhuma eficácia, pois simplesmente preenchi um questionário *on-line* e os resultados não foram apresentados pela Comissão responsável pelo processo, parece que estamos cumprindo uma questão burocrática, talvez esse fosse o objetivo central. Também quero ressaltar que os problemas levantados no quesito infraestrutura (biblioteca, laboratórios, etc.), e de pessoal (professores qualificados, concurso público) não foram resolvidos, então para que realizar uma avaliação institucional? Só para saber dos problemas? E as soluções? Ou só para saber se nós professores estamos cumprindo nossa parte?” (PROFESSOR DO CURSO DE PEDAGOGIA)

Quando se fala em Avaliação Institucional estou me referindo à que foi feita pela UEG e nesta os elementos que foram avaliados estavam muito confusos, pois não ficava claro se quem estava sendo avaliado era a UnUCSEH ou a UEG que são coisas distintas. Enquanto na UnU a gestão tem um tipo de conduta mais acadêmica, na Universidade há um amadorismo e uma relação muito simbiótica com partidos políticos e governo de determinado grupo e isto faz com que o corpo docente não reconheça a Avaliação Institucional como um elemento importante para dirigir a política institucional, não leva a sério o processo, pois uma série de coisas graves que são apontadas em relação à gestão da universidade e que é de conhecimentos de todos e nada é feito. Neste sentido, a Avaliação Institucional é vista como mais uma burocracia inventada pelo governo (PROFESSOR DE HISTÓRIA) .

Os instrumentos são apenas quantitativos, gostaria de participar de instrumentos qualitativos, ou mesmo conhecer a forma como estes resultados estão contribuindo para novas ações da gestão acadêmica (PROFESSOR DE PEDAGOGIA).

Gostaria que antes da avaliação fosse discutido o projeto da instituição e do curso, com todos os envolvidos. Quais os objetivos que pretende alcançar para depois avaliar se foi ou não alcançado, mas que todos tenham claro quais são esses objetivos. (PROFESSOR LETRAS).

A Avaliação Institucional necessita ter um caráter de forma global, no sentido de formação, muito mais do que um simples processo informativo. É necessário estabelecer um caráter educativo possibilitando a obtenção de um processo avaliativo amplo e penetrante no objetivo de buscar evidenciar o que é preciso mudar e o que é preciso fortalecer e ampliar para a obtenção do sucesso relacionado à qualidade da educação superior. Nesse sentido, Dias Sobrinho (2000), enfatiza que:

A avaliação institucional deve ser promovida como um processo de caráter essencialmente pedagógico. Não se trata apenas de conhecer o estado da arte, mas também de construir, reconhecer as formas e a

qualidade das relações na instituição, construir as articulações, integrar as ações em malhas mais amplas de sentido, relacionar as estruturas internas aos sistemas alargados das comunidades acadêmicas e da sociedade. (DIAS SOBRINHO e BALZAN, 2000, p. 61)

Assim, a Avaliação Institucional desenvolverá uma cultura ética de aceitação da diversidade acadêmica na busca do saber articulado e da compreensão global, da pedagogia da integração que objetiva o consenso construído nas discussões coletivas. Para alcançar esse consenso, nos reportamos aos ensinamentos de Habermas (1987) que propõe um modelo ideal de ação comunicativa, em que as pessoas interagem e, através da utilização da linguagem, organizam-se socialmente, buscando o consenso de uma forma livre de toda a coação externa e interna. Para efetivação dessa ação comunicativa, o discurso é a situação lingüística ideal, pois somente o agir comunicativo, em forma de discurso, permite o acordo de indivíduos quanto à validade das proposições ou à legitimidade das normas. Por outro lado, o discurso pressupõe a interação, isto é, a participação de atores que se comunicam livremente e em situação de simetria.

Chamo *ação comunicativa* àquela forma de interação social em que os planos de ação dos diversos atores ficam coordenados pelo intercâmbio de atos comunicativos, fazendo, para isso, uma utilização da linguagem (ou das correspondentes manifestações extraverbais) orientada ao entendimento. À medida em que a comunicação serve ao entendimento (e não só ao exercício das influências recíprocas) pode adotar para as interações o papel de um mecanismo de coordenação da ação e com isso fazer possível a ação comunicativa. (HABERMAS, 1987, p. 418)

Esta interação e a liberdade de expressão dentro da comunidade acadêmica, a simetria na comunicação dos fatos devem ser parte integrante da Avaliação Institucional, tanto na coleta dos dados quanto na divulgação dos resultados. Nesse sentido, o que é proposto em termos legais quanto à Avaliação Institucional é uma avaliação com autonomia, própria dos processos educativos emancipatórios, que são inerentes à supervisão estatal, para o fortalecimento das funções e compromissos educativos. O que para Habermas (1987) no espaço do "mundo vivido" haveria a perspectiva de construção de novas solidariedades a partir de sujeitos autônomos e competentes, que são capazes de discutir e revalidar as regras sociais e, com isso, revitalizar a própria sociedade. A construção da solidariedade, na Avaliação Institucional,

pressupõe, a formação do indivíduo que pensa, se comunica e age para transformação do espaço universitário.

A Avaliação Institucional precisa ser um processo de criação de cultura, de busca contínua de atualização, que acreditamos ser possível por meio da prática de socialização, ou a divulgação dos resultados obtidos na avaliação, de forma transparente e democrática, sem receio de mostrar as potencialidades e fragilidades apontadas e possibilitando o diálogo para discussão das sugestões apresentadas objetivando a melhoria da qualidade das práticas pedagógicas e da gestão universitária e a concretização de sua autonomia. Na entrevista realizada com o Diretor da UnUCSEH, ele é enfático ao dizer “Eu penso que Avaliação Institucional é um momento de reflexão, ela tem que ser reflexão, não podemos perder de vista que os instrumentos não são mais importantes que a reflexão”, e ainda “não estou tão interessado nos resultados quanto na discussão”.

Nesse sentido, o Manual de Orientação do Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES, nos ensina que:

Os processos de avaliação se movem dentro de marco ético, em que devem estar garantidos alguns critérios: liberdade no debate argumentativo, negociação, solidariedade (cooperação), equidade (tratamento justo e adequado), compromisso com o conhecimento, com os valores socialmente distinguidos e com a responsabilidade pública (MANUAL DO SINAES, 2003. p. 67).

Dessa forma, considerando que a Instituição de Ensino Superior precisa ter como uma de suas responsabilidades públicas a transparência de suas ações, assim é de estranhar que tanto no *site* da Instituição UEG, quanto no *site* da UnUCSEH, até a data deste relatório, não tinha o *link* de Avaliação Institucional, mesmo sendo considerada essa uma eficiente forma de comunicação com a sociedade.

Assim, podemos concluir, por esta pesquisa que, apesar dos esforços da Comissão em buscar uma metodologia adequada para coletar os dados e sistematizá-los em um relatório, o princípio da transparência no processo de Avaliação Institucional ficou prejudicado, uma vez que não houve envolvimento da Comunidade Acadêmica na discussão tanto do planejamento quanto da

divulgação, pelos seus coordenadores gerais, dos dados da Avaliação Institucional realizada na UnUCSEH/ UEG.

3.4 Utilização dos dados para implementação de melhorias

A avaliação precisa ser processo de reflexão das práticas de toda e qualquer atividade humana, constituindo-se, assim, num instrumento que permite conhecer, aprimorar e orientar as ações do indivíduo e das instituições. Precisa ser utilizada tanto para avaliar o que já foi realizado, quanto decisões que se necessita tomar para realizar ações futuras, seja de mudança ou de novas estratégias na perspectiva da melhoria da qualidade dos serviços prestados pela instituição. Ela possibilita diagnosticar a Instituição conhecendo profundamente a realidade de seus pontos fortes e fracos.

De modo geral, a avaliação institucional está associada à idéia de planejamento das atividades administrativas e acadêmicas. Fica claro, portanto, que constitui um elemento primordial para orientar a gestão das IES.

Nesse sentido aportamos aos ensinamentos do Professor Jesus Renato de Gallo Brunet, citados por Rilvo Ristoff (2000) “sem avaliação não há planejamento e, sem planejamento, não há norte” (p.49).

Planejar é prever, é pensar como necessita ser, onde quero chegar e como fazer para realizar o que pretendo. É questionar e, acima de tudo, busca soluções. É também, estabelecer metas, criar possibilidades e estratégias, é analisar os resultados, o que deu certo ou não. Por tudo isso, em educação, é indiscutível a necessidade do planejamento.

Segundo Libâneo (1994) o planejamento tem grande importância por tratar-se de: “Um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social” (p. 222)

Da mesma forma que a Avaliação Institucional precisa ser feita de forma democrática e participativa, a ação de planejar não pode reduzir ao simples preenchimento de formulários, conforme assevera Libâneo.

A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo, é, antes, a atividade consciente da previsão das ações político – pedagógicas, e tendo como referência permanente às situações didáticas concretas (isto é, a problemática social, econômica, política e cultural) que envolve a escola, os professores, os

alunos, os pais, a comunidade, que integram o processo de ensino.(LIBÂNEO, 1994, p. 222)

Portanto, é o planejamento da Instituição que envolve o processo de refletir e decidir sobre a estrutura, a organização, o funcionamento e as suas propostas pedagógicas.

A Avaliação Institucional pode ser o início, o meio e o fim do planejamento, pois ela oferece os dados diagnósticos da Instituição para efetivação do planejamento, propicia momentos de reflexões quanto o desenvolvimento do que foi planejado, bem como sugestões para continuar caminhando ou buscar novas formas de caminhar. Importante salientar que todo esse processo, precisa ser coletivo e que o planejamento não pode ser uma camisa de força para a Instituição.

Percebemos assim que a Avaliação contribui com o planejamento, pois é por meio dela é possível perceber os progressos, ou potencialidades e fracassos ou fragilidades.

Nos documentos analisados, ressalta-se o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Estadual de Goiás, que planeja como um dos princípios da Avaliação Institucional o da continuidade, ou seja:

Continuidade: se expressa pelo movimento contínuo e processual de desenvolvimento da avaliação institucional com a definição dos espaçamentos temporais entre as etapas e os resultados, para a tomada de decisões e a efetivação de mudanças ou ajustamentos inerentes ao processo de avaliação. (PROGRAMA DE A.I. DA UEG, p. 28).

Destaca-se a expressa preocupação de planejar uma avaliação não apenas diagnóstica, mas, sobretudo que aponte resultados norteadores de ações na busca de maior qualidade e compromisso social da Instituição, que possibilite a construção de uma cultura avaliativa, senão vejamos:

A construção de uma cultura de avaliação, consoante nosso entendimento, depende particularmente de um processo que ultrapasse a tradicional discussão sobre o mérito da avaliação e que instale um espaço propositivo de alternativas de realização.
...Nota-se, contudo, que, pelos variados relatos dos resultados das avaliações praticadas em diversas universidades brasileiras, aos poucos a distância entre o discurso e a ação vem se reduzindo.

... É lícito lembrar, entretanto, a preocupação de estudiosos como Belloni (1996), Vogt (1996) Dias Sobrinho (1997, 1998, 2001), Ristoff (2001), Belloni *et al* (2001), entre tantos outros, de que não basta fazer uma radiografia dos cursos, é necessário fazer de fato uma avaliação com resultados que proponham mudanças. (Programa UEG.p.17 e 18)

Observa-se, assim, uma clara definição do norte condutor da Avaliação Institucional na Universidade Estadual de Goiás, e por consequência na UnUCSEH, nosso objeto de estudo. O Relatório da Avaliação Institucional ali realizada evidencia potencialidades e fragilidades e indica sugestões, que descrevemos nos quadros das páginas 64 a 71

A sistematização dos dados coletados e que descrevemos nos quadros das páginas 64 a 71, evidencia o diagnóstico da Unidade Universitária. Entretanto, a pesquisa realizada com professores, acadêmicos, coordenadores e gestores, nos mostra claramente que esses dados apenas fizeram a constatação do que já era sabido pela comunidade acadêmica. Vejamos o que fala nesse sentido o seu diretor:

Eu não me lembro bem dos dados aqui hoje. Eu diria que a Unidade Universitária em todas as dimensões que foram avaliadas, a exceção da infra-estrutura, ficou avaliada acima de 70% de satisfação dos respondentes. O que isso quer dizer? Que paramos no desenvolvimento institucional? Que isso está bom? Não se criou lugares onde pudéssemos inovar, trazer a riqueza de que os atores pensem sua própria qualidade. Ficou assim, bem, grau de satisfação do corpo docente está acima de 70%. Isso quer dizer que estamos aprovados, reprovados? Eu penso que a perspectiva deveria ser de uma construção de desenvolvimento institucional, das pessoas refletirem sobre essa qualidade e passarem a serem sócias da proposta de melhoramento e não simplesmente uma espécie de prestação de contas, que acaba sendo assim. Bem se estou com o número sete e sete é bom, não temos o que melhorar. Meu critério de qualidade não é quando comparamos a UnUCSEH com as demais Unidades da UEG, porque isso não é um referencial de qualidade. Eu não posso comparar a UEG com a Católica e me dizer se estou bem ou não, eu tenho que comparar com o que eu poderia ser, o que eu tenho de potencial instalado hoje para poder melhorar a qualidade, mas isso tem que ser no currículo, tinha que ser numa gestão mais participativa, não simplesmente precisa dizer que tenho que comprar livro, pois sabemos que temos que comprar, e a comunidade se ressentiu duramente com isso. Cursos começaram a trabalhar Avaliação Institucional na avaliação do desempenho docente pelos discentes, e os alunos fizeram suas vinganças. Descobriram os professores que não estavam muito bem e fizeram uma avaliação bem negativa para eles. Pois bem, quando esses professores são de carreira, concursado, efetivo, o que vou fazer com isso? Ele acha que foi mal avaliado porque é mais rigoroso, porque o aluno estuda pouco, que o nível de entrada dos alunos está cada vez mais fraco. Não houve uma adesão dele a uma reflexão sobre como melhorar o processo de ensino, ninguém perguntou isso

para ele, então a avaliação ficou sendo, para mim, um processo mais burocrático que avaliativo (ENTREVISTA COM O DIRETOR DA UnUCSEH).

E continuou dizendo...

Veja bem, o que fizemos, meio que induzidos, depois do fracasso da discussão desses dados na Congregação, mesmo depois disso, pedimos mesmo que de forma alternativa que cada coordenador de curso discutisse seus dados, dentro dos cursos, mas como foi uma quantificação do que já sabíamos, eles não trouxeram qualquer transformação institucional rumo à qualidade. Foi um aprendizado para nós do que não fazemos, em minha opinião, de que esse tipo de avaliação, nessa cultura, nesse ambiente acadêmico, não funciona assim. Aqui ou você traz desde o princípio uma participação na construção desses indicadores, de discutir o cotidiano acadêmico deles, ou a comunidade não se importa em saber que nota vai tirar. (ENTREVISTA COM O DIRETOR DA UnUCSEH).

Já um dos membros da Comissão de Avaliação disse que os dados foram usados em parte, especialmente pelos coordenadores dos cursos que planejaram ações junto aos professores e pelos gestores (diretor e vice diretor) que se utilizaram dos dados para planejar os anos seguintes. Esse dado não foi confirmado pelos coordenadores, pois, os que responderam ao questionário, quando questionados sobre a aplicabilidade dos dados da Avaliação Institucional, assim expuseram: um disse que utilizou em parte esses dados, uma vez que eles foram apresentados em nível da Unidade e o curso estava inserido no quantitativo total. Os outros dois coordenadores respondentes disseram que não utilizaram os dados para implementar a prática pedagógica e de gestão nos seus cursos, um porque não tinha conhecimento dos dados, sabia somente que os estes foram divulgados e o outro não os utilizou porque não tinha conhecimento dos mesmos e nem de sua divulgação.

Os professores pesquisados foram também questionados quanto à aplicação dos Resultados da Avaliação Institucional para melhoria da prática pedagógica ao que obtivemos os seguintes resultados: 77% (setenta e sete por cento) responderam que não mudaram a prática pedagógica após conhecer os resultados da avaliação Institucional, 85% (oitenta e cinco por cento) responderam que não discutiu os dados em sala de aula e quando perguntamos para que serviu a Avaliação Institucional realizada 23% (vinte e três por cento) responderam que não serviu para nada. Trinta e oito por cento optaram pela alternativa “outros” justificando que os resultados da A.I. serviram apenas para fins burocráticos.

Os acadêmicos respondentes dos questionários, também quando questionados sobre a aplicabilidade dos resultados da Avaliação Institucional 70% (setenta por cento) responderam que não observou mudança na prática pedagógica dos professores e 50% (cinquenta por cento) não observaram mudança na gestão. Ainda quando questionados para que serviu a Avaliação Institucional realizada, 70% (setenta por cento) responderam que não serviu para nada.

Mesmo com a sistematização dos dados da Avaliação Institucional em forma de um Relatório e a sua divulgação ocorrida de forma incipiente, verifica-se que esses dados não serviram de suporte para implementação da prática pedagógica e de gestão da Unidade Universitária de Ciências Sócioeconômicas e Humanas, em Anápolis.

Entretanto, nossa conclusão não se baseia simplesmente nos valores numéricos, mesmo porque, o quantitativo de sujeitos participantes na pesquisa não chegou ao que planejamos em nosso Projeto inicial, pelo que tivemos que buscar outros caminhos, o que também evidencia a flexibilidade de um planejamento de pesquisa. Também não quer dizer que não tínhamos uma meta a cumprir e nosso objetivo é saber se os resultados da Avaliação Institucional realizada na UEG, mais especificamente na UnUCSEH, foram utilizados para melhorar as práticas pedagógicas e de gestão. Desta forma, a fala dos sujeitos ecoou mais forte que os números e veio corroborar em palavras o que foi expresso em porcentagens, tabelas e gráficos. Assim sendo, a voz dos sujeitos pesquisados, especialmente a do diretor da UnUCSEH, não nos deixou dúvida que os dados da Avaliação Institucional realizada naquela Unidade Universitária, nos anos de 2005 e 2006, não serviram para implementar as práticas pedagógicas e de gestão, mesmo porque esses resultados não foram conhecidos pela comunidade acadêmica. Assim sendo, não construiu no seio acadêmico a cultura avaliativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada possibilitou-nos uma reflexão profunda quanto à Avaliação Institucional, mais especificamente como ela pode ser um instrumento de gestão dentro da Instituição de Ensino, ou como ela pode ser simplesmente o cumprimento de uma determinação legal, uma ação técnica de coleta de dados, relatórios em forma de percentuais e gráficos. Habermas (1987) ensina-nos que o mundo do sistema é onde imperam as leis, as determinações legais, a racionalidade instrumental e, na medida em que essa racionalidade penetra nas esferas institucionais da sociedade, transforma-as de tal modo que as questões referentes às decisões racionais baseadas em valores, necessidades sociais e de interesses gerais, que se situam no plano da interação, são afastados do âmbito da reflexão e da discussão. Dessa forma, não se discute a legitimidade da norma, ficando a questão dos valores éticos e morais submetidos a interesses instrumentais reduzidos a uma discussão de problemas técnicos.

As Instituições de Ensino Superior têm outorga do Estado para exercerem um mandato social e como tal devem prestar contas à sociedade do cumprimento de suas responsabilidades, especialmente, no que tange à formação acadêmica, ética e política, conforme orienta o Manual do SINAES (2003), “no que se refere à formação acadêmico-científica, profissional, ética e política dos cidadãos, à produção de conhecimentos e promoção do avanço e da cultura” (p.63). Para cumprir esse papel social, essas instituições precisam respeitar as diversidades e, por meio do diálogo, buscar solucionar os conflitos. Marilena Chauí declara que:

A Universidade é uma Instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade (CHAUÍ, 2003, p.1)

Esse espaço social e autônomo só é possível pela ação dialógica, e aqui trazemos mais uma vez os ensinamentos de Habermas(1987) sobre o mundo da vida. Pois é no mundo da vida que é possível o diálogo na busca de consenso, na busca de superar os conflitos respeitando a opinião, a

individualidade de cada um. Nesse espírito democrático e de múltiplas opiniões é que a Avaliação Institucional deve ser realizada. Não para cumprir determinações legais ou imposições superiores, mas como busca de auto conhecer-se para projetar melhorias na busca de formar futuros profissionais conscientes de seu papel social. Denise Leite, quando trata da Avaliação Participativa, nos orienta que:

Para atingir patamares elevados de qualidade, institucional e educacional, as universidades precisam partir do retrato falado de si próprias, ou seja, da avaliação protagonizadas pelos atores institucionais – seus docentes, discentes, técnicos-administrativos e provedores (LEITE, 2005, p.30).

Por acreditar ser possível a existência de uma Universidade nesses moldes, é que nos motivamos a realizar o presente trabalho, imbuídos da responsabilidade de buscar respostas a um problema: os resultados da Avaliação Institucional realizada na UEG/UnUCSEH - Anápolis, contribuíram para melhoria da gestão e da prática pedagógica de seus docentes? Buscando dar resposta a essa indagação, traçamos como primeiro objetivo analisar a forma de aplicação da Avaliação Institucional nos cursos de licenciatura da UEG/UnUCSEH/Anápolis.

Verificamos assim que a Avaliação Institucional nos cursos de Geografia, História, Letras e Pedagogia foi realizada nos anos de 2005/2006, por meio de formulário eletrônico, no qual gestores, professores, pessoal técnico-administrativo e acadêmicos, respondiam a um questionário *on-line*, podendo ser utilizado o laboratório de informática da Unidade Universitária ou responder em casa. Os questionários disponibilizados via internet para serem respondidos, foram elaborados durante um curso de pós-graduação, portanto, sem a participação da comunidade acadêmica. Os dados foram compilados por uma Comissão de Avaliação Interna constituída por dois avaliadores formados em um curso de Pós-Graduação em Avaliação Institucional, após indicação do gestor da Unidade. Esses avaliadores contaram com a ajuda de um representante de cada curso, cujos nomes constam da Portaria n.04/2006, emitida pelo diretor da Unidade. Apesar de esses nomes constarem na Portaria enquanto comissão de Avaliação da UnUCSEH, os mesmos não constam no Relatório Final da Avaliação, uma vez que este foi em forma de Monografia apresentada ao curso de pós-graduação.

Dessa forma, em nossa análise, verificamos por meio dos depoimentos das pessoas ouvidas, ou por entrevista ou por questionários, que esse processo avaliativo, deu-se sem a participação da comunidade acadêmica, uma vez que foi chamada somente para responder aos questionários, de forma técnica, ou seja, “iam ao laboratório de informática e apertavam uma tecla”, sem, contudo envolverem-se na proposta avaliativa, tornando-o legítimo, oportunizando assim o auto-conhecimento na busca de melhorias. Nesse sentido nos ensina Marilza Suanno:

Os princípios da negociação e cooperação são relevantes em todo o processo avaliativo, seja no planejamento, levantamento de dados, organização e desenvolvimento da proposta, pois legitima o caráter pedagógico, transformador, formador de valores e princípios institucionais, que promovem uma avaliação participativa, democrática e emancipadora. O princípio da negociação e cooperação dá legitimidade ao processo, trazendo benefícios mútuos, melhoramento contínuo, estimulando cada vez mais a participação e construção de uma cultura avaliativa (SUANNO, 2002. p.2)

Por mais, o processo avaliativo da Unidade Universitária era uma das partes do processo de avaliativo da UEG que, por sua vez, estava vinculado à uma Comissão de Assessoria de Avaliação Institucional-CAAI, constituída por profissionais de extremo conhecimento na área, entretanto, estranhos ao cotidiano universitário, uma vez que não pertenciam ao quadro de docentes da UEG. Foram esses profissionais que elaboraram o Programa de Avaliação Institucional da UEG. Pelo que observamos, foi um Programa muito bem elaborado, contendo todos os requisitos necessários a uma Avaliação Institucional, mas elaborado de fora para dentro, ou de cima para baixo, inclusive com frases elogiosas ao governo. Essa externalidade, não foi bem assimilada pela comunidade acadêmica que atribuiu um caráter “alienígena” ao processo, não se envolvendo. Também não houve uma sensibilização necessária, para que essa comunidade se envolvesse. Nossa análise, assim, em atendimento ao nosso primeiro objetivo, é que a avaliação institucional realizada nos cursos de Geografia, História, Letras e Pedagogia da UnUCSEH, de Anápolis, ocorreu simplesmente para cumprir uma determinação superior, sem contudo, atingir o objetivo geral, traçado no seu Projeto, ou seja, “desenvolver uma cultura de avaliação da UEG, promovendo o autoconhecimento e formulando subsídios com a finalidade de aprimorar as

políticas acadêmicas e de gestão da instituição”(PROGRAMA DE AI DA UEG. 2005, p. 25).

O segundo e terceiro objetivo por nós traçados foi Identificar as formas de divulgação dos resultados obtidos na Avaliação Institucional, para gestores, docentes e discentes dos cursos de licenciatura da UEG/UnUCSEH - Anápolis e verificar junto a esses de que maneira foi feita a devolutiva dos resultados desse processo avaliativo.

A esses objetivos verificamos que os resultados da Avaliação Institucional voltaram para o gestor em forma de um CD. Para coordenadores de curso e professores foi proposto uma reunião para apresentar os dados coletados, entretanto, houve pouca ou quase nenhuma participação. Também os resultados foram disponibilizados eletronicamente para quem tinha a senha de acesso. Já os acadêmicos, em número incipiente, declararam que tiveram acesso a esses dados por meio da divulgação por parte dos coordenadores e de alguns professores que os debateram em sala de aula.

O último objetivo por nós elaborado foi categorizar e interpretar a aplicação das sugestões apresentadas nos relatórios de Avaliação Institucional, para o trabalho da gestão e docência dos cursos de licenciatura da UnUCSEH /UEG, Anápolis. Para atender a esse objetivo enumeramos todas as potencialidades e fragilidades apresentadas na Avaliação realizada, bem como, as sugestões apresentadas. Verificamos, entretanto, que elas não foram utilizadas para implementar a gestão e as práticas pedagógicas, uma vez que sequer o arquivo desse processo avaliativo existe na Unidade Universitária, dada a sua insignificância para aquela comunidade.

Em suas sugestões, os avaliadores, verificando a pouca participação da comunidade acadêmica no processo avaliativo, sugerem ser papel da NAI, divulgar os resultados e implementar o diálogo entre os diversos segmentos da Unidade Universitária, bem como continuar o processo avaliativo com uma avaliação qualitativa, na busca de formar uma cultura de avaliação possibilitando o envolvimento de todos. Vejamos a palavra da Comissão, orientando para que a Avaliação não seja simplesmente um cumprimento de exigência legal.

Uma sugestão para melhorar essa situação seria apresentar os resultados da Avaliação em reuniões dos Colegiados, para que sejam discutidos pelos professores e alunos, fazendo paralelamente

um trabalho que enfatize a importância do envolvimento docente com todos os aspectos de seu curso. Os resultados da Avaliação devem penetrar todos os meandros da UEG-UnUCSEH, pois caso não se capilarizem até as extremidades institucionais suas reflexões sobre possíveis mudanças é inócua (RELATÓRIO DE AI UEG/UnUCSEH. 2007, p. 167).

Vale ressaltar, que a NAI, que coordenou o processo avaliativo de 2005/2006, foi extinta. Entretanto, no ano de 2010, a UnUCSEH, está se reorganizando em relação à Avaliação Institucional, propondo uma nova forma de Avaliar, na qual será evidenciado mais o diálogo que os números; valorizado mais o debate, a reflexão, que as tabelas. Durante nossa pesquisa, uma nova Comissão estava em processo de sensibilização da Comunidade Acadêmica para organização dos Instrumentos para coleta de dados, inclusive em reunião com os Coordenadores de Curso. Esse novo Núcleo tem sala própria, com computador, secretária, arquivo, possibilitando o arquivo e a construção da Avaliação Institucional na Unidade Universitária.

Tomando as palavras dos membros da NAI, anteriormente transcritas, queremos tecer nossas considerações finais optando por não finalizá-la, mas, fazer um convite a um debate, mais que isso, a manutenção de um debate, de novos estudos que possibilitem sairmos do discurso para a prática, de forma que possamos vivenciar uma avaliação que possibilite ser a coleta de dados, a reflexão e a obtenção de resultados instrumentos para aperfeiçoar a gestão e as práticas pedagógicas, desde que construídos coletivamente e democraticamente em um ambiente de respeito às diferenças, aos conflitos, pois esses, como ensina Habermas, são inerentes ao diálogo e conseqüentemente, salutares às propostas de mudanças.

Apesar de termos concluído que os resultados da Avaliação Institucional não contribuíram para melhoria da gestão e da prática pedagógica dos cursos de licenciatura da UUEG/UnUCSEH, mas, para dar continuidade a esse debate, queremos deixar aqui registradas algumas sugestões que acreditamos possam auxiliar na utilização dos resultados da Avaliação Institucional para melhoria da gestão e das práticas pedagógicas:

- Construção de um processo avaliativo de forma participativa, sensibilizando a comunidade acadêmica e oportunizando-a a participar de todas as etapas do

processo. A comunidade precisa sentir-se valorizada em suas sugestões e argumentações;

- Fazer do processo avaliativo algo natural, que seja agregado à rotina acadêmica e não um objeto de repreensão, que aponte simplesmente fragilidades.
- Proposição de espaços de discussão, como seminários, simpósios, encontros, jornadas, workshop, reuniões em pequenos grupos, grupos focais e outros, para que possam conhecer e discutir os resultados;
- Utilizar os resultados para o planejamento de novas ações, e fazer com que toda a comunidade acadêmica tome conhecimento que determinada ação foi proposta em atendimento a uma fragilidade ou potencialidade apontada na Avaliação;
- Divulgar os resultados por meio eletrônico, do site, de cartilhas e todos os meios possíveis, de forma que toda a comunidade acadêmica tenha conhecimento desses dados.

Esperamos que as discussões aqui empreendidas e os resultados alcançados contribuam para estimular a prática avaliativa nas Instituições de Ensino Superior, não somente como cumprimento de determinações legais, mas como instrumento de gestão que possibilite a melhoria das práticas pedagógicas e de gestão, mais que isso, que essa prática avaliativa possa passar a fazer parte da cultura institucional. Pretendemos, ainda, que esta dissertação possa estimular novas pesquisas sobre as formas de Avaliação Institucional e a aplicação de seus resultados nas Instituições de Ensino Superior brasileiras.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E. D. Afonso de. *Estudo de Caso em Pesquisa e Avaliação Educacional*. Brasília: Líber Livro Editora. 2005.

ARANHA, Maria Lucia de e MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando – Introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1986. p. 116 a 123 (Cap. X – O que é ciência?)

BANCO MUNDIAL. *La enseñanza superior*. Las lecciones derivadas de la experiencia. 1995.

BANNEL, Ralph I. *Habermas e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BELLONI, I. *et al.* Avaliação institucional da Universidade de Brasília. In: BALZAN, N. C.; DIAS SOBRINHO, J. (Orgs.). *Avaliação institucional: teoria e experiências*. São Paulo: Cortez, 1995.

BELLONI, I. *A função social da avaliação institucional*. In: DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. I. (Orgs.). *Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência*. Florianópolis: Insular, 2000a, p. 37-58.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H. de.; SOUSA, L. C. de. *Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 2000b.

BERGAMINI, C. e BERALDO, D. *Avaliação do Desempenho Humano na Empresa*. São Paulo: Atlas, 1988.

BERHEIN, Tünnermann e CHAUI, Marilena de Souza. *Desafios da Universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior*. Brasília: UNESCO, 2008.

BORDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz (português de Portugal). 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRANDÃO, Zaia (org). *A Crise dos Paradigmas e a Educação*. 5ª ed. Cortez São Paulo 1999.

BRANDÃO, Zaia. *Pesquisa em Educação, conversas com pós-graduandos*. São Paulo Loyola, 2002.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. *Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília: 10 de janeiro de 2001.

_____, Lei n. 10. 861 de 14 de abril de 2004 – *Lei do SINAES*. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

_____, Portaria MEC n. 2.051 de 09 de julho de 2004. *Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Superior*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: 12 de julho de 2004, p. 12.

_____, Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: 23 de dezembro de 1996.

_____, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94*. Brasília: Senado Federal, subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. SINAES*. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>, acesso em 01 de junho de 2009.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Orientações Gerais para o Roteiro de da Autoavaliação das Instituições*. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>, acesso em 01 de junho de 2009.

_____. Ministério da Educação. *Exposição de motivos anteprojeto de Lei da Educação Superior*. Brasília. 2005.

_____. Ministério da Educação. *Relatório do Grupo Executivo para reformulação da educação superior*. Brasília. 1986.

BRZEINSKI, Iria. *A Avaliação Institucional em uma Universidade Pública*. Disponível em www.anpae.org.br/congressos_antigossimposio2007/179

CAMPOS, F. *Exposição dos Motivos*, apresentada ao chefe do Governo Provisório encaminhando o projeto de Reforma do Ensino Superior. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

CAMPOS, Valter Gomes. *Avaliação da educação superior: repercussões no projeto político-pedagógico do curso de pedagogia da UniEVANGÉLICA*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Goiás. 2009.

CARVALHO, Carlos William de, e, MELO, Virginia Maria de. *Autoavaliação da Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas – UnUCSEH*, Monografia de Pós-Graduação *Lato Sensu* – Universidade Estadual de Goiás. 2007.

CATTANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. *Educação Superior no Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades públicas*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAVALCANTI, M. M. A. *Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais – Uma abordagem conceitual*. Disponível em www.interfacesdesaberes.fafica.com/seer.

CHAUÍ, Marilena. *A Universidade Pública sobre nova Perspectiva*. Revista Brasileira de Educação. Set-Dez. n.024. Associação Nacional de Pós – Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo. 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais* (cap. 3) 2ª ed - Petrópolis RJ: Vozes, 2008.

FAVERO, Maria de Lourdes Albuquerque, *Universidade do Brasil, das origens à construção*. Rio de Janeiro: UFRJ/Inep, 2000.

_____, *Universidade do Brasil- Guia dos dispositivos legais*, Rio de Janeiro: UFRJ/Inep, 2000.

_____, *A Universidade no Brasil: das origens à Reforma universitária de 1968*. Revista EDUCAR, n. 28, p. 17 – 36, Curitiba: UFPR, 2006.

FELTRAN, Regina Célia de Santis (Org). *Avaliação da Educação Superior*. Campinas: Papirus. 2002.

FREITAG, B. Receita para ler Habermas. *In: Suplemento Mais do Jornal Folha de São Paulo*. 30 de abr. 1995.

GAMBOA, Silvio Sánchez. *Pesquisa em educação: métodos e epistemologia*. Chapecó: Argos, 2007.

GASPARETTO, Agenor. *Avaliação institucional: processo doloroso de mudança; a experiência da UESC, Ilhéus, Bahia*. Disponível em: <http://www.cappf.org.br/tiki-download_file.php?fileId=40> acesso em 02 de julho de 2009.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin, *Teoria da ação comunicativa de Habermas: Possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola*. Revista Educação & Sociedade, ano XX, nº 66, Abril/99.

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Perspectiva, 2000.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la accion comunicativa. T.I e II* Madrid: Taurus Humanidades, 1987.

LAMPERT, Ernani (Org.), *A Universidade na virada do século XXI: ciência, pesquisa e cidadania*. Porto alegre: Sulina, 2000.

LEITE, Denise. *Reformas Universitárias: avaliação institucional participativa*. Petrópolis: Vozes, 2005.

LEITE, D. B. C. *Avaliação e tensões de estado, universidade e sociedade na América Latina. Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES, ano 2, v.2, nº1 (3) – março, 1997.*

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de e TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. 7.a ed., São Paulo: Cortez.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão escolar: teoria e prática*. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001

_____, *Didática*. São Paulo. Editora Cortez. 1994.

LIMA, Elizabete G.S. *Avaliação Institucional: o uso dos resultados como estratégia de (re) organização dos espaços de discussão na Universidade*. Tese de Doutorado. UNICAMP. 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

LUNA, S. V. *Planejamento em Pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1996, p.80-105

MATOS, Meira, *Relatório Meira Matos*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MENEGHEL, Stela; ROBL, Fabiane; SILVA, Tatiane T. Freitas. *A relação entre avaliação e regulação na Educação Superior: elementos para debate*. Revista Educar. n. 28, p. 89 a 106. Curitiba: UFPR. 2006.

MINAYO, Maria Cecília Souza de, (Organizadora); DESLANDES, Suely Ferreira e GOMES, Romeu. *Pesquisa Social, Teoria, método e criatividade*. Vozes, Petrópolis, 2007.

MORIN, Edgar. *Articulação dos saberes*. In: ALVES, Nilda & GARCIA, Regina Leite (org) *O Sentido da Escola*. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

OLIVEIRA, D. P. R. *Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA J. F. *et al.* *Avaliação, desenvolvimento institucional e qualidade do trabalho acadêmico*. In: OLIVEIRA, J. F.; FONSECA, M. (orgs.). *Avaliação institucional: sinais e práticas*. Biblioteca ANPAE. São Paulo: Xamã, 2008.

OLIVEIRA, J. B. A. (coord.). *Gerenciando a escola eficaz: conceitos e instrumentos*. Salvador: Secretaria de Estado da Educação, 2000.

OLIVEIRA, João Ferreira e FONSECA, Marília (Orgs). *Avaliação Institucional: sinais e práticas*. São Paulo: Xamã, 2008

OLIVEIRA, Paulo Salles de, (org) *Metodologia das Ciências Humanas*. Hucitec – UUNESP. São Paulo, 1998.

ORTIZ, Renato. *Taquigrafando o social*. In: Ciências Sociais e Trabalho intelectual. Campinas: Olhos D'água, 2002.

PAULO NETTO, J. *Nótula à teoria da ação comunicativa de Habermas*. In: CARVALHO, M. C.B. (Org.) *Teorias da ação em debate*. São Paulo: Cortez, 1993

Programa de Governo do PT. *Uma escola do tamanho do Brasil*. Disponível em (www.pt.org.br) / e (www.fpabramo.org.br)

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA, criado pelo Decreto n. 62.937/6. Rio de Janeiro: MEC/MPCG/MF, agosto de 1968.

REQUENA, Antonio Trinidad. *La Evaluación de Instituciones Educativas*. El Análisis De La Facultad de Ciencias Políticas y Sociología De La Universidad de Granada. Estudios: 1995.

REESE-SHÄFER, Walter. *Compreender Habermas*. Petrópolis:Vozes.2009

RISTOFF, D. I. *Avaliação institucional: pensando princípios*. In: BALZAN, N.; DIAS SOBRINHO, J. (orgs). *Avaliação institucional: Teoria e Experiências*. São Paulo: Cortez, 1995.

RISTOFF, D. I. *Universidade em foco – reflexões sobre a educação superior*. Florianópolis: Insular, 1999.

SANTANA, Margarida C. C. *Avaliação Institucional: as relações de saber e poder na Universidade: Regulação e Auto Avaliação*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Goiás. 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza, *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 12. ed.São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Boaventura de Souza, *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. Boaventura de Souza *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Boaventura Sousa de. *Um Discurso Sobre as Ciências*. 11ª Ed. Porto: Afrontamento, 1987.

SGUISSARDI, Valdemar. *Reforma universitária no Brasil – 1995 – 2006: pecaria trajetória e incerto futuro*. Revista Educação e Sociedade, v. 27, n. 96 – Especial. P. 1021- 1056, Campinas, 2006. Disponível em: <http://WWW.cedes.unicamp.br>.

_____. A Universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: MANCEBO. D., FAVERO, M.L.A. *Universidade – políticas, avaliação e trabalho docente*. São Paulo: Cortez, 2004.p. 33-53

SILVA, Ilton Benoni da e ROSA, Magna Stella Carggnelutti Dalla (Orgs). *Avaliação Institucional Integrada: os dez anos do PAIUNG*. Ijuí: Ed. Unijuiú, 2003.

SILVA, S. D. *Avaliação com os concluintes da UniEVANGÉLICA: análise do relatório trienal de pesquisa com os concluintes 2003-2005*. Anápolis: Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA), 2007.

SOBRINHO, José Dias e BALZAN, Newton Cesar (Orgs). *Avaliação Institucional: teoria e experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____, José Dias. *Avaliação da Educação Superior*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. José Dias. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da Educação Superior*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. José Dias, RISTOFF, D.I. *Avaliação Democrática: para uma universidade cidadã*. Florianópolis: Insular, 2002.

_____. José Dias, RISTOFF, D.I. *Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate*. Florianópolis: Insular, 2003.

_____. José Dias; RISTOFF, D.I. *Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência*. Florianópolis: Insular, 2000.

_____. José Dias, J. Editorial. *Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES*, ano 1, v.1, nº1 (1) – julho, 1996.

TAKEUCHI, Nair Nadoca (coord.) *A UNESCO e o futuro do ensino superior: documentos da Conferência Mundial sobre a Educação Superior*. Curitiba: Imprensa Universitária. 1998.

TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar e Comunicação: presenças e ausências do jornal em sala de aula*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás. 1993

VIANNA, H. M. *Questões de avaliação educacional: proposta para discussão*. In *Avaliação: Construindo o campo e a crítica*. Editora Insular, Florianópolis (SC), 2002.

WOLYNEE, E. *Avaliação Institucional: o aluno, o docente e o curso*. Disponível em: www.techne.com.br, acesso em 02 de julho de 2009.

ANEXOS

Anexo I – Entrevista com o Diretor da Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas

Anexo II – Entrevista com a Professora membro da Comissão de Avaliação Institucional e responsável pela elaboração do Relatório Final

Anexo III – Gráfico da Pesquisa realizada com os Alunos dos Cursos de Geografia, História, Letras e Pedagogia da UnUSCEH/UEG

Anexo IV – Gráfico da Pesquisa realizada com os Professores dos cursos de Geografia, História, Letras e Pedagogia da UEG/UnUCSEH

Anexo I - Entrevista com o Diretor da UnUCSEH/UEG, em Anápolis-Goiás, no período da Avaliação Institucional, ou seja, 2005 e 2006.

GELI - Professor, eu sou Maria Geli Sanches, mestranda do MINTER/UNIEVANGÉLICA/PUC, e realizo pesquisa sobre Avaliação Institucional, mais especificamente Avaliação Institucional da UnUCSEH/UEG, realizada nos anos de 2005 e 2006, com relatório em 2007. Assim pergunto: O Senhor participou da Avaliação Institucional realizada nesta unidade nos anos de 2005 e 2006, com relatório em 2007, e se o senhor participou, poderia descrever como foi essa participação?

DIRETOR – Uma das características do Projeto da avaliação de 2005 e 2006, foi exatamente a centralização do mesmo em torno de uma Comissão elaboradora desse projeto, que parte de uma idéia de que seria possível fazer uma pesquisa ação dentro da Universidade e o objeto dessa pesquisa ação seria exatamente a Avaliação da qualidade da Universidade. Um dos principais obstáculos encontrados pela comissão foi que os professores não entendiam de pesquisa ação e nem de avaliação institucional. Havia assim, um despreparo técnico e diante dessa constatação, foi organizado um curso de pós graduação *lato sensu*, onde se pegou saberes sobretudo dos professores da Universidade Católica de Goiás. A eles foi delegado, sem interação com os professores da casa. As disciplinas foram ministradas por eles, todo o viés técnico e teórico foi ministrado por eles e, não houve assim, envolvimento da comunidade interna. Resultado: os alunos do curso de pós-graduação teoricamente seriam os participantes. Mas veja que isso criou um caráter alienígena à proposta de avaliação institucional. Os alunos da pós-graduação criaram um instrumento e discutiram democraticamente entre eles qual deveria ser a forma de avaliação e se tomou por idéia uma consulta via internet de responder um questionário e depois remeter esses resultados para as Unidades. Para isso chamaria de Avaliação Institucional. Pois bem, internamente, a resistência foi total. Quando você me pergunta, se eu participei do processo de avaliação. Eu participei, na condição de respondente desse questionário e também como avaliando, uma vez que uma parte do questionário perguntava às pessoas os problemas que eles percebiam na

gestão da unidade. Assim, eu fui objeto desta avaliação na condição de gestor e também respondente na condição de gestor. Essa teria sido minha participação. O grande problema é que os questionários não foram pensados de modo à transferir aos gestores informações para tomada de decisão, ou seja, para melhorar a tomada de decisão. Eles foram feitos numa espécie de quantificação daquilo que já sabíamos. Por Exemplo, um dos nossos grandes problemas é a infra-estrutura, no que diz respeito ao acervo bibliográfico. Eu não preciso fazer Avaliação Institucional para saber que essa é nossa maior debilidade Eu não preciso de 78,6%, 68,7% aprova ou desaprova, pois isso já é sabido. A questão é que isso funciona como quantificador de denúncia. Se a Avaliação Institucional não promove o desenvolvimento institucional, para que ela serve? Aferição? Eu creio que essa exterioridade em relação a Avaliação Institucional criou alguns vícios de origem. Acabamos auto-avaliando externamente e isso é um contra-senso. Não é possível dentro da lógica acadêmica. Também, se perguntou sobre infra-estrutura, sobre as salas de aula. Nossos alunos reclamaram que nossas salas não são adequadas. Se pudéssemos melhorar nossas salas, não resolveria, pois nosso problema não é sala. Nossa qualidade de ensino não está sendo prejudicada porque o prédio é velho ou porque o esgoto funciona precariamente. Nós temos tido problema é que ocorreram poucos concursos públicos; a biblioteca tem tido pouco investimento; uma despesa de capital por parte do poder executivo. E isso eu não sei o que a Avaliação Institucional... Poderia ter avaliado os processos internos, os currículos dos cursos, os processos de acesso e permanência, nossa taxa de evasão, e isso não foram tangenciados com relevância pelo programa. Então, ainda que tenha sido uma primeira aproximação, ficou em tudo entendido, por nós, como periférico. Para conseguir os respondentes, tínhamos que pedir pelo amor de Deus para nossos amigos ir até a sala de computadores e entrar na internet e responder, tamanha a baixa aderência que esse projeto alcançou dentro de nós.

GELI – Professor, esses dados, mesmo já sendo conhecidos pelo senhor, foram quantificados, na Avaliação Institucional. Eu pergunto: esses resultados, mesmo que de forma quantificada, as sugestões apresentadas pela comissão, voltaram para o senhor, enquanto gestor da Unidade?

DIRETOR – Voltou. Em forma de um CD. Esse foi o retorno. Em tese, eu de posse desse CD, deveria discutir com a minha comunidade. Peguei a reunião da Congregação, pedi a Comissão, essa comissão, os dois professores alunos para apresentarem os resultados e discutir com a comunidade acadêmica. Apareceram dois professores além da Comissão e eu. (pausa)...

GELI – Ao que o senhor atribui a baixa participação para discutir os resultados.

DIRETOR – Eles não foram envolvidos no processo e para eles não interessa a quantificação de livros na biblioteca. A avaliação não tocou em nada que fosse relevante para eles. Todos conhecem a baixa autonomia da Unidade no que diz respeito à aquisição de livros.

GELI – Professor, minha pesquisa busca exatamente saber se os resultados da Avaliação Institucional e as sugestões apresentadas contribuíram para implementar ações de melhoria da gestão e de práticas pedagógicas. O senhor acha que isso ocorreu com os resultados dessa avaliação?

DIRETOR – Eu não me lembro bem dos dados aqui hoje. Diria que a Unidade Universitária em todas as dimensões que foram avaliadas, a exceção da infraestrutura, ficou avaliada acima de 70% de satisfação dos respondentes. O que isso quer dizer? Que paramos no desenvolvimento institucional? Que isso está bom? Não se criou lugares onde pudéssemos inovar, trazer a riqueza de que os atores pensem sua própria qualidade. Ficou assim: bem, grau de satisfação do corpo docente está acima de 70%. Isso quer dizer que estamos aprovados, reprovados? Eu penso que a perspectiva deveria ser de uma construção de desenvolvimento institucional, das pessoas refletirem sobre essa qualidade e passarem a serem sócias da proposta de melhoramento e não simplesmente uma espécie de prestação de contas, que acaba sendo assim: bem se estou com o número sete e sete é bom, não temos o que melhorar. Meu critério de qualidade não é quando comparamos a UnUCSEH com as demais Unidades da UEG, porque isso não é um referencial de qualidade. Eu não posso comparar a UEG com a Católica e me dizer se estou bem ou não. Eu tenho

que comparar com o que eu poderia ser, o que eu tenho de potencial instalado hoje para poder melhorar a qualidade. Mas isso tem que ser no currículo, tinha que ser numa gestão mais participativa. Não simplesmente precisa dizer que tenho que comprar livro, pois sabemos que temos que comprar. A comunidade se ressentiu duramente com isso. Cursos começaram a trabalhar Avaliação Institucional na avaliação do desempenho docente pelos discentes e, os alunos fizeram suas vinganças. Descobriram os professores que não estavam muito bem e fizeram uma avaliação bem negativa para eles. Pois bem, quando esses professores são de carreira, concursado, efetivo, o que vou fazer com isso? Ele acha que foi mal avaliado porque é mais rigoroso, porque o aluno estuda pouco, que o nível de entrada dos alunos está cada vez mais fraco. Não houve uma adesão dele a uma reflexão sobre como melhorar o processo de ensino. Ninguém perguntou isso para ele. Então a avaliação ficou sendo para mim, um processo mais burocrático que avaliativo.

GELI - Professor, o senhor está me dizendo que não houve a sensibilização da comunidade acadêmica para se fazer essa avaliação, entretanto, dados foram coletados e para isso gasto tempo, horário...

DIRETOR -... não, eles foram ao laboratório de informática e apertaram uma sequência de botões, só isso, lamentavelmente.

GELI – Então esses dados não tiveram relevância para o planejamento dos cursos?

DIRETOR – Veja bem, o que fizemos, meio que induzidos, depois do fracasso da discussão desses dados na Congregação, mesmo depois disso, pedimos mesmo que de forma alternativa que cada coordenador de curso discutisse seus dados, dentro dos cursos. Mas como foi uma quantificação do que já sabíamos, eles não trouxeram qualquer transformação institucional rumo à qualidade. Foi um aprendizado para nós do que não fazemos, em minha opinião, de que esse tipo de avaliação, nessa cultura, nesse ambiente acadêmico, não funciona assim. Aqui ou você traz desde o princípio uma

participação na construção desses indicadores, de discutir o cotidiano acadêmico deles, ou a comunidade não se importa em saber que nota vai tirar.

GELI – A assessoria de Avaliação Institucional, conforme os documentos em que pesquisei, enumerou três indicadores a serem avaliados, ou seja: graduação, pós-graduação *lato sensu* e extensão. O senhor acha que deveriam ser esses indicadores mesmo, ou outros; houve falha nos questionários, como o senhor acha que deveria ser?

DIRETOR – Eu penso assim, vou responder no âmbito dessa unidade. Não vou dizer que os problemas que tenho aqui não são da pós-graduação. São tão poucos alunos que temos e tantos outros problemas que não vejo razão de eleger a *lato sensu* como prioridade a ser avaliada. Seria melhor perguntarmos por que não estamos caminhando para o *stricto sensu*, pois é uma meta acadêmica pactuada, consensuada na comunidade acadêmica. Há alguma coisa acontecendo em nível de gestão que não está caminhando para a *stricto sensu*. Isso seria uma discussão interessante. Isso portaria uma tomada de decisão. O *lato sensu* tem uma característica de muita flexibilidade. O coordenador do curso elabora o projeto e apresenta ao colegiado do curso. Convida os professores por mérito e está instalado. É um curso de baixa regulação, de baixo impacto, tanto é que não é avaliado por nenhuma agência exterior, nem CAPES, nem MEC, nem INEP, Conselho Nacional de Educação, ninguém se importa com isso, pois é tido como uma formação continuada, curso de aperfeiçoamento, não nos parece ligado a nossa essência institucional, capaz de atrair tanta atenção. A extensão universitária, hoje praticada na UEG, é eminentemente assistencialista, porque a integração ensino e pesquisa não existem. Não existe professor titulado fazendo pesquisa e essa é feita por especialistas. Assim, como fazer a integração com o ensino? Qual a possibilidade de se fazer extensão de verdade? Acaba sendo a Universidade uma agência governamental de assistência social disfarçada de Universidade, com programas extremamente pontuais. Nós não estamos desdobrando para a sociedade nossa produção científica, pois não temos produção científica. Se tiver, ela não está integrada ao ensino. . Então, em minha opinião, isso está ligado ao maior problema que é a improvisação da

gestão. O caráter eminentemente politiquês que a gestão da Universidade dá permeabilidade aos partidos políticos, com os governos que ainda sucedem que acham que isso aqui é a extensão do quintal dos partidos deles. Isso sim é um problema sério que precisa ser discutido com seriedade. As Pró-Reitorias não são ocupadas pela excelência dos profissionais, mas por proteção partidária que a pessoa recebe ou não recebe. A instituição ainda é ingerida, ainda atrai pessoas para os cargos centrais que não são de carreira acadêmica, que não tem o mínimo de verniz universitário. Isso sim precisa ser avaliado. Agora, avaliar *lato sensu*, perdeu tempo, dinheiro, bem dinheiro não porque custou muito barato, mas perdeu essas energias, sem tocar nas questões emergenciais. Eu penso que essa proposta foi muito boa para nosso amadurecimento, pois agora sabemos o que não fazer. Como devemos fazer nas próximas avaliações.

GELI – Então de tantos pontos negativos apontados, o senhor conseguiu tirar um ponto positivo?

DIRETOR – Sim, foi uma aprendizagem para mim e para todo o grupo. Eu já tinha minhas reservas dessa avaliação pela internet. Já tinha acompanhado essa experiência em outras instituições. Não sei se você sabe, mas sou um dos fundadores do Núcleo Goiano de Avaliação. Nós congregamos na última vez que reunimos dezessete instituições de Ensino Superior e destas quinze estavam praticando a Avaliação Institucional pela internet e todas elas com resultados muito pífios. Serviam apenas para legitimar gestores. O coordenador sai avaliado com uma nota maior ou acima de 7,8, portanto, ele está aprovado, está sedimentado no poder, e não é isso. A avaliação deve ver a qualidade acadêmica. A finalidade social que o ensino superior deve ter, foi esquecido, não foi avaliada.

GELI – Professor, o senhor que já está aqui algum tempo, poderia falar sobre o histórico ou a trajetória da Avaliação Institucional, nesta Unidade Universitária?

DIRETOR – Desde 1993, tem avaliação Institucional aqui na Unidade, quando iniciou o PAIUB, estávamos aqui em um cargo menor de gestão, em um cargo

de coordenação do curso de pedagogia, se não me engano, era coordenador do departamento pedagógico, aí eu participei da cotação do PAIUB.

GELI – O Senhor acha que se pudéssemos fazer o comparativo dessas avaliações, as anteriores trouxeram mais subsídios para ações dessa unidade ou não?

DIRETOR – O PAIUB não misturava avaliação com regulação. Ele tinha a premissa ético-filosófica de que se você trabalhasse Avaliação Institucional como um momento privilegiado de reflexão sobre como se desenvolve a vida acadêmica e em que se envolveria a comunidade e que se colocasse regulação junto começaria a maquiagem os resultados perdendo a honestidade, a lisura possível que se precisa e isso realmente é verdade. Então, eu tenho impressão que precisamos realmente da regulação, precisamos fechar alguns cursos de educação, suprimir algumas instituições de ensino superior ou promover uma mudança, então nós precisamos da regulação. O sistema não pode tolerar mais esses cursos caça-níquel, pega-trouxa que existe por aí, e são muitos. Não podemos também em virtude da existência deles, roubar das instituições, a oportunidade de se auto-avaliarem. Então, são dois movimentos, não deveriam estar misturados. Acho que o Governo deveria criar um verdadeiro mecanismo de regulação efetivo e resgatar o PAIUB como possibilidade de auto reflexão. Isso não há como achar.

GELI – Professor, e os dados dessas avaliações já realizadas, onde estão arquivados? Eu senti dificuldade em encontrá-los. Consegui com o Senhor um CD, apenas.

DIRETOR – Para você ter uma idéia quando deixei a gestão, eu de oposição extrema ao grupo que assumiu, a caixa com esses dados foi parar na casa de uma professora que me ligou e disse que a caixa com os documentos de avaliação institucional estava com ela. Ela devolveu-os institucionalmente, mas não sei onde estão. Isso é uma demonstração da baixa institucionalidade que a Avaliação Institucional tem. Ela não foi incorporada. Agora estamos montando de forma diferente, com uma secretaria, computador, arquivo. As reuniões

estão registradas em Ata. Cada instrumento a ser validado está sendo arquivado para constituir a memória.

GELI – Então essa memória está sendo construída agora, eu gostaria que...

DIRETOR – Por exemplo, eu era professor do curso de geografia, e nós montamos um Comitê de Avaliação Institucional. Olha, os alunos pensaram uma logomarca de como seria esse comitê. Conseguimos algum dinheiro e fizemos umas cinquenta camisetas que foram distribuídas aos alunos de geografia, com a logomarca que eles criaram. Tínhamos conferências onde eles discutiam a qualidade do curso; trazíamos pessoas de reputação acadêmica para falar sobre qualidade. Isso nos idos de 2002. Foi uma época em que a Avaliação Institucional estava na vida das pessoas. Não tinha nenhum evento que não houvesse um formulário para dizer o que achou do conferencista, do tema abordado, da organização. Não tinha nenhum evento sem esse marco. As pessoas resolveram se entranhar na busca da qualidade. É o que a Avaliação Institucional precisa despertar nas pessoas: que qualidade vale a pena e que ela é um dos atores dessa qualidade. Essa memória... a Instituição foi mudando de feição e essa memória se perdeu.

GELI – É por isso que no site da instituição não tem mais o link de Avaliação Institucional?

DIRETOR – Nem telefone. Eu tentei falar lá, porque estamos mudando a proposta de Avaliação Institucional originalmente construída pela CPA. Julgamos que seria de bom tom registrar essa nova proposta junto a CPA, para que ela criasse o canal, uma vez que estamos trabalhando em projeto piloto aqui e, não há ninguém lá para que eu possa me comunicar, para falar na CPA.

GELI – Mas essa Assessoria instituída em 2005/2006 tem uma sala em Goiânia, onde já estive e....

DIRETOR – Pois foi nesse número que eu liguei e ninguém atende. Não tem cabimento. A sede da UEG é em Anápolis, Goiânia tem apenas dois cursos,

Educação Física e Fisioterapia e a sede da Avaliação Institucional ser lá? Isso só porque coincidentemente a Assessora mora lá. É o que falo da baixa institucionalidade da Avaliação Institucional. E olha que a Assessora é uma profissional da mais alta reputação acadêmica, que goza de minha admiração pessoal que é a Professora Íria Brzezinski, pessoa que tem tudo para fazer bem, pois tem muita bagagem nesse sentido. Mas não há integração entre Avaliação Institucional e Planejamento. A Instituição está pouco se lixando para os resultados da Avaliação Institucional e sua aplicação nas atividades de macro planejamento.

GELI – Professor, o senhor poderia nos falar dessa nova proposta de Avaliação Institucional que sendo implementada?

DIRETOR – A abordagem que estou pretende dar e que foi aprovada na Congregação, é de imprimir uma idéia de construção. Eu não sei como será, pois eles é que vão decidir o que fazer. No que eu tenho funcionado é como um facilitador dos cursos na problematizarão. Tomamos a decisão de eleger como eixo central a idéia dos cursos, porque é o que temos de mais importante no momento. Então o plano de trabalho é para a Avaliação dos cursos. Cada curso criou seu núcleo de avaliação. Esses comitês se reúnem, discutem o que é prioridade, vão até as salas de aula, discute com os alunos qual é a prioridade deles, discutem com os professores ou quais são os principais problemas na ótica deles. Depois disso, faremos um apanhado e vamos dizer: olha, segundo essa comunidade os principais problemas de qualidade são esses aqui. E o próximo passo, a assessoria que estamos prestando vai contrapor os dados obtidos nas Avaliações Externas com os dados que foram entendidos como prioridade por eles. Então vamos fazer uma combinação dos resultados do ENADE e do IGC – Índice Geral dos Cursos, com os problemas que eles estão apontando e vamos ver se conseguimos algum ponto de contato, se há alguma convergência disso. Se o Currículo segundo a Avaliação Externa precisa ser repensado, fazer um enfrentamento. As nossas prioridades na tomada de gestão quanto ao corpo docente, o critério utilizado para contratação de professores, enfim, coisas que sabemos que está muito bem, coisa que decide nas colegiaturas. Sabemos que fazem o possível segundo a

exigência legal, se a escolha é por processo simplificado, quando o concurso não foi autorizado e quando autorizado por concurso público. Agora veja bem, estamos descobrindo que em alguns cursos os alunos estão extremamente satisfeitos com vários elementos. Entretanto, gostariam que os professores passassem por uma atualização em metodologia de ensino. Então, estamos caminhando para criar um programa para customizar a esses professores. Um exemplo é o curso de Ciências Sociais Aplicadas, em que os professores não tem formação pedagógica. Não era para ser bom mesmo, eles nunca tiveram formação para isso. Então vamos customizar uma formação pedagógica para esses professores, vamos chamá-los para essa prontidão para o ensino superior. Estamos pensando se será em forma de um manual de metodologias mais inovadoras de ensino, métodos mais participativos. Esse grupo é que está pensando. Porque ele problematiza e também propõe soluções, senão não há aderência na hora da instalação. Então, estamos tentando isso nos enfronhando nas almas dos cursos. Estamos com problemas muito grandes de evasão em alguns cursos. Cursos que estão com baixa procura no vestibular, diminuindo o nível de entrada e também estão evadindo significativamente. Faremos um estudo porque estão evadindo e faremos um cruzamento com os dados sócio-econômicos que temos dos alunos ingressantes para vermos se está havendo algum impacto, e, se sobrar algum dinheirinho vamos fazer também com os egressos. Pegar o cara quatro ou cinco anos depois da graduação, seus dados sócios econômicos e fazer uma análise se houve evolução ou não. Isso para ajudar na divulgação dos cursos, para ajudar na atração de novos candidatos e também para tentar descobrir se alguns cursos não estão sendo procurados porque as pessoas não entendem qual sua finalidade. Por exemplo, o Curso de Economia, um dos cursos mais antigos que temos. Com a entrada da Administração, houve uma polarização da procura em torno de Administração, com perda da Economia. Isso também está ajudando na reflexão, se houve uma mudança de currículo e a Economia é indesejável. Se precisamos melhorar a visibilidade do curso ou se precisamos melhorar o nível de informação sobre o objeto da economia na graduação. Isso tudo está lá dentro, não é nada de decisão da Comissão de Avaliação, estamos só buscando instrumentos de facilitação para que essas reflexões ocorram lá dentro.

GELI – Professor, eu preocupo muito com o que fazer com os resultados da Avaliação, tanto que minha pesquisa versa sobre isso, e o senhor disse que pegará os resultados do ENADE e IGC, para fazer o comparativo com os resultados da Avaliação Institucional. O senhor acha importante pegar esses dados, trazendo-os para uma discussão onde possa gerar novas ações, instrumentos de planejamento, como o senhor vê isso?

DIRETOR – Vou pegar como exemplo o curso de letras. Ele tem seu Comitê de Qualidade. Esse comitê desconhece os resultados que teve no ENADE. Ele sabe qual foi sua nota, mas nem sabe o que isso quer dizer e onde estão os pontos fracos de seu currículo. Suponhamos, vou inventar uma área aqui, que estivéssemos com problemas na área de lingüística. Podemos discutir qual o real problema de lingüística dentro do curso de letras. O que está acontecendo, se é o professor que é um professor problema, ou se o problema é o currículo que ele está desenvolvendo, ou se está no grau de dificuldade do curso, no seu objeto. Essa é uma reflexão possível. Agora eu não posso refletir para ele, senão estaria pós-auto-avaliando, o que é um erro grave. Mas à medida que você coloca os atores dentro disso, refletir sobre esses resultados criando apontamentos, você vai se projetando, o que é mais importante para nós, que a cultura de Avaliação, de Qualidade. Esse que é nosso objetivo. Os resultados não podem ser tangíveis, porque você está mexendo com espírito. Quem mexe com educação mexe com espírito e não com produto. Eu posso esconder meus resultados atrás de taxas escolares como baixo aproveitamento, baixa taxa de evasão. Isso são coisas muito perigosas. Veja, por exemplo, um curso que está tendo muita evasão: é porque ele é ruim? Vou pegar como exemplo um curso que temos aqui na UEG, que é o curso de matemática, em que dois alunos formaram. Desculpe falei matemática, mas é Física. Fomos observar o que está acontecendo. É porque o curso é ruim ou porque é a própria dificuldade do curso? Quanto ele exige e depois não há reconhecimento na profissão. É um curso muito exigente. Por isso, não posso pegar uma taxa escolar e dizer que o curso é ruim. Posso dizer que o curso está com problemas, mas qual o problema a Avaliação Institucional tem que me ajudar, porque senão só iremos quantificando indicadores, que... não faz verão, não traz nenhuma mudança.

Essa é a crítica que faço, agora me explicando melhor, a essa proposta de 2005/2006, ela ficou burocraticamente porque ficou longe, não desceu ao nível. A estratégia adotada, não sei se no Projeto pensado, implementado, não deu ênfase na questão do envolvimento da comunidade. E sem isso... não é demagogia, não é democratismo, não é um assembleísmo, mas isso a gente sabe. Se não tem envolvimento de alunos e nem de professores e sem eles você não está fazendo nada. O que é a Instituição sem os alunos e os professores? A Instituição de Ensino é isso... e a biblioteca.

GELI – Professor, no meu roteiro, eu deveria perguntar qual sua concepção sobre Avaliação Institucional, entretanto durante toda a sua fala o senhor veio desenhando de forma clara, brilhante e didática, essa sua concepção. Então pergunto se há alguma coisa a ser acrescentada, ou se eu deixei de perguntar algo, que o senhor gostaria de ainda de falar, ou queira enriquecer ainda mais o aprendizado que tive hoje com o senhor...

DIRETOR – Eu penso que se Avaliação Institucional é um momento de reflexão, ela tem que ser reflexão. Não podemos perder de vista que os instrumentos não são mais importantes que a reflexão. Os instrumentos são suportes. Para você ter uma idéia, eu estou gastando mais ou menos para fazer tudo isso, cinco folhas de papel chamex, por sala de aula. Eu tenho dezessete salas, então, são cinco vezes dezessete. São menos de cem páginas para provocar essa mudança. Os alunos tem se reunido em grupos de cinco e discutido. O professor pára a aula, vai um facilitador para a sala e pede para eles refletirem sobre as fragilidades e potencialidades. Eu não estou tão interessado, nos resultados quanto na discussão. Quando eles estão ali discutindo, eu encaro quais são os verdadeiros problemas naquele curso. Estou tendo um olhar mais sistematizado sobre esse problema, partindo da comunidade. Não preciso pagar ou criar um software, não preciso de um inter servidor. O importante é a reflexão. Agora estamos sistematizando os dados coletados e daremos uma devolutiva para a sala. Isso estamos trabalhando agora. E os próximos passos é a combinação desses dados com os da Avaliação Externa. Tenho que lembrar que hoje a Avaliação Institucional é combinada com regulação e é um dos critérios de renovação de

Reconhecimento de curso. Então, vamos receber algumas Comissões de Avaliação Externa, do Conselho Estadual de Educação e dessa vez meu sucessor não vai passar a vergonha que passei de não ter nenhum motivo plausível para não estar refletindo a qualidade dos cursos referindo aos indicadores externos. Dessa vez meu sucessor não passará essa vergonha, porque vamos ter isso bastante adiantado. Os professores estão entendendo a importância, os alunos mais ainda. Estamos caminhando. Talvez a gente elabore um boletim da Comissão para manter acesa a chama que a Avaliação está funcionando, sobretudo, pensando a qualidade acadêmica.

GELI – Ok, Professor, eu agradeço e quero dizer que transcreverei essa entrevista e a trarei para sua aprovação...

DIRETOR – Estou com pena de você, acho que falei muito..

GELI – Foi uma honra ouvi-lo, quero dizer também que será difícil preservar sua identidade por tratar de apenas um diretor, pelo que peço sua autorização para divulgação dessa entrevista.

DIRETOR – Tudo bem, isso que disse para você, já disse pra todo mundo, nos jornais, artigos que escrevo. Eu já fiz um artigo sobre os obstáculos que a Avaliação Institucional, que é um sub-produto da minha dissertação. E falo exatamente isso, que é preciso na sensibilização fazerem se importar, porque não importam, e é preciso ter essa interação.

GELI – Agradeço mais uma vez, que Deus o abençoe.

Anápolis 10 de maio de 2010.

Autorizada publicação em 30/05/2010.

Anexo II - Entrevista realizada com a Professora, Coordenadora da Comissão de Avaliação Institucional da UnUCSEH/UEG- Anápolis, e Responsável pela elaboração do Relatório, em 13 de maio de 2009.

GELI - Professora, eu sou Maria Geli Sanches, mestranda do MINTER/UNIEVANGÉLICA/PUC, e realizo pesquisa sobre Avaliação Institucional, mais especificamente Avaliação Institucional da UnUCSEH/UEG, realizada nos anos de 2005 e 2006, com relatório em 2007. Assim pergunto: A Avaliação institucional, a qual a senhora coordenou, nos anos de 2005 e 2006, contou com o apoio da Direção da Unidade? Caso positivo, a senhora poderia explicar como foi o apoio oferecido; caso negativo poderia explicar os motivos da negativa?

PROFESSORA - Bem, contamos com apoio bem efetivo, na época o diretor da Unidade era o Prof. Ele é um estudioso em Avaliação Institucional também, e, apesar de não concordar com o Projeto em si, com a forma que foi proposto pela Comissão Central de Avaliação Institucional da UEG, ele nos deu o apoio necessário para realizar o trabalho.

GELI – A senhora fala dessa Comissão externa, poderia dizer como foi realizada a formação desta Comissão, e da Comissão de Avaliação da Unidade?

PROFESSORA - Bem, a formação da Comissão Externa se deu por arbítrio da Reitoria. Eles escolheram, não foi comunicado à Comunidade acadêmica, não que eu me lembre, quais os critérios, como é que foi feito. Sei que não fomos informados, recebemos pronto: as pessoas que comporiam essa comissão, os nomes, inclusive já com uma proposta de Avaliação Institucional. A Avaliação Institucional estava começando dentro da UEG. A Pró-Reitora de Graduação, Prof^a, que era responsável, inclusive já começando os trabalhos com a formação de grupos nas diferentes Unidades. Quando recebemos essa nova Comissão de Avaliação Institucional, formada por três

professores, que não eram na Universidade, mas da Católica e UNB, mas não tinha ligação com a Universidade. Então, houve uma discordância da comunidade interna, porque acreditávamos que devíamos participar do processo, A comunidade interna deveria participar da elaboração do projeto e dessa forma houve discordância da grande maioria. Entretanto, como já era um projeto definido e de alguma forma tínhamos que aderir e, por acreditarmos que a Avaliação Institucional é importante, procuramos dentro daquilo que nos foi trazido colocar a nossa postura. Então, fizemos uma escolha interna, consensuada, entre os departamentos da Unidade, dos diferentes cursos. A partir daí começamos o nosso processo, caminhando meio a meio com os instrumentos e norte dado pela Comissão Central e com aqueles critérios que achávamos que deveria ser trabalhado dentro da Unidade.

GELI – No Programa de Avaliação Institucional, que analisei, fala de um Curso de Especialização em Avaliação Institucional e que neste curso foram elaborados os instrumentos de coleta de dados. A senhora poderia nos explicar como foi a realização desse curso e a elaboração dos instrumentos a serem utilizados na Avaliação Institucional?

PROFESSORA - A Comissão Central de Avaliação Central, juntamente com a Reitoria, achou por bem, talvez em face ao grande número de reclamações das Unidades, até mesmo por falta de conhecimento, de experiência em como proceder em Avaliação Institucional, então eles fizeram essa proposta de um curso de Pós-Graduação *Lato sensu* em Avaliação Institucional. Cada Unidade deveria enviar dois representantes que seriam posteriormente os avaliadores. Na nossa Unidade, fui indicada juntamente com o Prof. O curso foi ministrado em Goiânia sendo que as disciplinas foram ministradas pelas pessoas que compunham a Comissão Central de Avaliação Institucional, e, foi um curso muito interessante, muita discussão, muita polêmica. Foi muito bom, porque ao trazer pessoas de todas as Unidades da UEG, oportunizou conhecer outras realidades. Houve uma movimentação, uma discussão do que estava acontecendo nas Unidades. Às vezes uma visão meio distorcida que uma Unidade tinha da outra, pode ser ajustada dentro do curso. E em uma das disciplinas do curso, foi feita a proposta para elaboração dos questionários. Foi

uma coisa muito louca... eu achei. A professora chegou com a proposta das questões, formaram-se grupos e perguntou... o que você acha que deve ser perguntado sobre esses aspectos... Já tinha um direcionamento, mas como se fosse assim, eu acho que deve ser perguntado assim... tira essa pergunta.. ali nos grupos as perguntas foram elaboradas com muita polêmica, muita briga. Quer dizer, então esse questionário foi elaborado. Foi depois ajustado por eles para serem aplicados em todas as Unidades.

GELI – Então se os professores, alunos, funcionários da Unidade não participaram da elaboração dos questionários, como foi a participação deles?

PROFESSORA – À medida que começávamos a trabalhar na Avaliação, procurávamos informar aos professores, seja nas reuniões de Departamento, fazendo reuniões, que não eram constantes, mais esporádicas; com os representantes de Avaliação de cada curso e quando os questionários ficaram prontos, passamos para os representantes dos cursos para que eles levassem aos colegiados e assim os professores fossem informados. Então eles foram informados, professores e alunos, isto quer dizer que eles não tiveram participação na elaboração dos questionários, mas como respondentes. Eles deviam responder aos questionário *on line*, receberam a senha de cada curso para irem lá e responder as questões.

GELI – A senhora sentiu que houve envolvimento por parte dos professores, alunos e funcionários, nesse processo, ou foi difícil conseguir a participação deles?

PROFESSORA – Foi difícil. Realmente foi muito difícil! Teve professor que tivemos que praticamente “pegar no colo”, colocar na frente do computador e permanecer ao seu lado, esperando até responder as questões. Por desinteresse, por achar que não ia dar em nada, por discordar da forma como foi feito, ou simplesmente por achar que não ia dar em nada e ele não queria se envolver. Por parte dos funcionários, principalmente, aqueles que executam os trabalhos mais simples, também apresentou muita dificuldade. Por não saber usar o computador, e, muitas vezes tinha que alguém ficar perto, ao seu

lado, para ensinar a digitar sua resposta. Eu acredito que isso tenha inibido alguns a responderem exatamente o que queriam falar, talvez achado que a pessoa que estava ajudando a digitar tinha conhecimento de suas resposta, acredito que sim. E os alunos também, talvez por não terem a cultura de Avaliação Institucional, nós os levava para a sala de computadores, explicava, explicava e as vezes quando pensávamos que estavam respondendo, eles estavam navegando na internet, fazendo outras coisas. Em todas as vezes que o questionário foi aplicado, foi difícil, tivemos problemas. O nível de adesão foi baixo. Tivemos problemas estruturais. Na primeira semana de aplicação, derramou a caixa d'água da Unidade, ficamos sem o laboratório, sem os computadores. Tentamos que respondessem em casa, mas o nível de respostas foi muito baixo. Tivemos que pedir uma prorrogação até que a estrutura dos laboratórios fosses arrumada. Não foi fácil até com os Coordenadores dos cursos. Muitos diziam: - Ah! Eu me esqueci, amanhã eu respondo e teve coordenador que não respondeu.

GELI – A senhora atribui essa baixa participação à falta de sensibilização para o envolvimento ou só falta de interesse em participar?

PROFESSORA – Acho que as duas coisas. Já tínhamos uma pré-história de Avaliação Institucional não muito boa. A primeira vez que entramos em Avaliação Institucional, ainda como UNIANA, foi para conseguir uma verba, para termos uma referência que precisávamos para ser Universidade. Foi um processo de cima para baixo e praticamente só os professores foram avaliados e eles não se sentiram confortáveis, não gostaram. Em outras tentativas o trabalho ficou muito solto e eu penso que os professores não tiveram respostas. Aí teve uma resistência muito grande por parte dos professores em responder os questionários, participar de um processo que na opinião deles não iria ter efetividade, não iria ter um resultado positivo.

GELI – Professora, a senhora fala de uma fragilidade e o Relatório dessa Avaliação Institucional aponta algumas fragilidades e potencialidades. Dessa qual ficou mais evidenciada pela senhora?

PROFESSORA – Bom, havia uma fragilidade muito grande em todos os setores. A questão da infra-estrutura física, das questões materiais de trabalho. Os alunos reclamavam muito das salas de aula, da falta de biblioteca, materiais de informática. Os funcionários técnico-administrativos faziam as mesmas reclamações. Os professores da falta de sala para estudar, fazer pesquisa, estudar, para lerem. Quer dizer, uma reclamação muito grande, uma carência muito grande na estrutura física, na biblioteca. Na época acesso a banda larga na informática, praticamente não tinha na Unidade. Algumas coisas que hoje já sabemos que temos na época não tinham. E o professor, principalmente, a desvalorização e a falta de credibilidade na Instituição como um todo.

GELI – Professora pode observar que o trabalho de vocês foi árduo na coleta de dados. Esses dados, as sugestões apresentadas no final do relatório, foram divulgados para a comunidade acadêmica?

PROFESSORA – Foram não talvez da forma que gostaríamos. Mas foi divulgada pela Administração Central, fazendo parte de um relatório consolidado, que foi encaminhado ao MEC. Dentro da Unidade, na reunião de preparação para o próximo ano, de planejamento, o relatório foi apresentado, mas a presença foi muito pouca, foi baixa. Houve ainda, uma discussão mais parcelada, assim: o Colegiado de História discutia a parte relacionada ao Curso de História, de Geografia, a parte relativa ao Curso de Geografia. Não houve uma discussão geral da Unidade, em cima daqueles resultados.

GELI – A senhora tem conhecimento se esses dados e as sugestões apresentadas foram utilizados para implementar ações de melhoria na prática pedagógica e de gestão daquela Unidade?

PROFESSORA – Em parte, sim, mas por uma postura profissional dos gestores. Por exemplo, na parte pedagógica, a coordenadora pedagógica da Unidade se baseou muito nos dados apresentados. Por exemplo, foi visto que os professores, principalmente, dos cursos noturnos de bacharelado tinha muita dificuldade em fazer plano de curso, plano de aula, em colocar uma metodologia diferente de trabalho. Então, a Coordenadora Pedagógica da

Unidade, de posse desses dados organizou diversas oficinas, ofereceu ainda para ajudar a sanar essas dificuldades. A direção, quer dizer o Diretor, o Vice-Diretor, se apoiaram nesses dados para planejar os anos seguintes. Então houve sim, o uso desses dados por parte da Unidade.

GELI – Professora, esses dados coletados e divulgados estão arquivados em qual departamento? Eu digo, os questionários aplicados, o Relatório original...

PROFESSORA – Bem, os dados originais foram enviados para a Comissão Central de Avaliação e dentro das Unidades os arquivos digitais estavam na Coordenação de curso.

GELI – Dentro de todo esse trabalho realizado pela senhora, o que ficou como concepção de Avaliação Institucional.

PROFESSORA – Achei que foi uma experiência muito boa e que profissionalmente me acrescentou muito. Por mais que eu discordasse da forma como foi realizada, eu achei a idéia da pós-graduação, um curso de formação, foi muito boa, e isso contribuiu muito para movimentar a Universidade como um todo. Tínhamos colegas de Unidades mais distantes que nunca tinham ouvido falar em Avaliação Institucional e que não sabia nada de Avaliação. Não tinha conhecimento do funcionamento da Universidade, da história da Universidade. Então, ali, naqueles momentos que passamos em Goiânia, finais de semana, férias. Essa possibilidade de troca, foi muito rica. Os textos trabalhados eram interessantes, bons textos. Houve pela coordenação do curso um respeito aos posicionamentos, às idéias de todas as pessoas que ali estavam, eles entendiam, às vezes, nossa discordância e a gente conseguia chegar a um ponto mais comum. Eu acho que o que mais positivo em todo esse processo foi essa formação. E ficou claro para mim que a Avaliação Institucional é extremamente importante, mas ela é um processo que tem que ser muito bem feito. Não pode ser feito de forma amadorista. A pessoa que vai trabalhar Avaliação tem que ser preparada para isso, tem que ser formada. Também me deixou muito claro que, se não tiver uma sensibilização da comunidade, se não tiver o envolvimento da comunidade, não adianta. Então,

ficou muito claro nas respostas dos questionários, no trabalho feito, na falta de adesão dessas pessoas, no descompromisso em responder, já é uma herança de uma história que não foi bem feita. Quer dizer, você vai avaliar pra quê? Avaliar por avaliar, isso não resolve. Então as pessoas não aderiram, porque elas entendiam isso: que estavam avaliando por avaliar e não para servir de instrumento para planejamento, para correção de rumo e os dados que obtivemos mostraram muito isso. Às vezes você encontrava coisa muito interessante. Pena que o trabalho foi interrompido e não pudemos ver o uso desses dados em gestões posteriores.

GELI – Tem algo mais que a senhora gostaria de acrescentar, algo que eu não tenha perguntado e...

PROFESSORA - Não, basicamente suas perguntas abrangeram tudo que fizemos na Avaliação Institucional, quando falei, por exemplo, das fragilidades que foram apontadas dentro da Unidade, o curso apontou também muitas potencialidades, por exemplo, um corpo de professores, muito bem preparados, um grupo de alunos com alto nível de análise crítica, isso fez, ou faz com que a Unidade, com todas essas carências e dificuldades ainda consiga se desenvolver. Quer dizer, a gente sempre tem na Unidade um número significativo de alunos que são aprovados em Mestrados e Doutorados, saindo da graduação. O curso de História, na época, tinha um único professor, e era de Língua portuguesa, portanto não era da área, que não tinha titulação. Os outros, todos, ou eram Mestres ou Doutores. Isso é só um exemplo do Colegiado que eu mais participava. O curso de Pedagogia, a partir do que foi apontado, na primeira Avaliação, houve uma movimentação para formação dos professores, hoje temos um corpo docente bem qualificado na Unidade. Então, eu acho que a Avaliação Institucional, mesmo quando não dê os efeitos diretos que esperamos, a movimentação que ela dá, a possibilidade de reflexão faz com que as coisas aconteçam e isso é muito positivo.

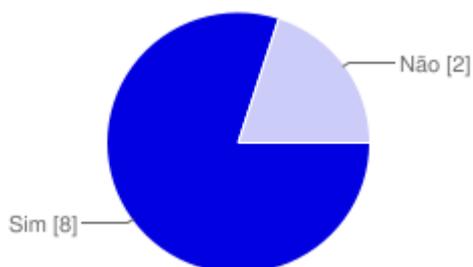
GELI – Professora, eu agradeço o tempo e a presteza da senhora, em me atender e quero dizer que esta entrevista será transcrita então trarei para a senhora, e se aprovar assiná-la autorizando a publicação.

PROFESSORA – Ora, eu é que agradeço.

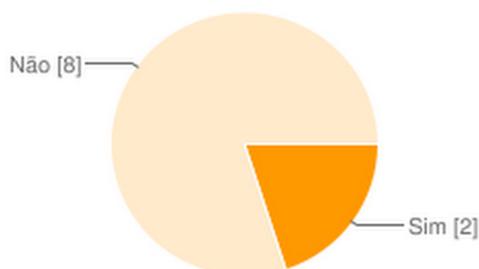
Entrevista realizada em 13 de maio de 2010, e autorizada em 31/05/2010.

ANEXO III – Gráfico da Pesquisa realizada com os Alunos dos Cursos de Geografia, História, Letras e Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás – UnUCSEH

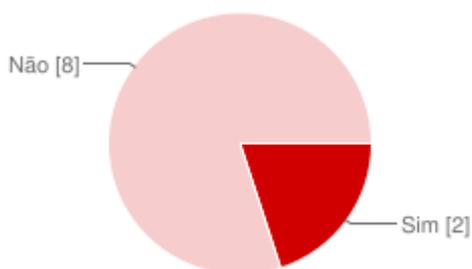
1. Você já participou de alguma atividade relacionada a avaliação Institucional na UnCSEH- UEG?



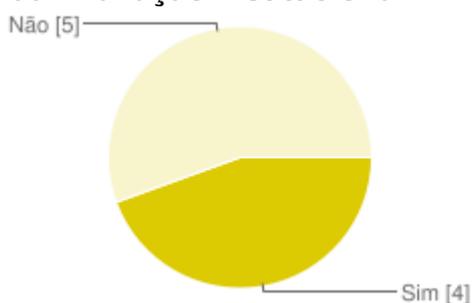
2. Os resultados foram divulgados pela Coordenação do Curso?



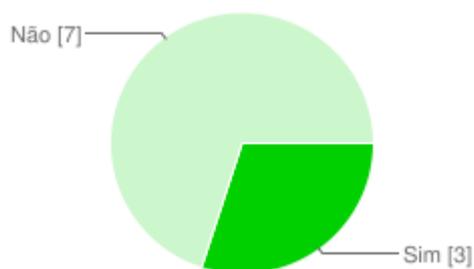
3. Os resultados da Avaliação Institucional foram discutidos em sala de aula?



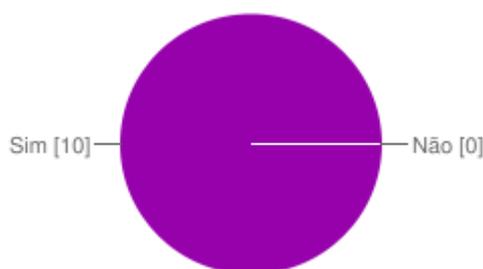
4. Você observou alguma mudança na gestão do curso e/ou da Unidade diante dos resultados da Avaliação Institucional?



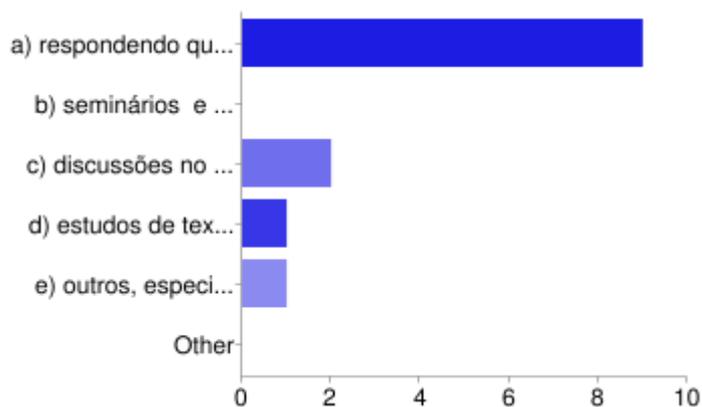
5. Você observou alguma mudança na prática pedagógica dos professores após o resultado da avaliação Institucional?



6. Você acha importante a prática da Avaliação Institucional?



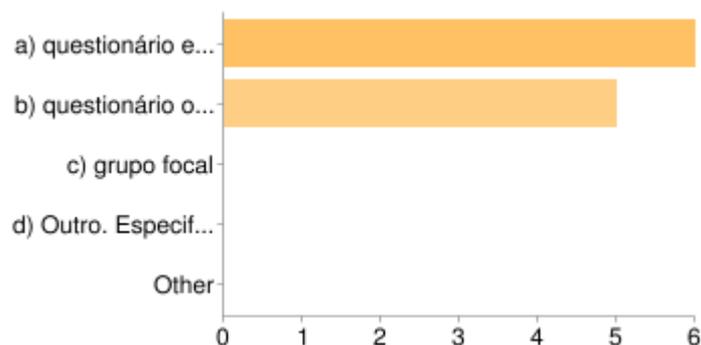
7. Marque a alternativa que correspondem às atividades de Avaliação Institucional que você participou:



a) respondendo questionário sobre a UnCSEH, o curso no qual é matriculado.	9
b) seminários e encontros	0
c) discussões no colegiado (se há representação estudantil no colegiado)	2
d) estudos de textos sobre avaliação	1
e) outros, especificar	1

* As pessoas podem selecionar mais de uma opção, assim percentagens podem somar mais de 100%

8. A Avaliação Institucional na UnCSEH, mas especificamente no seu curso, foi realizada por:



a) questionário escrito	6
b) questionário on line	5
c) grupo focal	0
d) Outro. Especificar	0

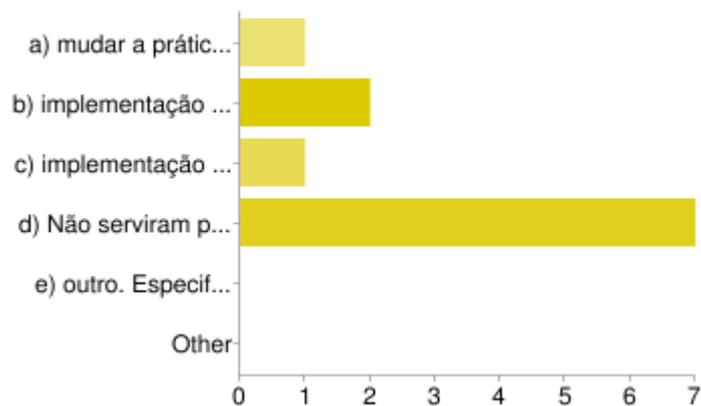
* As pessoas podem selecionar mais de uma opção, assim percentagens podem somar mais de 100%.

9. Os resultados da Avaliação Institucional foram divulgados:



a) Em reunião do Colegiado	2
b) Na sala de aula	0
c) Apenas na administração central	0
d) Não tem conhecimento	8
e) Outro. Especificar	0

10. Os resultados obtidos na Avaliação Institucional serviram para:

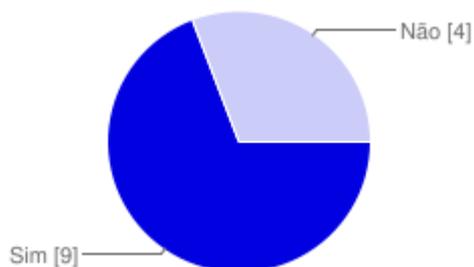


a) mudar a prática pedagógica dos professores	1
b) implementação das ações pedagógicas e administrativas	2
c) implementação das práticas de gestão	1
d) Não serviram para nada	7
e) outro. Especificar	0

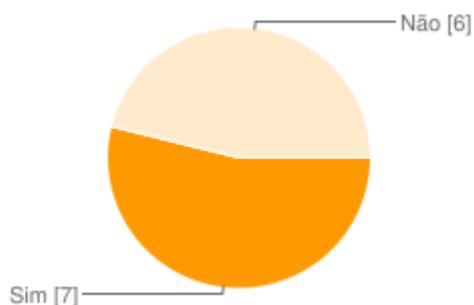
* As pessoas podem selecionar mais de uma opção, assim percentagens podem somar mais de 100%.

ANEXO IV – Gráfico da Pesquisa realizada com os Professores dos cursos de Geografia, História, Letras e Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás – UnUCSEH

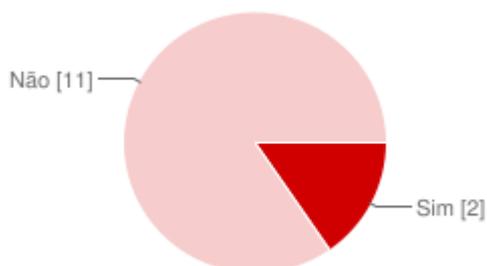
1. Você já participou de alguma atividade relacionada à avaliação Institucional na UnUCSEH- UEG?



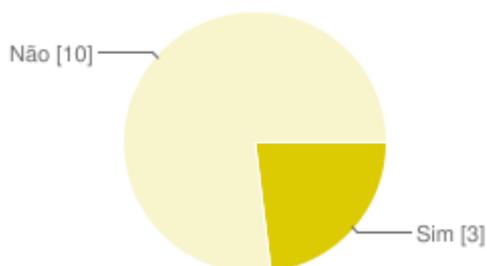
2. Os resultados foram divulgados pelo departamento?



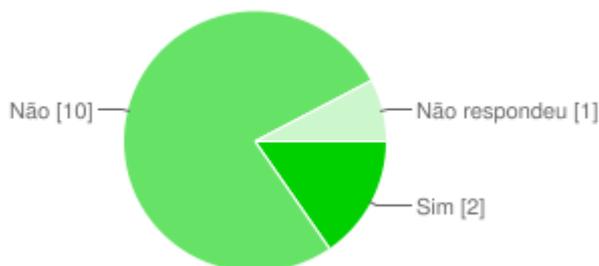
3. Você discutiu os resultados da Avaliação Institucional em sala de aula?



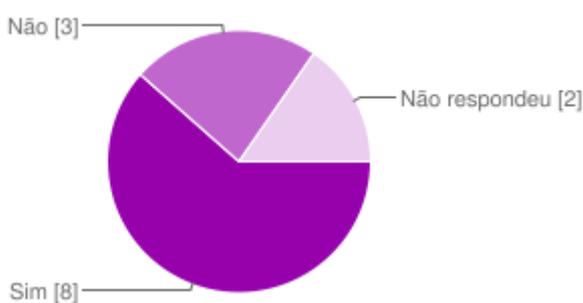
4. Você observou alguma mudança na gestão diante dos resultados da Avaliação Institucional?



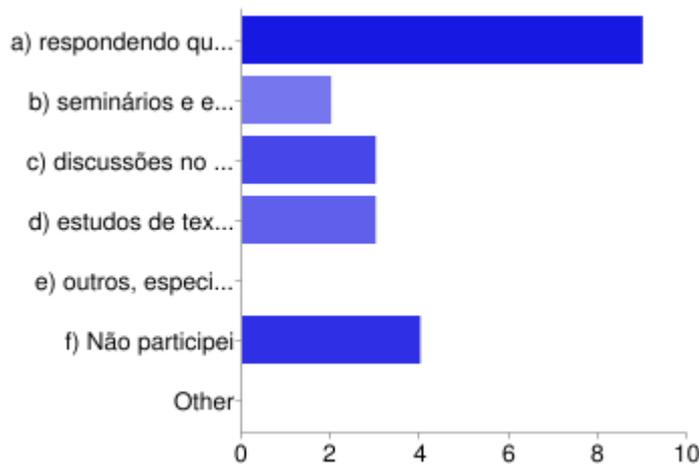
5. Você mudou sua prática pedagógica após o resultado da avaliação Institucional?



6. A direção da UnUCSEH é comprometida com a Avaliação Institucional?



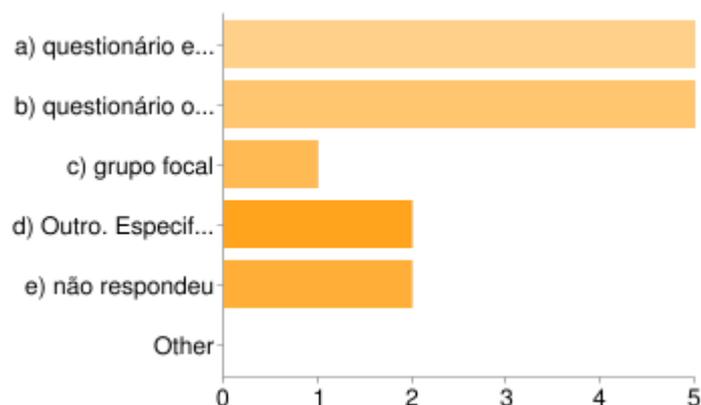
7. Das alternativas abaixo, qual ou quais correspondem às atividades de Avaliação Institucional que você participou:



a) respondendo questionário sobre a UnUCSEH, o curso no qual leciona e sua disciplina.	9
b) seminários e encontros	2
c) discussões no colegiado	3
d) estudos de textos sobre avaliação	3
e) outros, especificar	0
f) Não participei	4

* As pessoas podem selecionar mais de uma opção, assim percentagens podem somar mais de 100%.

8. A Avaliação Institucional na UnUCSEH, mas especificamente no seu curso, foi realizada por:



a) questionário escrito	5
b) questionário on line	5
c) grupo focal	1
d) Outro. Especificar	2
e) não respondeu	2

* As pessoas podem selecionar mais de uma opção, assim percentagens podem somar mais de 100%.

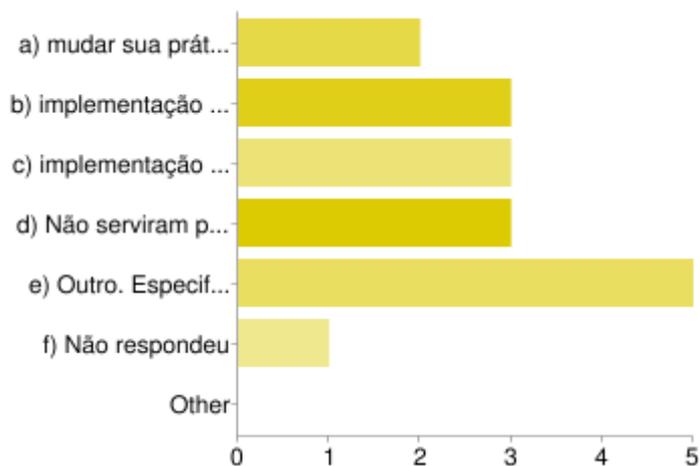
9. Os resultados da Avaliação Institucional foram divulgados:



a) Em reunião do Colegiado	4
b) Na sala de aula	1
c) Apenas na administração central	1
d) Não tem conhecimento	6
e) Outro. Especificar	2
f) Não respondeu	1

* As pessoas podem selecionar mais de uma opção, assim percentagens podem somar mais de 100%.

10. Os resultados obtidos na Avaliação Institucional serviram para:



a) mudar sua prática pedagógica	2
b) implementação das ações pedagógicas e administrativas	3
c) implementação das práticas de gestão	3
d) Não serviram para nada	3
e) Outro. Especificar	5
f) Não respondeu	1

* As pessoas podem seleccionar mais de uma opção, assim percentagens podem somar mais de 100%.